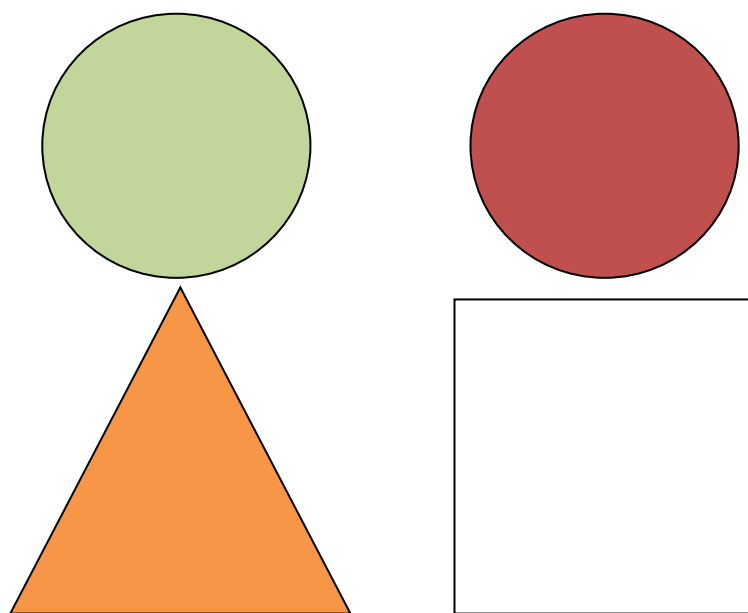


Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género



Conteúdo

1	Introdução	7
2	A relevância da igualdade de Género no Concelho	8
2.1	Sinopse.....	8
2.2	Breve contextualização política da promoção da igualdade de género ao nível local	11
2.2.1	Contextualização conceptual: o que é a Igualdade de Género?	11
2.2.2	Que diretivas contribuem para este novo contrato social de género?	13
2.2.3	Que papel tem o Município de Miranda do Douro desempenhado?	15
3	O diagnóstico de género e suas metodologias	19
3.1	Definição e propósito	19
3.2	Participantes	20
3.3	Técnicas de recolha de dados	20
3.4	Procedimentos	22
3.5	Constrangimentos/Limitações de execução	24
4	A igualdade de género no município.....	26
4.1	Sinopse.....	26
4.2	Autodiagnóstico	27
4.3	A situação da autarquia sob a visão dos/as seus/suas colaboradores/as	29
5	A Igualdade de Género no Concelho.....	42
5.1	Enquadramento geográfico	42
5.2	Enquadramento Histórico	45
5.3	Caracterização Demográfica	47
5.3.1	População e Famílias.....	47
5.3.2	Emprego	56
6	Cidadania e Participação Cívica.....	86
6.1	Participação política	86

6.2	Representação Sindical	91
6.3	Associativismo	92
6.4	Cultura	93
6.5	Desporto	95
7	Proteção Social.....	98
7.1	Rendimento Social de Inserção e Ação Social	98
7.2	Pensionistas.....	98
7.3	Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional e respostas sociais de apoio à família 99	
7.3.1	Respostas e serviços para pessoas com deficiência	101
7.3.2	Habitação Social.....	103
8	Justiça	107
8.1	Criminalidade e Violência.....	107
8.2	Violência Doméstica	112
8.3	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro	115
9	Estratégias a implementar: rotas para a execução do Plano Municipal de Género	116
9.1	Sinopse.....	116
9.2	Plano de Ação.....	116
9.2.1	Nível Interno.....	117
9.2.2	Nível Externo	121
10	REFLEXÕES FINAIS	125
11	Bibliografia	126

AGRADECIMENTOS

O Presidente da Câmara de Miranda do Douro e toda a equipa que elaborou o Diagnóstico de Igualdade de Género de Miranda do Douro gostaria de agradecer:

- A todas as instituições do Concelho de Miranda que colaboraram neste trabalho, em particular, às que compõem a Rede Social, através do envio de dados, resposta a questionários, entre outros;
- Aos diversos serviços da Câmara Municipal de Miranda do Douro e seus/suas colaboradores/as, que se disponibilizaram, em tempo, a enviar os dados que foram solicitados;
- À Dra. Margarida Preto- Conselheira para a Igualdade do Concelho de Miranda do Douro, pelo apoio prestado no decorrer dos trabalhos.

O nosso profundo agradecimento pelo apoio, motivação e empenho com os quais abarcaram este desafio que é, de todos/todas, e para todos/as os Mirandeses e Mirandesas.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Nos últimos anos assistimos a importantes alterações de âmbito social e legislativo que estão a proporcionar mudanças favoráveis para que a igualdade entre homens e mulheres seja real e efetiva.

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Miranda do Douro, apresenta o Diagnóstico de Género que visa políticas transversais e de ação positiva que vão contribuir para criar condições e estruturas sociais para conseguir uma VERDADEIRA Igualdade de Género no nosso município.

O documento, assume-se como um instrumento de política global, estabelece a estratégia de transformação das relações sociais entre homens e mulheres de forma a eliminar algumas desigualdades ainda persistentes na nossa sociedade.

Para além disso, pretendemos estabelecer um marco de atuação para orientar as instituições locais responsáveis pelo desenvolvimento económico, social, cultural e humano.

Termino, agradecendo a todas e a cada uma das pessoas e instituições que trabalharam neste Plano para que a Igualdade em Miranda do Douro seja uma realidade.

Sensibilizar, consciencializar e intervir!

O Presidente da Câmara de Miranda do Douro,

Artur Nunes

1 Introdução

O Município de Miranda do Douro tendo ciente que a igualdade entre homens e mulheres é um direito fundamental e um valor comum, não suscetível de ser sujeito a negociações ou restrições, sentiu que cabia à autarquia um papel fundamental na promoção da igualdade de género para desse modo contribuir para o desenvolvimento social da realidade concelhia.

A autarquia não só, tem uma grande proximidade face aos seus cidadãos e cidadãs e aos problemas que os/as assolam, como também percebe que lhe cabe ser um exemplo positivo de não discriminação, tendo em conta a sua dimensão de grande empregador e prestador de serviços.

De facto, a autarquia surge como facilitadora e parceira no estabelecimento de articulações e sinergias com as várias entidades localizadas no seu território, nomeadamente no quadro das Redes Sociais assumindo a sua Responsabilidade Social.

As autarquias são, sem dúvida, as entidades mais capazes de passar das palavras para a realidade dos factos, no que respeita à igualdade entre homens e mulheres, nomeadamente no incentivo à participação e representação das mulheres na vida política, social, económica e cultural; de defender os seus direitos civis e sociais e de promover a mudança nos papéis tradicionais atribuídos às mulheres e a eliminação dos estereótipos de género e papéis sociais de género.

Pressupomos que esta será uma boa forma de repensar e redefinir as nossas estratégias de aproximação aos cidadãos e cidadãs mirandeses/as que se tornam progressivamente mais exigentes relativamente ao papel das várias instituições e contribuir em simultâneo para uma sociedade mais justa, igualitária e com maior coesão social.

2 A relevância da Igualdade de Género no Concelho

2.1 Sinopse

Tendo por base as diretivas internacionais, europeias e nacionais a Câmara Municipal desempenha um papel fundamental na função de tornar Miranda do Douro num Município mais competitivo e igualitário.

A Estratégia Europeia para o Emprego, a Estratégia de Lisboa, o Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2006-2010), com os compromissos da Comissão Europeia em torno de seis áreas prioritárias, e o Pacto Europeu para a Igualdade de Género (2006) firmado pelos parceiros sociais, constituem instrumentos europeus importantes com linhas orientadoras para a igualdade e a cidadania.

A Carta de autonomia local do Conselho da Europa de 1985, subscrita e ratificada por uma larga maioria de estados europeus, acentua “*o direito e a capacidade efetiva para as coletividades locais de regulamentar e de gerir, no quadro da lei, na área da sua responsabilidade e em proveito das populações delas dependentes, uma parte importante dos assuntos de interesse público*”. A implementação e a promoção do direito a igualdade devem estar no âmago deste conceito da autonomia local (Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local, s/d) e portanto uma responsabilidade para o Município.

A nível nacional, os planos nacionais de emprego - emanados da Estratégia Europeia para o Emprego- e os planos nacionais para a igualdade têm vindo a apontar medidas várias que visam colmatar os desequilíbrios identificados na participação de mulheres e homens nos diversos domínios da vida social e, em especial, na esfera profissional.

Em particular o IV Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género (PNI) contempla um conjunto de ações especificamente dirigidas à promoção da igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres na Administração Pública Local, sendo de destacar as preocupações expressas com a promoção e a implementação de planos de igualdade, ao abrigo do definido na área 1 do IV PNI – Integração da Dimensão de Género na Administração Pública, Central e Local, como Requisito de

Boa Governação estando este bem explícito no 2º objetivo: Integração da dimensão da igualdade de género e das práticas de cidadania na administração pública local como requisito de boa governação.

Destacam-se as seguintes ações estratégicas definidas no IV PNI e direcionadas para a Administração Pública Local:

- Promover a elaboração e a aprovação de planos municipais para a igualdade, nomeadamente através de financiamentos da tipologia 7.2 do eixo n.º 7 do POPH;
- Promover a nomeação de conselheiras ou conselheiros locais para a igualdade, de acordo com o estatuto aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010, de 25 de Maio.
- Promover a formação em igualdade de género, cidadania e não discriminação para as conselheiras e conselheiros locais para a igualdade.

De facto, o Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013 (QREN), em particular o Programa Operacional Temático do Potencial Humano (POPH), avançou várias medidas dirigidas às entidades da Administração Pública Central, nomeadamente através da Tipologia de Ação 7.2 – Planos para a Igualdade (artigo 3º, alínea a) que se refere ao Reforço da integração da perspectiva de género nas políticas da Administração Pública Local.

A autarquia de Miranda do Douro aderiu a esta medida e submeteu uma candidatura ao QREN através do POPH para executar o Diagnóstico de Igualdade do Município de Miranda do Douro, candidatura esta aprovada em Setembro de 2011.

Deste modo, a **Câmara Municipal** conseguiu reunir meios/condições para garantir políticas de gestão (internas e externas) que permitissem uma maior sensibilização e progressiva integração das dimensões da igualdade de género na sua gestão. Estas ações visam, assim, promover a *“a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres”*, conforme referido nos Art. 9º alínea h) (tarefas fundamentais do Estado) e 13º (Princípio da Igualdade) da Constituição da República Portuguesa.

Aceitamos este desafio e tentamos envolver todos/as os/as intervenientes de modo a que fosse possível, por um lado avaliar a autarquia em termos de: informação e comunicação; recrutamento e seleção; formação; progressão na carreira; acesso a funções de chefia aos diversos níveis, incluindo a direção de topo; sistemas de avaliação de desempenho; sistemas de remunerações; regimes de trabalho e vínculos contratuais; políticas de conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal e por outro funcionar como um verdadeiro motor da mudança, tentando alterar as coisas do nível local para o nível regional e nacional, mudança esta que permita eliminar a persistência e reprodução das desigualdades e que tornará tornar a sociedade portuguesa, mais justa, mais inclusiva e mais democrática.

Desta forma, a abordagem subjacente a este documento é a da análise da realidade que nos possibilite construir e projetar uma intervenção adequada a esse mesmo cenário, de forma a concretizar as imagens de futuro para o Concelho, construídas de forma partilhada pelo Município e por agentes-chave locais.

2.2 Breve contextualização política da promoção da igualdade de género ao nível local

2.2.1 Contextualização conceptual: o que é a Igualdade de Género?

A **igualdade** das mulheres e dos homens é um direito fundamental para todos e todas, constituindo um valor capital para a democracia. A fim de ser completamente conseguido, não é suficiente que este direito esteja legalmente reconhecido, sendo necessário o seu efetivo exercício em todos os aspetos da vida: política, económica, social e cultural (Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local, s.d.).

Apesar da existência de numerosos exemplos de um reconhecimento formal e dos progressos alcançados, a igualdade das **Mulheres e dos Homens** no quotidiano ainda não é uma realidade. De facto, mulheres e homens não beneficiam dos mesmos direitos na prática. Subsistem desigualdades políticas, económicas e culturais – por exemplo as disparidades salariais e a sub-representação em termos de política (ibidem).

Estas desigualdades são o resultado de construções sociais baseadas em numerosos estereótipos patentes na família, na educação, na cultura, nos media, no mundo do trabalho, na organização da sociedade. Trata-se de áreas nas quais é possível intervir adotando uma abordagem nova e operando mudanças estruturais (ibidem).

Obviamente Igualdade não se trata de igualitarismo, ou seja, não se pretende que mulheres e homens assumam um comportamento padrão, mas sim que se diferenciem nas identidades que foram definidas por si e não por estereótipos e tabus (Barbosa, s.d.).

Quanto ao conceito de **género**, destacamos a diferença entre este conceito e o conceito de sexo, já que o sexo é delimitado meramente pelas características biológicas com que nascemos, sendo o conceito de género mais complexo, uma vez que se baseia no processo de construção social acerca do papel de cada um dos sexos na sociedade, introduzindo aspetos históricos, psicológicos e culturais nesta construção.

Desta forma, os papéis atribuídos aos dois géneros, sendo construídos ao longo do processo de socialização, dependem fortemente da “*cultura, origem étnica, religião, educação, classe e ambiente geográfico, económico e político em que vivemos. (...) O*

género descreve assim o conjunto de qualidades e de comportamentos que as sociedades esperam dos homens e das mulheres e forma a sua identidade social (...)” (Comissão Europeia, 2004, p. 11).

Convém realçar que os estereótipos de género se identificam a vários níveis (Basow, 1986 as cited in Vieira, 2009):

1. Relativos aos traços ou atributos de personalidade (ex.: independência vs. docilidade);
2. Relativos aos papéis desempenhados (ex.: chefe de família vs. cuidadora dos filhos);
3. Relativos às atividades profissionais (ex.: camionista vs. rececionista);
4. Relativos às características físicas (ex.: ombros largos e corpo musculoso vs. formas corporais arredondadas e harmoniosas).

Assim, tradicionalmente, atribuem-se ao homem papéis e responsabilidades, no domínio público, de sustento, de orientação para resultados, de competitividade e força, e à mulher papéis no domínio privado, de cuidados, com base em características mais emocionais e relacionais. Em suma, tanto as estruturas como as culturas organizacionais refletem o sistema de representações socialmente construído. (Rato, 2007).

O conceito de **Igualdade de Género** liga-se, pois, à “*valorização e igualdade de tratamento dos diferentes comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e dos homens (...) não dando origem a consequências diferentes que possam reforçar desigualdades*” (Comissão Europeia, 2004, p. 11).

Outro conceito fundamental é o **Gender Mainstreaming** que consiste na integração da dimensão da igualdade de género em todas as “*fases do processo de decisão política- conceção, aplicação, acompanhamento e avaliação- com vista à promoção da igualdade entre mulheres e homens*” (Comissão Europeia, 2008, p. 13).

2.2.2 Que diretivas contribuem para este novo contrato social de género?

A promoção da igualdade entre mulheres e homens constitui um desígnio de longa data, sendo reconhecido como dever fundamental dos Estados. Muito embora a igualdade de direitos das mulheres e dos homens esteja consagrada na Carta das Nações Unidas (ONU) de 1945 e se encontre proclamada desde a Declaração dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1948 – onde se destaca a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), ratificada pela mesma instituição em 1979, e que denuncia a continuação de situações discriminatórias vividas pelas mulheres, impedindo-as de participar em igualdade de condições na vida social, económica, política, cívica e cultural – um longo e progressivo percurso de políticas internacionais, comunitárias e nacionais pautou os últimos decénios em matéria de promoção da igualdade de género (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

Destacam-se aqui as várias convenções da Organização Internacional do Trabalho e toda a legislação e os instrumentos políticos emanados da União Europeia, designadamente desde a sua fundação, com o Tratado de Roma de 1957. A nível nacional, a Constituição da República Portuguesa de 1976 salvaguarda também os princípios da igualdade e da não discriminação em função do sexo (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

As Conferências Mundiais da ONU que sobre esta matéria reuniram nos últimos anos diferentes especialistas na discussão ativa e na elaboração de propostas concretas de ação para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, são ilustrativas dessa dimensão. A primeira destas conferências remete para o ano de 1975, na cidade do México, seguida das conferências de 1980 em Copenhaga, de Nairobi, em 1985 e, por último, a Conferência de Pequim, realizada em Setembro de 1995 (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

Desta última conferência, que contou com a participação de 189 estados, resultou a designada “Plataforma de Ação de Pequim”, reconhecida como um instrumento de referência mundial para a promoção da igualdade entre mulheres e homens (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

No quadro comunitário, a promoção da igualdade de género assume-se como uma bandeira política presente nas propostas e programas de atuação da União Europeia ao longo dos cinquenta anos da sua existência (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

O Tratado de Lisboa, nas Disposições de Aplicação Geral, artigo 8º, consagra como objetivo da União, na realização de todas as suas ações, “*eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres*” (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

Entre as políticas relevantes nesta matéria, há a destacar, na última década, a partir do Tratado de Amesterdão e da Cimeira do Luxemburgo, em 1997, a Estratégia Europeia para o Emprego e as suas preocupações com o crescimento do emprego de homens e mulheres, definindo metas nesse sentido (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

Mais recentemente, em 2005, e no âmbito das ações dos parceiros sociais, há a sublinhar o Quadro de Ação para a Igualdade entre Homens e Mulheres, em contexto profissional. Da consulta formal aos Parceiros Sociais, levada a cabo em finais de 2006 e da segunda fase dessa consulta, em Maio de 2007, resultou o parecer destes acerca da necessidade de se definirem políticas que encorajem os homens a uma participação maior na vida familiar e que criem novos tipos de licenças e outras medidas que facilitem a conciliação entre vida familiar e vida profissional (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

Em 2006, por um lado, o Pacto Europeu para a Igualdade de Género, adotado pelo Conselho da Europa e proposto por 6 países, pretende incentivar os países a concretizarem medidas que:

- a) diminuam as assimetrias de género e combatam os estereótipos prevaletentes no mercado de trabalho;
- b) promovam o equilíbrio entre vida profissional e vida familiar;
- c) reforcem a governação através do *mainstreaming* de género e de melhores monitorizações.

Por outro lado, o Roteiro para a Igualdade de Mulheres e de Homens (2006-2010), identifica desafios e ações para a União Europeia alcançar a igualdade de género e manter os objetivos de crescimento e criação de empregos através de políticas internas e externas, entre as quais medidas de conciliação trabalho-família (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

Refira-se, por fim, em 2007, o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos/as, que pretendeu contribuir para combater discriminações, promover a diversidade e a igualdade de oportunidades, e as Conclusões da Presidência Portuguesa da União Europeia, que apelam aos estados-membros para reforçarem a dimensão de género da Estratégia de Lisboa, assegurando às mulheres condições de progressão na carreira profissional e a pais e mães condições que os não forcem a ter de optar entre vida profissional ou vida familiar. É também aí feito apelo ao aprofundamento do diálogo social e à responsabilidade social das empresas, propondo-se a implementação de planos de igualdade por parte das empresas do sector público e privado, no âmbito dos quais se assegure igualdade no acesso ao emprego, à formação, à progressão na carreira e à conciliação entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

A Igualdade entre mulheres e homens é um dos princípios da Constituição da República Portuguesa (Art.º 13º: *“Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”*), sendo a sua promoção uma das tarefas fundamentais do Estado (Art.º 9º: *“Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.”*).

2.2.3 Que papel tem o Município de Miranda do Douro desempenhado?

O Município de Miranda do Douro não se tem alheado deste papel fundamental e, em termos de Igualdade de Género tem vindo a realizar um percurso progressivo mas consistente com as suas opções de planeamento e desenvolvimento de atividades, procurando integrar as preocupações nesta matéria, de forma transversal, nas políticas municipais e medidas levadas a cabo.

A Rede Social de Miranda do Douro, implementada no Concelho em 2004-2006, tem procurado contribuir para o desenvolvimento de políticas municipais concertadas e integradoras, nomeadamente através da elaboração de instrumentos de planeamento (Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social - PDS), efetuados em estreita articulação com os planos locais já construídos e em construção, como é o caso do Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género (DMIG).

São inúmeros os projetos que a câmara tem apoiado de modo a combater as disparidades dentro do concelho e a melhorar as condições de todos e todas os/as mirandeses/as:

- Papel direto e indireto na construção, requalificação e apoio ao funcionamento dos equipamentos sociais e escolares;
- PAECPE- Programa do ano europeu de combate à pobreza e exclusão social que visou intervir com a comunidade cigana residente no concelho;
- Centro de Novas Oportunidades (CNO) criado em 2006;
- Distribuição de alimentos efetuada pela Cruz Vermelha em parceria com a Câmara Municipal;
- **Criação da Loja Solidária**
- GAE- Gabinete de Apoio ao/à Emigrante criado em Setembro de 2011;
- Gabinete de apoio ao/à agricultor/a;
- Protocolo de Violência Doméstica estabelecido entre a Câmara, GNR e o Centro de Saúde;
- Desenvolvimento de atividades lúdico/educativas na Biblioteca Municipal de Miranda do Douro para os/as mais novos/as e suas famílias;
- Parceria com a Unidade Domiciliária de cuidados paliativos (UDCP-PM);
- Criação do Centro de Apoio a Jovens (CAJ);
- Entre muitas outras atividades.

De facto, a autarquia tem feito esforços para atender os seus cidadãos e cidadãs da melhor forma possível, esforço esse reconhecido pelo prémio recebido pela autarquia em 2013 que atesta a qualidade serviço de atendimento prestado aos/às cidadãos/ãs.

Contudo a autarquia tem noção que para conseguir a instauração de uma sociedade baseada na igualdade, é fundamental que a dimensão do género integre plenamente as suas políticas, organização e práticas. No mundo de hoje e de amanhã, uma verdadeira igualdade das mulheres e dos homens constitui, sem dúvida, a chave do nosso sucesso económico e social – não somente a nível europeu ou nacional mas igualmente nas nossas regiões, nas nossas cidades, nos nossos municípios.

Para tal, o Município decidiu assinar um Protocolo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) em Dezembro de 2011, de modo a se comprometer com o objetivo de desenvolver ações de promoção da igualdade entre géneros no âmbito das políticas municipais e de acompanhar bem como comprometer-se com as medidas previstas no Plano Nacional para a Igualdade (PNI) nestas vertentes.

No decurso do que tinha sido estabelecido pelo Protocolo e na sequência de recente legislação, foi formalmente nomeada, em 13 Setembro de 2010, uma Conselheira Local para a Igualdade de Género, no sentido de dinamizar as políticas locais para a Igualdade. Desta forma, em termos de atribuições, este elemento deverá acompanhar e dinamizar a implementação das políticas locais, para a cidadania e a igualdade de género.

Ao nível das competências, deve:

a) Acompanhar e dinamizar a execução das medidas de política local na perspetiva de género;

b) Acompanhar e dinamizar a implementação das medidas previstas nas estratégias locais de promoção da igualdade, nomeadamente o Plano Municipal para a Igualdade, e de prevenção da violência doméstica e outras formas de discriminação;

c) Pronunciar-se, quando consultadas, relativamente ao impacto de medidas de natureza administrativa, regulamentar ou outras que o município pretenda prosseguir nos domínios transversalizados da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação, da proteção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida

profissional, pessoal e familiar de homens e mulheres, do combate à violência doméstica e outras formas de discriminação;

d) Apresentar propostas concretas de ação nos domínios referidos na alínea anterior;

e) Divulgar informações sobre a igualdade de género, designadamente nos domínios da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação, da proteção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de homens e mulheres, e do combate à violência doméstica e outras formas de discriminação;

f) Participar no fórum anual das conselheiras e dos conselheiros locais para a igualdade;

g) Assegurar a cooperação do município com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Este foi o 1º passo para se colocar em marcha todo o planeamento e conceção do Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género.

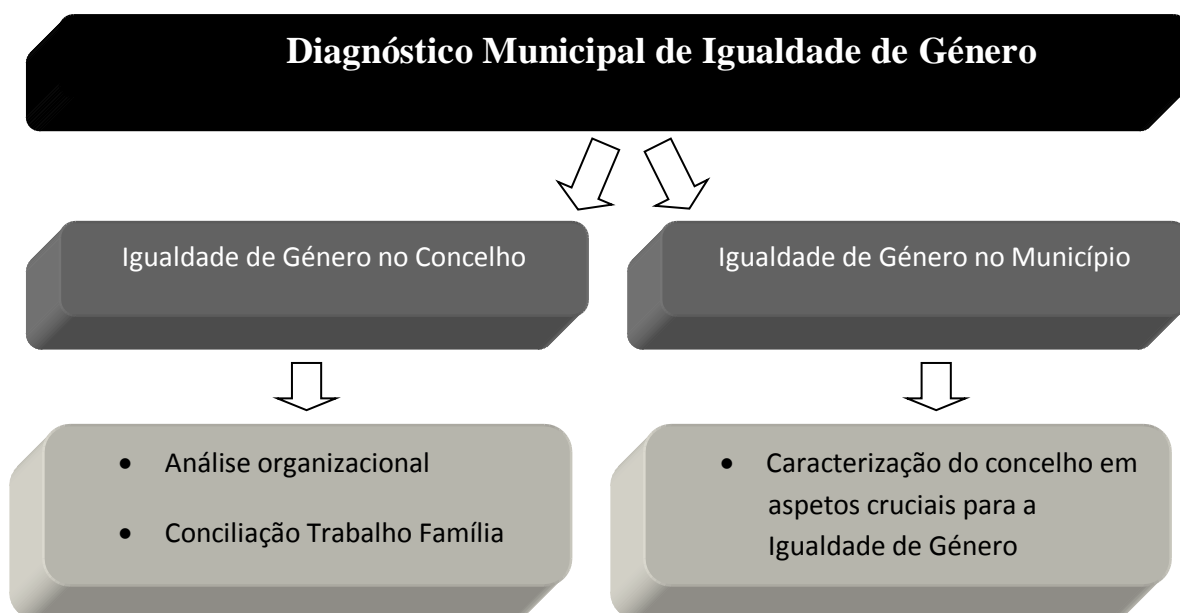
3 O diagnóstico de género e suas metodologias

3.1 Definição e propósito

O Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género consiste no estudo das diferentes condições, necessidades, taxas de participação, acesso a recursos e desenvolvimento, administração de bens, poderes de decisão, entre outros, de homens e de mulheres (Comissão Europeia, s.d.) residentes no Concelho.

Se o Diagnóstico Municipal da Igualdade de Género tem como objetivo identificar as vulnerabilidades e fragilidades, as potencialidades e os recursos, e fazer uma análise compreensiva das condições e modos de vida de mulheres e de homens residentes em Miranda do Douro, na procura de causalidades e no estabelecimento de relações e de conexões entre diferentes variáveis, indicadores e dimensões de um determinado problema, afigurava-se igualmente pertinente, fazer um diagnóstico municipal da igualdade de género, uma análise complementar, virada para o interior da própria autarquia, enquanto entidade empregadora (cf. Figura 1).

Figura 1. Estrutura do Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género



Deste modo, o DMIG subdividiu-se no Diagnóstico de IG a nível do concelho e a nível do município. Obviamente que sendo um instrumento de produção de conhecimento, o diagnóstico tem como finalidade fundamentar a definição de prioridades e de linhas de intervenção do futuro Plano para a Igualdade de Género. Assim, torna-se crucial fazer um correto diagnóstico da situação atual das entidades e das atividades que desenvolve na sua envolvente no que concerne à igualdade entre mulheres e homens, com vista à identificação dos aspetos sobre os quais é necessário intervir e introduzir mudança (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

3.2 Participantes

Participaram no diagnóstico atores/atrizes chave da comunidade (Juntas de Freguesia, Conselhos Executivos das Escolas, Organizações da Sociedade Civil e Empresas) e alguns/algumas trabalhadores/as e dirigentes do Município.

3.3 Técnicas de recolha de dados

Por forma a atingir os objetivos a que nos propusemos, foi desenvolvido um estudo de cariz exploratório, tendo sido utilizada a triangulação metodológica, que se caracteriza pela diversificação das fontes de dados (e.g., documentos do Município, artigos, monografias e informadores/as qualificados/as de várias tipologias: empresas, organizações sem fins lucrativos, entidades da administração, pública local, conselhos executivos das escolas, entre outros) e da análise contrastada pelos dados recolhidos.

Assim para o Diagnóstico de Género no Concelho, partimos inicialmente de uma pesquisa documental recorrendo a agentes informados/as, a motores de busca, a bibliografia diversa relativa às várias temáticas abordadas e a centros de documentação/informação digital especializada (e.g., INE, Censos, IEFP). Obviamente utilizou-se como um dos recursos fundamentais os documentos estratégicos elaborados no âmbito do Concelho (e.g., Diagnóstico Social do Município de Miranda do Douro).

Paralelamente, no que se refere ao Diagnóstico de Género no Município recorreu-se diretamente aos/às colaboradores/as do Município, tendo sido aplicado o

Autodiagnóstico (cf. ANEXO 1) e o questionário de conciliação trabalho-família (cf. ANEXO 2).

O Autodiagnóstico do Município foi utilizado pois permite abranger (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008):

“essencialmente três componentes fundamentais da gestão de qualquer organização: o planeamento estratégico, a gestão dos recursos humanos e a comunicação, que serão dimensões chave a considerar num processo de promoção da igualdade internamente a qualquer instituição, bem como a relação com a comunidade, se se pretende alargar a responsabilidade social no domínio da igualdade de género à vertente externa. Cada uma das dimensões anteriormente referidas, contém assim um conjunto de indicadores que irão permitir analisar as práticas organizacionais em matérias como a igualdade de género, a conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal e a proteção na maternidade e paternidade” (p.34).

É constituído por 70 questões relativamente às quais existe a possibilidade de responder de forma positiva (SIM) ou negativa (NÃO), devendo os/as responsáveis pelo seu preenchimento assinalar a resposta que melhor traduz a situação da Entidade em cada uma das dimensões referenciadas.

Desta forma foi-nos possível recolher dados quantitativos, constituintes básicos da informação básica de qualquer diagnóstico, mas também dados qualitativos uma vez que a natureza dos dados é pré-determinada sendo necessário estabelecer relações de causalidade entre eles.

De modo a avaliar as questões da conciliação trabalho família foi construído o questionário de conciliação trabalho-família uma vez que permite recolher informação mais vasta acerca das temáticas em questão, utilizando questões fechadas de forma privilegiada e questões abertas para o aprofundamento de alguns temas.

Nestes questionários foram abordadas várias áreas temáticas de análise, no âmbito das dimensões da sustentabilidade (emprego, transportes, conciliação entre vida pessoal

e familiar e vida profissional, habitação, cultura, desporto e lazer, saúde, serviços sociais, violência de género, políticas municipais, participação na vida pública e tomada de decisões).

3.4 Procedimentos

A execução do Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género passou por diferentes passos.

Inicialmente para a abordagem à problemática da igualdade de género, procedeu-se à leitura e à análise de alguns instrumentos enquadradores da política nacional nesta área: PNAI (Plano Nacional de Ação para a Inclusão), PNI (Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género), PNCV (Plano Nacional contra a Violência Doméstica), PII (Plano para a Integração de Imigrantes) e PAIPD (Plano de Ação para a Integração de Pessoas com Deficiência).

De seguida, fez-se a incorporação dos princípios da igualdade de género a nível da estratégia e da missão da instituição. Ou seja, partimos do princípio de que o sucesso da implementação de uma política de igualdade de género na administração pública local (autarquia) implica que esta seja plenamente incorporada e explicitamente consagrada na missão e na estratégia de cada organismo, devendo ser assumida ao mais alto nível da respetiva estrutura hierárquica.

Paralelamente, foi feita a identificação de agentes-chave na promoção da política de igualdade e designada a pessoa responsável (conselheira/o) pela coordenação da equipa do projeto que liderou o processo, com vista à implementação, monitorização e avaliação do diagnóstico de igualdade. Simultaneamente, recorreu-se ao apoio de uma consultora especializada na matéria para nos transmitir os eixos orientadores para a elaboração do diagnóstico bem como para formar todos os membros da equipa.

Assim, nesta fase foi dada formação em igualdade de género à equipa que estava em posição decisiva de contribuir para o sucesso da política em causa. A formação assentou na explicitação dos sistemas de género, dos mecanismos de segregação do mercado de trabalho e da esfera privada, e dar a conhecer as políticas de igualdade de género de âmbito nacional, comunitário e internacional, bem como os vários

instrumentos legislativos nos quais estas se consubstanciam, nomeadamente aqueles que, em particular, digam respeito à Administração Pública Local, incluindo as áreas a montante e a jusante das respetivas esferas de atuação.

Deste modo, os membros da equipa foram divididos pelas diferentes áreas de diagnóstico para haver uma clara distribuição do trabalho a efetuar, garantindo que nenhuma área ficava sem um olhar atento.

No que concerne à Igualdade de Género no Concelho fez-se inicialmente uma recolha dos dados estatísticos existentes sobre as realidades pertinentes a avaliar, sendo que para isso recorremos à Rede Social, suas instituições e respetivos/as profissionais.

Estes dados foram desagregados por sexo quando tal informação se encontrava disponível. **Posteriormente, foram analisados** com um maior nível de profundidade e complexidade cruzando com os dados qualitativos recolhidos. Este tipo de informação foi essencial no estabelecimento de causas e na compreensão dos mecanismos subjacentes às desigualdades de género, nomeadamente informação alusiva aos valores, normas e comportamentos bem como a relações de poder, procurando o estabelecimento de ligações entre representações e práticas e sua compreensão.

Paralelamente, para o diagnóstico da Igualdade de Género no Município distribuiu-se o Autodiagnóstico e os questionários conciliação trabalho família aos/às **atores-chave e atrizes-chave** e aos/às trabalhadores/as do Município.

No final do preenchimento, fez-se a recolha dos autodiagnósticos (57) e quantificou-se os resultados obtidos através da utilização de uma tabela de pontuações sugerida por Pernas, Fernandes e Guerreiro (2008).

Para análise dos questionários (42) recorreu-se ao *Statistical Package for the Social Sciences*, software que permite realizar análise estatística de dados no domínio das Ciências Sociais. Após validada e codificada a informação apurada, foi feita uma leitura descritiva dos dados.

Os dados apurados através das questões abertas foram organizados em grelha criada para o efeito e trabalhados recorrendo ao método de análise de conteúdo, o que permitiu evidenciar as características mais significativas.

Todos os dados recolhidos iam sendo debatidos em sessões de grupo para que assim se pensassem noutras dinâmicas, vulnerabilidades e/ou potencialidades que estivessem a descoberto.

Deste modo, tentamos que enquanto processo, o diagnóstico fosse:

- **Sistémico**- abrangendo, tanto quanto possível, várias dimensões, áreas e domínios de intervenção autárquica, permitindo, deste modo, obter uma perspetiva global das condições e modos de vida de mulheres e de homens de determinado concelho;
- **Interpretativo**- relacionando as problemáticas e evidenciando as causalidades a elas subjacentes;
- **Participativo**- envolvendo diferentes estruturas da autarquia bem como outras entidades locais e respetivos/as munícipes;
- **Prospetivo**- desenhando cenários ou, pelo menos, linhas de tendência.

Deste modo, a análise dos dados, que espelham a realidade mirandesa, foi feita sempre através de uma análise de género e sob uma matriz de igualdade de oportunidades descrita no capítulo I de modo a ser possível conhecer as condições e modos de vida dos e das munícipes, determinar a magnitude e importância dos problemas e as suas causalidades, e identificar as questões-chave sobre as quais se deve construir futuramente o Plano Municipal para a Igualdade de Género, numa perspetiva de mudança social.

3.5 Constrangimentos/Limitações de execução

Refletir sobre a igualdade entre homens e mulheres implica fazer emergir os nossos próprios valores pessoais e faz-nos questionar acerca das hierarquias de poder há muito estabelecidas (Perista & Silva, 2009). Tal reflexão e questionamento requerem, pois, um olhar diferente sobre os problemas que afetam mulheres e homens na sociedade, o que, por seu lado, implica conhecimento/informação e formação no

domínio da igualdade de género bem como algum “treino” desse olhar (Perista & Silva, 2009).

Realizar um diagnóstico municipal da igualdade de género é uma tarefa complexa que envolve, antes de mais, um conhecimento especializado. Uma leitura simples de dados estatísticos desagregados por sexo não se coaduna com uma análise de género, através da qual, efetivamente, se procura evidenciar as causas subjacentes às assimetrias.

Um dos primeiros constrangimentos prendeu-se com a escassez de dados estatísticos desagregados por sexo. As lacunas, neste âmbito, já são muitas quando se procede a uma análise de âmbito nacional, mas são ainda muito mais quando se toma um enfoque territorial mais restrito, ao nível do concelho ou da freguesia. Este facto implicou, para alguns casos, uma maior exigência e dispêndio de tempo da equipa, no sentido da definição de formas alternativas de aferir a informação pretendida e/ou de um esforço acrescido na procura direta de informação junto de entidades locais. Este processo foi um pouco moroso tendo em conta a profundidade dos dados que se procuravam. Este constrangimento acabou por se refletir na análise de outros fundamentos de discriminação, nomeadamente nas questões relativas à idade, cultura e deficiência. De facto, a falta de informação, quantitativa e/ou qualitativa, desagregada por sexo impossibilita uma análise de género, das condições e modos de vida de pessoas que pelas suas pertenças identitárias, são, com frequência, vítimas de discriminação múltipla.

Por outro lado, os recursos disponibilizados para o presente projeto e simultaneamente o período de tempo disponível para o efeito, não permitiram o aprofundamento desejável para um diagnóstico fiel da realidade concelhia. Com efeito, o estudo carecerá ainda de aprofundamentos posteriores, nomeadamente em termos de auscultação direta da população, aspeto que será operacionalizado numa segunda fase numa lógica de construção contínua do Plano Municipal para a Igualdade.???????

4 A Igualdade de Género no município

4.1 Sinopse

Como já falamos anteriormente no quadro da integração de uma política de responsabilidade social, as organizações têm progressivamente assistido ao repto de responder a desafios que ultrapassam a componente económica. A cidadania, o envolvimento com a comunidade, o desenvolvimento humano, a inclusão social, o diálogo social e a igualdade de género fazem, cada vez mais, parte das preocupações das organizações.

Especificamente, a efetivação do *mainstreaming* de género tem visto reconhecidos benefícios de ordem diversa:

Quadro 1- Benefícios do *mainstreaming* de género, ao nível interno e externo das organizações (CITE, 2008)

	Ao nível interno	Ao nível externo
Capitalização de recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciação de competências e conhecimentos dos seus recursos humanos, pela inclusão de todas e todos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação e criatividade nos produtos e soluções disponibilizadas a clientes e mercado.
Fidelização e motivação	<ul style="list-style-type: none"> • Fidelização de trabalhadores e trabalhadoras; • Contribuição para um melhor ambiente de trabalho; • Aumento da motivação. • Redução do absentismo; • Redução dos índices de rotatividade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Atração e retenção de capital humano; • Confiança e credibilidade perante o mercado e a comunidade em que se insere.
Produtividade	<ul style="list-style-type: none"> • Maior satisfação de trabalhadores e trabalhadoras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Facto de competitividade pela maior rentabilização de recursos
Reputação e Imagem	<ul style="list-style-type: none"> • Maior transparência na relação com trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento pela promoção de medidas de igualdade de género, enquanto empresa com boas práticas no quadro da responsabilidade social; • Aumento da notoriedade e valor da marca.

O município é ele próprio um organismo, constituído por homens e mulheres com vivências e perceções específicas que, para além de condicionarem o seu

quotidiano, poderão influenciar o seu papel de agentes de mudança, de forma mais ou menos positiva. Como tal, e tendo em conta a sua dimensão de grandes empregadores e prestadores de serviços, as Autarquias devem constituir um exemplo positivo de não discriminação.

Assim, qualquer processo de *mainstreaming* no contexto organizacional, deve pressupor não só uma tomada de conhecimento acerca da importância da temática de igualdade de mulheres e de homens, como uma análise complementar, virada para o interior do próprio município, enquanto entidade empregadora. Com efeito, o primeiro passo para a implementação do *mainstreaming*, coaduna-se com a sensibilização e formação internas de forma a alcançar um entendimento comum sobre o que é a igualdade de género e o que esta supõe.

Todavia, e de modo a intervir eficazmente importa, num momento prévio, aferir quais as práticas, valores e perceções inerentes aos diferenciados processos de socialização dos membros da organização.

Deste modo, e tal como já referenciado anteriormente a nível do Município para diagnosticar a situação decidimos primeiramente passar o Autodiagnóstico e depois o questionário conciliação trabalho-família.

O diagnóstico que seguidamente se apresenta resulta, pois, da resposta às motivações acima identificadas e procurar sistematizar a realidade subjacente à organização objeto de estudo.

4.2 Autodiagnóstico

De modo a fazer-se um correto diagnóstico da situação atual das entidades e das atividades que desenvolve na sua envolvente no que concerne à igualdade entre mulheres e homens, com vista à identificação dos aspetos sobre os quais é necessário intervir e introduzir mudança. Passou-se a colaboradores/as da autarquia o instrumento de autodiagnóstico de modo a fazer uma mais rápida e eficaz identificação de necessidades, para elaboração e implementação do plano de ação correspondente (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008).

O Autodiagnóstico permitiu assim avaliar 4 dimensões distintas (Pernas, Fernandes & Guerreiro, 2008):

1. Planeamento estratégico

- Estratégia, missão e valores da instituição promotora do plano de igualdade

2. Gestão de Recursos Humanos

- Recrutamento e seleção
- Formação
- Gestão de carreiras e remunerações
- Diálogo social, participação de trabalhadores/as e organizações suas representativas
- Respeito pela dignidade das mulheres e dos homens no local de trabalho
- Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal:
- Formas inovadoras de organização do trabalho
- Benefícios diretos a trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias
- Proteção na maternidade e na paternidade e assistência à família

3. Comunicação

- Comunicação interna e externa

4. Relação com a Comunidade

- Solidariedade e apoio
- Educação
- Saúde
- Cultura
- Desporto e lazer
- Participação cívica
- Empreendedorismo

4.3 A situação da autarquia sob a visão dos/as seus/suas colaboradores/as

Participaram no preenchimento dos autodiagnósticos 57 colaboradores/as do Município de Miranda do Douro.

Na sequência da contabilização dos resultados totais obtidos com as respostas, e de forma a permitir uma análise mais consequente dos resultados obtidos, verificamos que em média os/as 57 colaboradores/as atribuíram a autarquia com 52.9 pontos o que classifica a autarquia segundo Pernas, Fernandes e Guerreiro (2008) como uma entidade Mediana (resultados entre 40 e 60 pontos) em termos de Igualdade de Género. As entidades situadas neste patamar são aquelas que já começaram a implementar um conjunto de práticas sobre igualdade de género e conciliação entre vida profissional e familiar, não tendo estas ainda grande expressão nas práticas e políticas de gestão.

É através do olhar sob os resultados que se sendo que figura a estratégia de melhoria de modo a promover uma transversalização progressiva dos princípios da Igualdade de Género, dando prioridade à sua implementação nas áreas onde obteve as pontuações mais baixas.

Analisando as áreas do autodiagnóstico verifica-se que as áreas com pontuações mais baixas são:

- Estratégia, missão e valores da instituição promotora do plano de igualdade,
- Comunicação,
- Relação com a comunidade.

De facto, os colaboradores/as, na sua maioria, consideram que não existe ainda um planeamento estratégico da autarquia no sentido de transversalizar o valor da equidade e igualdade entre homens e mulheres dentro da Autarquia.

No ponto 3- comunicação as áreas que pontuaram mais baixas foram a nível da comunicação interna e externa. Os/as colaboradores/as consideram que na comunicação externa nomeadamente na dirigida às partes interessadas, não é tomado em consideração

o princípio da igualdade e não discriminação em função do sexo e são utilizadas formas gramaticais sexistas. O mesmo se verifica, na comunicação interna, onde não são utilizadas formas gramaticais inclusivas e neutras (ex.: os funcionários e as funcionárias).

Outra das áreas que obteve pontuação menor foi a relação com a comunidade principalmente no que concerne ao considerarem que a entidade não tem apoiado à criação e manutenção de redes de apoio social e entajuda familiar, possibilitando desta forma a redução da sobrecarga para mulheres e homens trabalhadoras/es, no apoio a familiares idosos ou outros familiares dependentes, não tem apoiado iniciativas culturais mobilizadoras de uma maior consciência coletiva no domínio da igualdade de género e mostram que a entidade não tem iniciativas de reconhecimento de boas práticas institucionais ou empresariais bem como individuais no domínio da igualdade de género, no seu concelho.

Por outro lado, pontua com realidades inexistentes/desconhecidas o fato da entidade não promover ou incentivar a criação de infraestruturas de apoio à mulher ou ao homem em situação familiar de mono-parentalidade.

A nível da participação, demonstram que a entidade não tem desenvolvido ações que visem a promoção da atividade empreendedora do sexo sub-representado, que neste caso são as mulheres.

Claro está que dentro das outras áreas outros subpontos merecem uma atenção especial de modo a conseguir-se ultrapassar estas falhas e trabalhar em prol de uma real e concreta igualdade de oportunidades no concelho.

Questionário Trabalho-Família

Caracterização dos/as Inquiridos/as

Participaram no preenchimento dos questionários 42 colaboradores/as do Município de Miranda do Douro, sendo a maioria do sexo feminino (57.1%, n=24), com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos de idade (76.2%, n=32), e possuindo

como habilitações literárias ao nível do ensino superior (61.4%, n=30), conforme se pode analisar na Tabela 1.

Tabela 1 – Sexo, Idade e Habilitações literárias

		n (%)
Sexo	Feminino	24 (57.1)
	Masculino	18 (42.9)
Idade	17-25	5 (11.9)
	26-45	32 (76.2)
	46-65	5 (11.9)
Habilitações literárias	2º/3º C EB	2 (4.8)
	Ensino Secundário	10 (23.8)
	Bacharelato/Curso médio	4 (9.5)
	Licenciatura	17 (40.5)
	Pós-graduação	5 (11.9)
	Mestrado/Doutoramento	4 (9.5)

A análise do agregado familiar (cf. Tabela 2) permite-nos constatar que a sua constituição varia entre 1 e 4 elementos, havendo uma maior representatividade de agregados de 3 elementos (45.2%, n=19) e dos agregados constituídos pelo casal e filhos (38.1%, n=16). As famílias monoparentais são todas constituídas pela mãe e filhos (9.5%, n=4).

Tabela 2 – Agregado Familiar

		n (%)
Nº de elementos	1	4 (9.5)
	2	10 (23.8)
	3	19 (45.2)
	4	9 (21.4)
Tipo de agregado familiar	Família de origem	11 (26.2)
	Casal	7 (16.7)
	Casal com filhos	16 (38.1)
	Família monoparental	4 (9.5)
	Uninuclear	4 (9.5)

Os agregados uninucleares são equitativamente distribuídos entre os dois sexos, ou seja dois dos agregados são constituídos por elementos do sexo feminino e dois por elementos do sexo masculino.

Relativamente à situação profissional a maioria dos colaboradores que participou no presente estudo está integrado na carreira de técnico superior (52.4%, n=22), tem maior representação dos que trabalham no MMD há mais de 1 e menos de 5 anos, e apresentam uma distribuição equitativa relativamente ao vínculo.

Tabela 3 – Situação profissional

		n (%)
Carreira	Técnico Superior	22 (52.4)
	Assistente Técnico	13 (31.0)
	Assistente Operacional	7 (16.7)
Antiguidade	Menos de um ano	2 (4.8)
	Entre 1 e 5 anos	20 (47.6)
	Entre 6 a 10 anos	7 (16.7)
	Entre 11 a 20 anos	11 (26.2)
	21 e mais anos	2 (4.8)
Vínculo	Contrato de trabalho: tempo indeterminado	21 (50.0)
	Contrato de trabalho: tempo determinado	21 (50.0)

A perspetiva dos Recursos Humanos – Uso do tempo na esfera laboral

Relativamente à utilização do tempo na esfera profissional a maioria dos participantes possui um horário fixo (54.8%, n=23) mas desejava um horário flexível (51.4%, n=20), tendo todos um horário de trabalho completo.

Tabela 4 – Horário

		n (%)
Horário em exercício	Rígido	23 (54.8)
	Flexível	10 (23.8)
	Jornada contínua	4 (9.5)
	Isenção de horário	1 (2.4)
	Turnos	4 (9.5)
Horário desejado	Rígido	2 (8.6)
	Flexível	20 (51.4)
	Jornada contínua	7 (31.4)
	Isenção de horário	11 (2.9)
	Turnos	2 (5.7)
	Sem informação (7)	

Auscultados/as sobre a participação individual em ações de formação desenvolvidas através do MMD constatou-se que a maioria refere não ter participado (59.5%, n=25). Dos que participaram (40.5%, n= 17), 13 (31%) refere ter participado em formação contínua e 7 (16.7%) em formação sob a temática de IG e participaram na elaboração das grandes opções do plano na sua unidade orgânica.

Tabela 5 – Participação em ações de formação desenvolvidas pelo MMD

		n (%)
Ações de formação contínua	Participou	13 (31.0)
	Não participou	29 (69.0)
Ações de formação sob a temática de IG	Participou	7 (16.7)
	Não participou	35 (83.3)
Participação na elaboração das Grandes Opções do Plano na sua unidade orgânica	Participou	7 (16.7)
	Não participou	35 (83.3)

Face à temática da Igualdade de Género a maioria (73.0%, n=31) refere não existir desigualdade de género entre homens e mulheres no Município de Miranda do Douro, dos que referem existir (26.2%, n=11) há mais participantes a considerar que a desigualdade tem vindo a diminuir (4.8%, n=2).

Tabela 6 – Desigualdade de Género no MMD

	n (%)	n (%)
Não existe desigualdade		31 (73.0)
Existe desigualdade		11 (26.2)
Tem aumentado	2 (4.8)	
Tem-se mantido constante	4 (9.5)	
Tem diminuído	5 (11.9)	

A perspetiva dos RH – Uso do tempo na esfera pessoal/ familiar

Face a uma listagem de tarefas inerentes à vida familiar foi solicitado aos/às participantes para indicarem a(s) pessoa(s) que, com maior frequência, as realizava.

A maioria (54.8%, n=23) referencia que as tarefas domésticas são realizadas por si próprio, sendo estes maioritariamente do sexo feminino (n=17). 31.0% (n=13) dos participantes despende por semana entre 1 e três horas em atividades domésticas, 28.6% menos de uma hora, sendo os restantes 17% divididos quase equitativamente entre os que realizam estas tarefas ocasionalmente (21.4%, n=9) e os que necessitam de mais de 3 horas por dia (19.0%, n= 8).

Tabela 7 – Tarefas domésticas

	n (%)
O/A próprio/a	23 (54.8)
Cônjuge	9 (21.4)
Outros familiares	5 (11.9)
Próprio e outros familiares	1 (2.4)
Próprio e cônjuge	2 (4.8)
Próprio, cônjuge e empregado/a doméstico/a	1 (2.4)

As compras de casa têm como principal autor o/a próprio/a (54.8%, n=23), sendo estes maioritariamente do sexo feminino (n=15). As compras para a casa são realizadas ocasionalmente por mais (47.6%, n=20) participantes, ocupam em 42.9% (n=18) menos de uma hora por dia. No entanto, 9.5% dos/as respondentes ocupa entre 1 a 3 horas por dia a realizar compras para casa.

Tabela 8 – Compras de casa

	n (%)
O/A próprio/a	23 (54.8)
Cônjuge	5 (11.9)
Outros familiares	5 (11.9)
Próprio e outros familiares	1 (2.4)
Próprio e cônjuge	8 (19.0)

A preparação das refeições é mais realizada pelo/a próprio/a (45.2, n=19), sendo este mais do sexo feminino (16/19). Quando o participante é do sexo masculino referencia mais o cônjuge na realização desta tarefa. A preparação das refeições ocupa entre 1 e 3 horas por dia a 47.6% (n=20) dos/as participantes, 21.4% despendem menos de uma hora por dia, e 31% (n=13) referem uma periodicidade ocasional.

Tabela 9 – Preparação de refeições

	n (%)
O/A próprio/a	19 (45.2)
Cônjuge	9 (21.4)
Outros familiares	8 (19.1)
Próprio e cônjuge	6 (14.3)

O tratamento de roupa é realizado maioritariamente pelo próprio (56.8%, n=23), sendo o próprio maioritariamente feminino (17 elementos em 23 que responderam neste item “o próprio”). Ressaltamos que quando o/a participante é masculino (n=18) refere maioritariamente o cônjuge no tratamento da roupa (10 homens em 18 referem que é a esposa a realizar o tratamento da roupa. Nesta amostra o tratamento da roupa é maioritariamente realizado pelas mulheres (64.3%, n=27). O tratamento da roupa é realizado por mais participantes de forma ocasional (38.1%, n=16) ou despendendo entre 1 e 3 horas diárias (33.3%, n=14).

Tabela 10 – Tratamento de roupa

	n (%)
O/A próprio/a	23 (56.8)
Cônjuge	10 (23.0)
Próprio e cônjuge	6 (14.3)
Outros familiares	8 (19.1)
Empregado/a doméstico	1 (2.4)

As reparações em casa são realizadas maioritariamente (69.1%, n=29) pelo/a próprio/a (38.1%, n=16) e pelo cônjuge (31.0%, n=13). Na análise do sexo dos que responderam “o próprio” verificamos que são mais do sexo masculino (ocorre em 13 dos 16 respondentes). O sexo feminino referencia o cônjuge como efetuando esta tarefa (ocorre em 11 dos 13 respondentes). Ou seja, as reparações em casa são maioritariamente assumidas pelo sexo masculino (57.1%, n= 24).

O tempo despendido a realizar reparações em casa é mais referenciado como sendo ocasional (42.9%, n=18) ou como sendo diário variando a duração entre 1 e 3 horas (37.7%, n=15).

Tabela 11 – Reparações em casa

	n (%)
O/A próprio/a	16 (38.1)
Cônjuge	13 (31.0)
Próprio e cônjuge	1 (2.4)
Outros familiares	9 (21.4)
Outras situações	3 (7.2)

As tarefas administrativas são realizadas maioritariamente pelo próprio (52.4%, n=22), verificando-se uma distribuição equitativa entre os sexos. Há mais participantes a referir que realiza esta tarefa ocasionalmente (38.1%, n=16), 28.6% (n=12) refere gastar menos de uma hora e 23.8% (n=10) entre uma e três horas diárias.

Tabela 12 – Tarefas administrativas

	n (%)
O/A próprio/a	22 (52.4)
Cônjuge	6 (14.3)
Próprio e cônjuge	6 (14.3)
Outros familiares	5 (11.9)
Outras situações	3 (7.2)

O acompanhamento a consultas de descendentes e ascendentes é maioritariamente realizada pelo próprio (50.0%, n=21), sendo que dos 21 elementos 13 são mulheres. O tempo diária subordinado a esta tarefa é referido maioritariamente (57.1%, n=24) como sendo ocasional, no entanto 28.6% (n=12) assinala despende entre uma e três horas.

Tabela 13 – Acompanhamento a consultas de descendentes e ascendentes

	n (%)
O/A próprio/a	21 (50.0)
Cônjuge	3 (7.1)
Próprio e cônjuge	13 (7.1)
Outros familiares	2 (4.8)
Outras situações	13 (38.9)

O acompanhamento em situações de doença de descendentes e ascendentes é indicada como sendo mais realizada pelo próprio (45.2%, n=19), sendo que dos 19 respondentes 14 são do sexo feminino.

O tempo diário despendido no acompanhamento em situação de doença a ascendentes/descendentes é ocasional na maioria das situações (57.1%, n=24) ainda que 28.6% (n=12) assinale despende entre uma e três horas diárias.

Tabela 14 – Acompanhamento em situações de doença de descendentes e ascendentes

	n (%)
O/A próprio/a	19 (45.2)
Cônjuge	3 (7.1)
Próprio e cônjuge	5 (11.9)
Outros familiares	3 (7.1)
Outras situações	12 (4.8)

O transporte de crianças para a escola foi um item considerado não aplicável por 47.6% dos participantes, sendo uma tarefa realizada por múltiplos atores, continuando-se no entanto, a destacar os pais. A maioria (61.9%, n=26) refere necessitar entre uma a três horas diárias no transporte dos filhos.

Tabela 15 – Transporte de crianças para a escola

	n (%)
O/A próprio/a	8 (19.0)
Cônjuge	2 (4.8)
Próprio e cônjuge	6 (14.3)
Outros familiares	1 (2.4)
Outras situações	5 (11.9)
Não aplicável	20 (47.6)

O acompanhamento dos/as filhos/as nos estudos foi um item considerado não aplicável por 47.6% dos participantes, sendo uma tarefa realizada por múltiplos atores/atrizes, continuando-se no entanto, a destacar os pais. A grande maioria (71.4%, n=30) necessita de uma a três horas diárias para acompanhar os filhos nos estudos.

Tabela 16 – Acompanhamento dos/as filhos/as nos estudos

	n (%)
O/A próprio/a	8 (19.0)
Cônjuge	2 (4.8)
Próprio e cônjuge	6 (14.3)
Outros familiares	1 (2.4)
Outras situações	5 (11.9)
Não aplicável	20 (47.6)

A participação em actividades relacionadas com o voluntariado e participação cívica é apenas referenciada como realizada por si próprio em 35.7% (n=15), dos 15

respondentes 10 pertencem ao sexo feminino. Em 9.5% dos respondentes ambos os elementos do casal referenciam esta preocupação.

Tabela 17 – Participação em atividades relacionadas com o voluntariado e participação cívica

	n (%)
O/A próprio/a	15 (35.7)
Cônjuge	3 (7.1)
Próprio e cônjuge	4 (9.5)
Outros familiares	1 (2.4)
Outras situações	4 (9.5)
Não aplicável	15 (35.7)

Os/as participantes no estudo referem gastar, em média, numa semana de 7 dias, 11.82 horas direcionadas ao trabalho doméstico, variando entre 2 e 40 horas. Quanto ao tempo gasto com os filhos, numa semana de trabalho de 7 dias, a média é de 8.68 atingindo o máximo de 8 horas. Na atividade profissional a média é de 39.86, com oscilações entre 5 e 60 horas numa semana de trabalho de 7 dias.

Perante a necessidade de conciliar a vida familiar e profissional os participantes foram questionados acerca dos benéficos que gostariam de ter acesso para que esta articulação fosse mais fácil. Destacamos que 40.5% (n=17) não responderam. Dos participantes que responderam 40.5% destacam a necessidade do serviço de apoio ao trabalho doméstico (engomadoria, costura, pequenas reparações), 35.1% destaca os equipamentos de apoio (creche, JI, Centro dia, ATL, apoio domiciliário, lar de idosos), 16.2% indica os serviços de *babysitting* e 8.1% referencia outros, nomeadamente o apoio a refeições e limpeza.

Perceções em matéria de Igualdade de Género

Pela análise dos questionários verificamos que em termos de vivências e perceções de género os/as participantes evidenciaram certas realidades distintas que passamos a apresentar:

- 64.3% (n=27) nunca esteve em situações em que se tenha sentido discriminado/a por ser homem ou mulher
- Dos que já se sentiram (35.7%), 20.7% são mulheres

- 45.2% considera que as situações de desigualdade entre homens e mulheres não afeta a sua vida
 - 65% refere ter facilidade em conciliar a vida familiar e profissional
 - 67.5% considera que a organização da sua família permite dispor de iguais condições na carreira aos homens e às mulheres
 - 90.4% apresenta a opinião que a participação dos homens nas tarefas domésticas e nos cuidados diários aos/às filhos/as tem vindo a aumentar
 - 83.3% considera que mulheres que trabalham continuam a desempenhar a maior parte das tarefas domésticas e responsabilidades familiares
 - 92.9% considera que mulheres adiam a maternidade para melhor se dedicarem à carreira
 - 39.0% considera que no trabalho, os homens dispõem de melhores condições de progressão na carreira do que as mulheres
 - 60% considera que nos dias que correm a organização familiar dos casais permite que homens e mulheres disponham de iguais condições de carreira
 - 69.1% considera desejável que as mulheres pudessem ficar em casa com os filhos até estes completarem um ano
 - 75.0% considera que deveriam ser tomadas medidas que visassem aumentar a representação das mulheres nos níveis elevados de decisão
- Foi analisada a ocorrência de situações de violência doméstica, assédio moral (dentro ou fora do contexto laboral), assédio sexual (dentro e fora do trabalho). Ninguém sinalizou situações de violência doméstica. 14,3% (n=6) assinalam terem sido vítimas de assédio moral (no contexto profissional, 9.5%; fora do contexto profissional, 4.8%). 4.8% (n=2) destacam situação em que foram vítimas de assédio sexual, situações divididas de forma equitativa dentro e fora do contexto profissional.

Tabela 18 – Perceção acerca da igualdade de género

	Discordo Completamente		Discordo		N concordo Nem discordo		Concordo		Concordo completamente	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Já estive em situações em que me senti discriminado/a por ser homem ou mulher	12	(28.6)	15	(35.7)	9	(21.4)	6	(14.3)	0	(0.0)
As situações de desigualdade entre homens e mulheres não afetam a minha vida	5	(11.9)	14	(33.3)	12	(28.6)	9	(21.4)	2	(4.8)
Tenho facilidade em conciliar a minha vida familiar e profissional	2	(5.0)	6	(15.0)	6	(15.0)	20	(50.0)	6	(15.0)
A minha organização familiar permite-me dispor de iguais condições de carreira	1	(2.5)	3	(7.5)	9	(22.5)	21	(52.5)	6	(15.0)
A participação dos homens nas tarefas domésticas e nos cuidados diários aos filhos tem vindo a aumentar	1	(2.4)	2	(4.8)	1	(2.4)	35	(83.3)	3	(7.1)
As mulheres que trabalham continuam a desempenhar a maior parte das tarefas domésticas e responsabilidades familiares	1	(2.4)	3	(7.1)	3	(7.1)	30	(71.4)	5	(11.9)
Muitas mulheres adiam a maternidade para melhor se dedicarem á carreira	1	(2.4)	1	(2.4)	1	(2.4)	34	(81.0)	5	(11.9)
No trabalho, os homens dispõem de melhores condições de progressão na carreira do que as mulheres	6	(14.6)	10	(24.4)	13	(31.7)	10	(24.4)	2	(4.9)
Hoje em dia, a organização familiar dos casais permite que homens e mulheres disponham de iguais condições de carreira	1	(2.5)	3	(7.5)	12	(30.0)	21	(30.0)	3	(7.5)
Seria desejável que as mulheres pudessem ficar em casa com os filhos até um ano	2	(4.8)	1	(2.4)	10	(23.8)	18	(42.9)	11	(26.2)
Deveriam ser tomadas medidas que visassem a representação das mulheres nos níveis elevados de decisão	2	(5.0)	1	(2.5)	7	(17.5)	24	(60.0)	6	(15.0)

5 A Igualdade de Género no Concelho

5.1 Enquadramento geográfico

Miranda do Douro situa-se, a norte de Portugal, no distrito de Bragança (cf. Figura 2) e em profundo território transmontano, o chamado Planalto Mirandês. A “Cidade Museu” de Trás-os-Montes encontra-se a 86 km da capital do distrito e mantém a sua traça medieval e renascentista. Pelos dados dos Censos 2011 esta região geográfica é constituída por uma população residente de 20.4848 e presente de 20.2195 (INE, 2011). A percentagem de Mulheres residente estima-se em 51.8% de residentes e 51.8% presentes o que nos remete para que as mulheres permanecem muito na terra, não se movimentando para outros locais.

Figura 2- Localização de Bragança no mapa de Portugal



Miranda do Douro assenta na parte mais setentrional da Província, estendendo-se pelos terrenos com uma densa rede de vales suaves, por onde escorrem pequenas

ribeiras a caminho do Douro. O território que esta tradicional província ocupa, assemelha-se a um losango irregular na ponta do nordeste Português.

A terra, “... *É uma alternância rítmica de alturas, paisagens profundas e veigas atraentes...*”, que varia conforme as diferentes características orográficas, prolongando-se numa estrutura provincial dividida em duas zonas transversais.

Se atentarmos à distinção entre zona transversal do norte, a chamada “Terra Fria”, e a do sul “Terra Quente”, a toponímia denota uma diferença climatérica e, proveniente dela, a conseqüente diferenciação das culturas. A terra quente onde domina a vinha, pretende privilegiadamente à economia regional das terras vinhateiras do Douro.

No que diz respeito à terra fria, onde toma assento Miranda, observamos por seu turno uma abundante produção agrícola, onde o centeio, o trigo, a cevada, o linho, a batata, a castanha, aos vinhos virgens e os gados, fazem parte das suas principais características. No entanto, podemos encontrar um aspeto verdadeiramente comum que envolve todas as terras transmontanas: a distância. **Como explica Luís Chaves, tudo é longe, devido ao escarpado relevo, bem como ao necessário amanho da terra, indispensável à sobrevivência da maioria dos seus habitantes.???????**

Separado do resto do país pelas montanhas, esta região cedo começou a desenvolver características muito próprias. O transmontano adquiriu uma personalidade muito demarcada pela robustez e inteligência, coabitando num clima seco e rigorosíssimo com paisagens vastas de florestas de carvalhos e castanheiros gigantes com largos horizontes. No séc. XIX, são agricultores por excelência com um espírito rasgador místico que vagueia pelo idealismo.

Miranda do Douro depressa desenvolveu características genuínas, como mostra bem o caso da indumentária mirandesa. Na sua totalidade, é de burel laranja (por tingir) manufaturado pela indústria doméstica local. Consta, para o homem, de calção de alçapão, meias de lã, polainas, jaqueta de gola direita, camisa de linho (fabrico local) de grandes colarinhos muito lavrados de ornatos bordados, carapuça prolongada, fazendo lembrar uma pala para a frente e para trás. Não podia faltar a ilustre Capa de Honras, muito ornamentada de lavores em bandas, gola de carapuça adequada e rabicho, que na

parte de trás pendente até meio das costas, dando um aspeto similar de pluvial medieval. O traje feminino é do mesmo tecido e igualmente fascinante.

A imagem de marca de Miranda é a dança dos pauliteiros, uma composição de bailados sacro-guerreiros que utilizam trajes únicos na província. É preciso ainda salientar outra tradição forte que se foi perpetuando. Trata-se da Língua Mirandesa, que tradicionalmente era legada de pais/mães para filhos/as. Porque constituía uma sólida base, ocupando o lugar da “língua nobre” - o português – principalmente nas áreas rurais. Este era um preponderante fator cultural, chegando mesmo a substituir as escolas, que rareavam. Por outro lado eram mínimas as possibilidades de pôr um/a filho/a a estudar. Primeiro, e sempre primeiro, estavam os campos e os animais. O berço da língua foi este.

As estações marcavam um tempo cheio de árduas e necessárias tarefas. Tudo começava no Outono, com as vindimas e as sementeiras do trigo, centeio e cevada. Aproximando-se o frio Inverno, os agricultores não podiam trabalhar o campo, endurecido pelas geadas. Era altura da matança do porco, cuja carne privilegiada, abastecia a despensa familiar durante todo o ano, com ancestrais enchidos: salpicão, chouriças e chavianas, alheiras ou tabafeias, e os célebres bulhos ou botelos (chouriços de ossos). Tudo era aproveitado sendo o resto da carne da animal guardada em salgadeiras porque o sal era o único conservante. Depois de um mês nestas “arcas”, o delicioso presunto era pendurado nos fumeiros até curar, sobre o lume. A primavera era tempo de tratar das hortas, no verão era altura das ceifas e debulhas, debaixo de um sol tórrido.

Miranda do Douro criou uma arquitetura cheia de personalidade pelo seu tipo de habitação intramuros, com traços manuelinos declinados para a renascença, com as janelas *quasi* quadradas, de esquinas duplas, assimétricas com mísulas aos lados, os peitoris, batentes e ombreiras são chanfrados. No entanto, nas numerosas aldeias o panorama é bem diferente. Os currais, que se estendiam à frente das casas eram de pedra solta sem qualquer revestimento, dentro das quais, se alojavam os animais nos palheiros. Ao fundo dos currais encontrava-se a residência, dando assim primazia aos animais, o que reflete a importância da criação de gado no planalto mirandês.

O concelho de Miranda do Douro tem cerca de 484,08 Km², quase 7462 habitantes divididos por 17 freguesias (cf. Figura 3): Águas Vivas, Atenor, Cicouro, Constantim, Duas Igrejas, Genísio, Ifanes, Malhadas, Miranda do Douro, Palaçoulo, Paradela, Picote, Póvoa, São Martinho, Sendim, Silva e Vila Chã da Braciosa.

Figura 3- Concelho de Miranda do Douro: as suas freguesias



5.2 Enquadramento Histórico

A origem de Miranda do Douro como povoação não é clara e não há documentos autênticos sobre ela. Apenas existem indícios de que Miranda teria sido primitivamente um castro já da idade do bronze.

Inicialmente, todo este vasto território que ia desde Outeiro até Lagoaça era chamado de Terra de Miranda. Só a partir de 1286 o nome de Terra de Miranda se concretiza em Miranda do Douro, quando em 18 de Dezembro de 1286, D. Dinis concedeu um foral a Miranda do Douro, elevando-a à categoria de vila e demarca o termo do seu concelho, separando-a do Julgado de Algoz amuralhando-a e acastelando-a. Deste modo, a vila recém-criada transforma-se progressivamente numa das mais importantes vilas cercadas de Trás-os-Montes.

Em 1545 passa a bispado tendo sido D. Turíblio Lopes o seu primeiro Bispo. Decorria ainda o mesmo ano quando D. João III honra Miranda com a categoria de cidade, dando-lhe novos privilégios.

A Guerra dos Sete Anos deu o primeiro golpe na prosperidade à cidade que foi tomada e saqueada pelos castelhanos. A anteriormente chamada “Cidade Mártir”, Miranda do Douro, vê a sua importância ser posta em causa. À nobre e antiquíssima, retira-se-lhe a sede de bispado, assim como a comarca, e vai ter de esperar até 1855 para novamente se tornar cabeça de Comarca.

Esta situação repete-se com a entrada em cena do Liberalismo, um momento muito conturbado que gravou ainda mais um reino com linhas de comunicação pouco extensas. O resultado foi, neste caso particular um completo distanciamento entre uma cidade escondida, quase sepultada ao lado dos extraordinários antepassados, alheia aos movimentos revolucionários, preocupando-se em tentar sobreviver às constantes devastações dos seus campos. Tudo isto aliado aos rigorosíssimos e longos Invernos.

Com o fim das guerras e a nova diplomacia com Espanha, o fator estratégico desaparece, perdendo a importância que tinha. Uma atitude que custou caro, primeiro a todo um povo, agora a uma geração.

Em 1954 com o início da construção da barragem hidrelétrica de Picote e em 1957/58 com o início da construção das barragens hidrelétrica de Miranda o concelho assume-se como uma região em franco desenvolvimento, quem é reforçado mais tarde com a abertura da fronteira e o desenvolvimento do comércio na cidade. Miranda do Douro é hoje um local de referência para as compras dos nossos vizinhos Espanhóis. **Devido à** sua riqueza cultural e gastronómica é ainda um local visitado por turistas provenientes de diversas partes do mundo.

Mais recentemente, em 1998, com a abertura do Pólo Universitário da UTAD, Miranda do Douro sofre mais um fluxo de desenvolvimento, que traz à cidade e ao concelho uma nova dinâmica económica e cultural, fundamental para uma cidade do nordeste transmontano, vítima da interioridade e da desertificação.

É também a 11 de Maio de 1998 que o Decreto Regulamentar nº8/98 cria o Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), com o objetivo de conservar o património natural promovendo ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida das populações locais em harmonia com a conservação da arquitetura tradicional.

O PNDI ocupa uma área de 85 150 há, abrange o troço fronteiro do Rio Douro, numa extensão de cerca de 1222 km, incluindo o seu vale e superfícies planálticas confinantes. Este espaço e prolonga-se para sul até ao Rio Águeda. Localiza-se nas regiões de Trás-os-Montes e Alto-Douro e da Beira Alta, abrange os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, no distrito de Bragança, e Figueira de Castelo Rodrigo no distrito da Guarda.

5.3 Caracterização Demográfica

5.3.1 População e Famílias

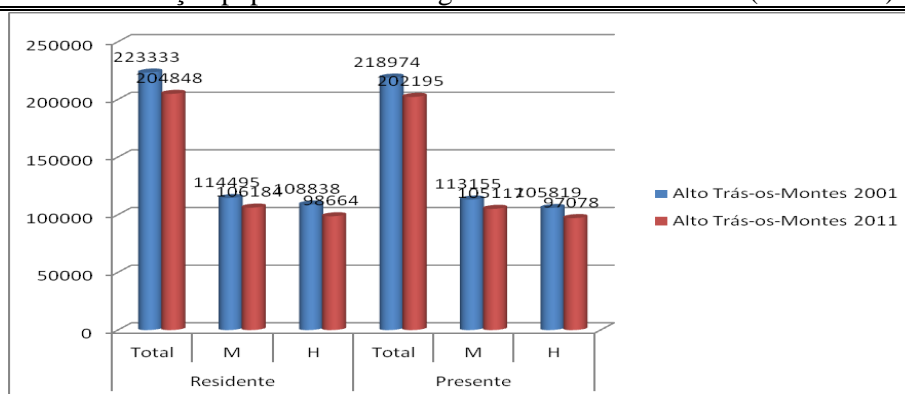
No sentido de caracterizar esta região, em termos sociais analisam-se a população residente e a sua densidade partindo inicialmente da região de Alto Trás-os-Montes e afunilando o nosso olhar para Miranda do Douro.

Verifica-se na região Alto Trás-os-Montes que a variação populacional de 2011 relativamente a 2001, teve um decréscimo populacional ao nível dos 8,28% nos/as residentes¹, sendo o decréscimo nos/as presentes² 7,7%, sendo de considerar que houve uma redução de 8.26.% nos homens e 7,1% nas mulheres.

¹ Entende-se por população residente, o conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

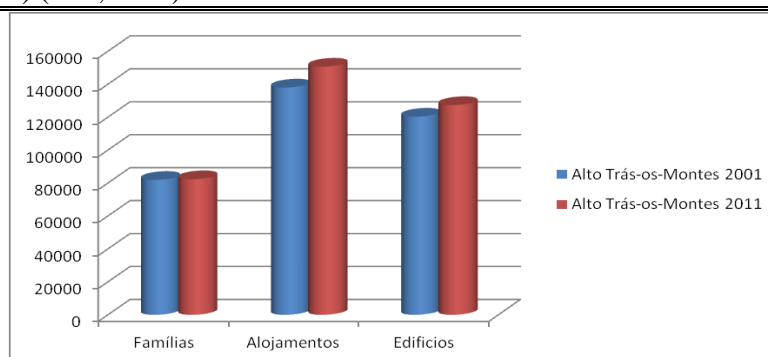
² População Presente: Pessoas que, no momento de observação - zero horas do dia de referência - se encontram numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegam até às 12 horas desse dia.

Figura 4- Gráfico da variação populacional da região Alto Trás-os-Montes (2001-2011)



Nesta região, pela análise do número de famílias este aumentou em 0.5%, assim como os alojamentos³ aumentaram em 9.2% e os edifícios⁴ em 5.85%. Contudo, apesar do aumento de condições físicas para o estabelecimento das populações isso não se revelou suficiente para a sua fixação nesta região.

Figura 5- Caracterização do número de famílias, alojamentos e edifícios da região Alto Trás-os-Montes (2001-2011) (INE, 2011)



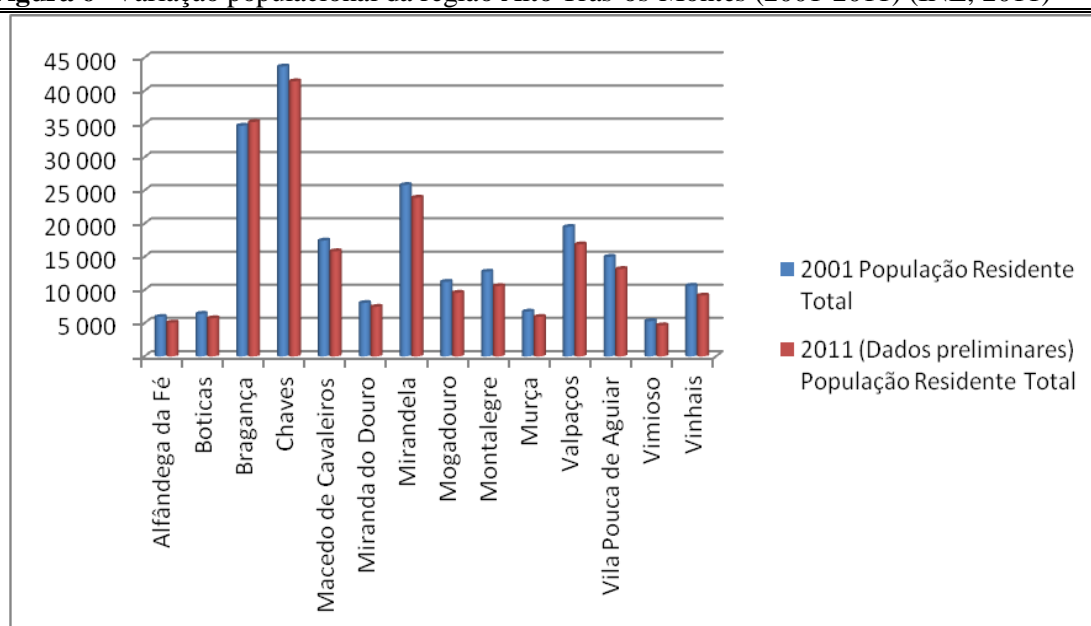
³ Alojamento: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

⁴ Edifício: Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Nesta região geográfica de salientar que foi apenas no Município de Bragança que houve um aumento de população residente no período 2001-2011, em 1,67% ou seja um aumento de 569 pessoas residentes.

Os Municípios de Montalegre, Mogadouro, Alfandega da Fé, tiveram perdas de população residente superiores aos 15% tal como podemos verificar na Figura 6.

Figura 6- Variação populacional da região Alto Trás-os-Montes (2001-2011) (INE, 2011)

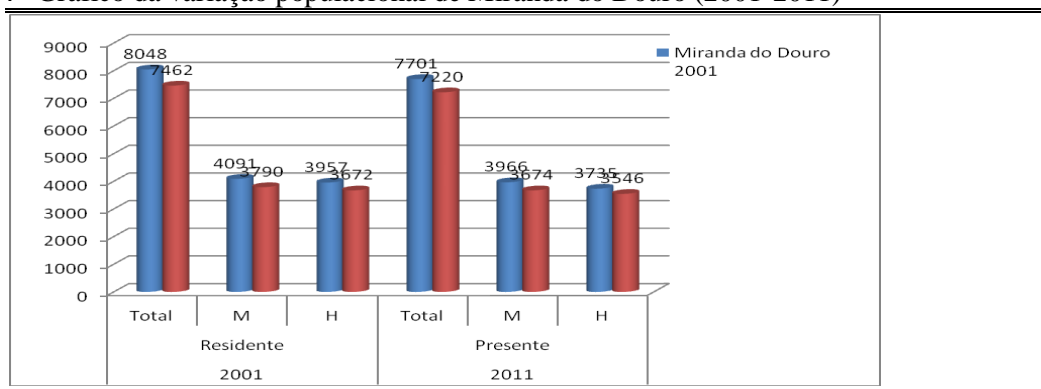


Miranda do Douro com cerca de 488km² é constituído em 2011 por uma população residente de **7462**, e presente de 7220 (INE, 2011). A percentagem de mulheres residentes estima-se em 50.7% e presente de 50.9%.

Segundo dados dos Censos 2011 a relação de masculinidade é de 97.8%.

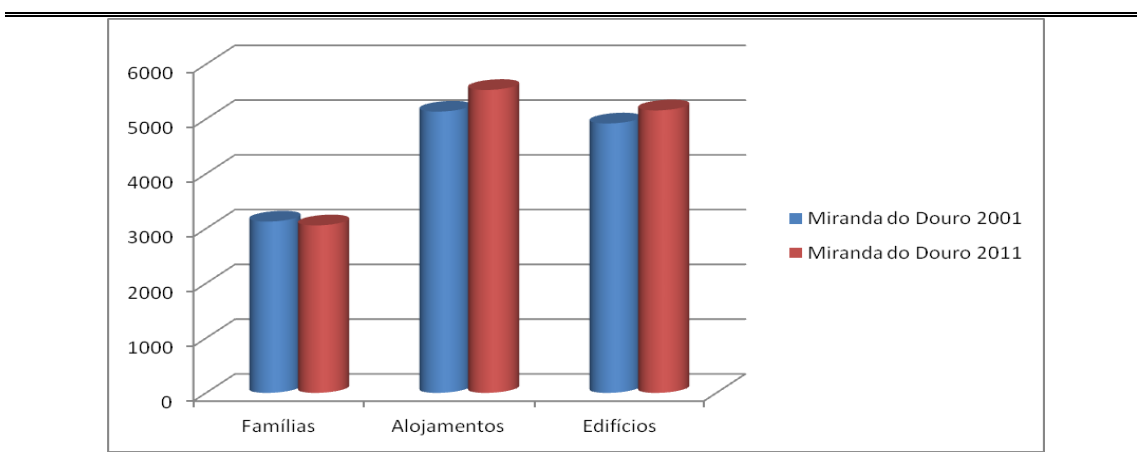
Da variação populacional relativamente a 2001, nota-se um decréscimo populacional ao nível dos 7.28% nos/as residentes, sendo o decréscimo nos/as presentes de 6,24%, sendo de considerar que houve uma redução de 5.06.% nos homens e 7,36% nas mulheres.

Figura 7- Gráfico da variação populacional de Miranda do Douro (2001-2011)



O número de famílias diminuiu em 2.24%, sendo que os alojamentos aumentaram em 7.7%, e edifícios 4.86%.

Figura 8- Caracterização do número de famílias, alojamentos e edifícios de Miranda do Douro (2001-2011) (INE, 2011)



Em termos de fchas etárias verifica-se que a maior parte da população embora bastante envelhecida se encontra entre os 25-64 anos (cf. Quadro 2).

Quadro 2- População residente por Sexo e Grupo etário (INE, Censos, 2011)

	Idade													
	< 15	15/19	20/24	42/29	30/34	35/39	40/44	45/49	50/54	55/59	60/64	65/69	70/74	≥75
Total	730	333	320	373	389	407	441	445	561	542	518	578	609	1 236
Sexo Masc.	393	164	158	204	193	205	222	229	285	278	245	254	281	556
Sexo Fem.	337	169	162	169	196	202	219	216	276	264	273	324	328	680

Ao analisar a população residente em cada uma das freguesias verifica-se, que segundo os dados preliminares dos Censos 2011 que a população residente no concelho de Miranda do Douro entre os 0 e os 14 anos, é constituída por 393 homens e 337 mulheres. As freguesias com uma maior percentagem de população com menos de 18 anos são Miranda do Douro, Malhadas, Sendim e Palaçoulo. Relativamente à população residente no concelho de Miranda do Douro com 65 ou mais anos estima-se que seja de 962 homens e 1176 mulheres, o que releva uma maior longevidade das mulheres, sendo que a tradição das matriarcas das famílias aqui bem presente.

Segundo os últimos dados Miranda do Douro tem um índice de envelhecimento de 314.4%.

De facto, as freguesias rurais continuam, de um modo geral, a sofrer com a desertificação e o envelhecimento populacional. Uma das causas prováveis para a desertificação das freguesias rurais pode resultar da referida concentração da população na Sede de Concelho em Miranda do Douro, além de outros fatores como o declínio da natalidade que pesa na diminuição da população jovem e o aumento da esperança de vida, que faz aumentar proporcionalmente a população idosa (Diagnóstico Social do Município de Miranda do Douro, s.d.).

A oferta de serviços de primeira necessidade é cada vez mais escassa (como por exemplo a inexistência de Postos dos Correios ou Extensões de Saúde), tendo evidentes reflexos em termos de precariedade da qualidade de vida destas populações, que têm de se deslocar à Sede de Concelho para a satisfação das suas necessidades.

As baixas pensões sociais os custos com a saúde como internamentos, com os medicamentos, a rutura de laços familiares muito frequente na população idosa e

dependente, são também algumas das consequências sociais graves fomentadas pelo envelhecimento populacional.

A população ativa corresponde a 50,67% da população, com 4511 indivíduos e neste grupo devemos realçar o papel da mulher, que participa ativamente no orçamento familiar com “dupla jornada”.

O desenvolvimento demográfico associado às mudanças sociais produzidas pela vida moderna e escassez de recursos no interior, conduziu a grandes transformações na estrutura familiar. Existe um afastamento geográfico entre as gerações, as redes de solidariedade e vizinhança são frágeis, agravada pela ausência de apoios à família.

Tem-se verificado um aumento acentuado de estrangeiros/as ao nosso país, pelo que o distrito não é alheio a esta realidade. Como se pode verificar no quadro disponível no site do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2011), de Bragança. Embora a maioria destas pessoas se localize na capital de distrito e em Mirandela, Miranda conta já com um número razoável (114), de pessoas estrangeiras.

Quadro 3- Mapa de total de residentes por Concelho no distrito: Bragança (SEF, 2011)

Distrito	Total	Homens	Mulheres
Total Distrito	2264	1158	1106
Alfândega da Fé	35	19	16
Bragança	827	428	399
Carraceda de Ansiães	115	64	51
Freixo Espada à Cinta	121	70	51
Macedo de Cavaleiros	154	72	82
Miranda do Douro	114	52	62
Mirandela	478	244	234
Mogadouro	102	50	52
Torre de Moncorvo	103	51	52
Vila Flor	141	73	68
Vimioso	36	18	18
Vinhais	38	17	21

A maioria dos/as estrangeiros/as a residir no nosso concelho são cidadãos/ãs brasileiras/os, sendo a sua maioria mulheres 48 e 27 homens. Seguem-se os cidadãos/ãs

espanhóis /las, os/as quais se registam 15 homens e 10 mulheres tal como podemos ver no Quadro 4.

Quadro 4- Mapa de total de residentes no Concelho: Miranda do Douro e no Distrito: Bragança (SEF, 2011)

Distrito	Total	Homens	Mulheres
Total Distrito	2264	1158	1106
Total Concelho	114	52	62
Alemanha	1	1	0
Brasil	64	24	40
Cabo Verde	1	0	1
Canadá	1	1	0
China	4	1	3
Colômbia	1	0	1
Espanha	27	17	10
França	3	1	2
Itália	2	1	1
Lituânia	1	0	1
Roménia	2	2	0
Suécia	1	1	0
Ucrânia	6	3	3

Se anteriormente fizemos uma abordagem em termos de nacionalidade não podemos descurar as diferentes etnias do Concelho. O Concelho de Miranda do Douro conta com população de etnia cigana residente tanto permanentemente como em regime temporário.

Não se detêm dados muitos concretos sobre quantos habitantes existem de etnia cigana, de facto os dados que iremos mostrar surgem referenciados pelos/as Presidentes de Juntas de Freguesia, tendo em conta o número de residências ocupadas temporariamente. Deste modo, é difícil concretizar o número exato desta população.

No nosso meio, só uma minoria se encontra inserida no mundo laboral, sendo esta uma realidade que afeta um número considerável de indivíduos, os quais são confrontados com o baixo nível de escolaridade e mesmo iliteracia/analfabetismo, assim como de competências profissionais especializadas. Por este facto acabam por não procurar os escassos postos de trabalho disponíveis e autoexcluem-se, daí a sua dependência relativamente aos apoios institucionais.

O **absentismo e abandono escolar** continuam a ser uma realidade entre as minorias étnicas, nomeadamente na população cigana feminina, devido aos contornos culturais específicos. No entanto e de acordo com a informação do Centro de Saúde de Miranda do Douro, todas (100%) as crianças a frequentar o ensino Escolar tem a vacinação atualizada.

Embora o Município não disponha de dados fidedignos, nem de registos atualizados, os números mencionados, tem por base os registos na Segurança Social (sobretudo as referenciações do RSI), e informação verbal dos Presidentes das Juntas de Freguesia. A destacar que no nosso Concelho existe ainda uma população Emigrante/Nómada, na vizinha Espanha, da qual não possuímos dados muito concretos. Estes foram referenciados pelos Presidentes de Juntas de Freguesia, tendo em conta o número de residências ocupadas temporariamente, sendo difícil concretizar o número exato, dados os contornos culturais desta população.

Quadro 5- N° de residentes de etnia cigana (Município de Miranda do Douro)

Freguesia	Nº Famílias	Nº Pessoas Residentes	Emigrantes	Total Pessoas
Águas Vivas	5	-	35	35
Atenor	3	6	-	6
Cicouro	-	-	-	-
Constantim	-	-	-	-
Duas Igrejas	9	21	15	36
Genísio	-	-	-	-
Ifanes	-	-	-	-
Malhadas	29	21	111	132
Miranda	3	6	-	6
Palaçoulo	14	30	41	71
Picote	7	22	-	22
Póvoa	5	17	-	17
São Martinho	-	-	-	-
Sendim	27	86	50	136
Silva	3	11	-	11
Vila Chã	-	-	-	-
Total	105	220	252	472

Fonte: Município de Miranda do Douro

Da análise do quadro anterior destacamos três localidades onde a concentração desta etnia é mais significativa Sendim, Malhadas e Palaçoulo.

De referir que, dada a desertificação do nosso Concelho, este grupo requer um novo olhar, pois representa 6.3% da população do concelho (INE 2011- População Residente 7.482).

Síntese

A **população estimada** para o Concelho de Miranda do Douro, em 2011, era de **7462 habitantes**, dos quais cerca de **50.7% pertenciam ao sexo feminino**.

No período inter-censitário compreendido entre 2001 e 2011, denota-se um **decréscimo populacional** ao nível dos **7.28% nos/as residentes**, sendo de considerar que houve uma redução de **5.06.% nos homens e 7,36% nas mulheres**.

No que concerne às idades e cruzando com a variável sexo, **os homens predominam** nas faixas etárias **até aos 14 anos**, regista-se um **equilíbrio nos escalões entre os 14 e os 64 anos** e as mulheres são proporcionalmente superiores na faixa dos “65 ou mais anos”, refletindo a sua maior longevidade.

Relativamente ao **Índice de Envelhecimento** apresentado no verifica-se um valor para Miranda do Douro de **314,4%**, valor este bastante superior ao do território nacional demonstrando e reforçando mais uma vez o problema do envelhecimento das regiões do interior norte de Portugal (INE, 2011).

5.3.2 Emprego

A situação face ao mercado de trabalho é um fator de grande importância e determinante na inclusão ou exclusão social dos indivíduos, pelas implicações que acarreta, não só ao nível do rendimento e da realização pessoal, mas também no exercício de cidadania.

Mas tal como sabemos, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho não foi, de forma alguma, facilitado. O modelo do próprio mercado de emprego foi um modelo essencialmente masculino, continuando ainda hoje a apresentar características muito direcionadas nesse sentido. A legislação foi sendo alterada ao longo dos tempos, lenta e gradualmente e mesmo após essas alterações legislativas as mulheres continuam a ser discriminadas no mercado de trabalho.

A Constituição da República Portuguesa e o Código do Trabalho proíbem qualquer tipo de discriminação, em razão do sexo, no acesso ao trabalho e na escolha da profissão. Apesar disso, há determinados sectores de atividade que continuam a ser, maioritariamente, ocupados por homens, como por exemplo a Construção Civil, estando outros sectores mais preenchidos por mulheres, como a Educação e a Ação Social.

De salientar, também, que a discriminação em termos verticais também acontece, ou seja, o acesso aos cargos mais elevados, como os de direção e de chefia, também foram ao longo dos tempos, maioritariamente, desempenhados por homens.

Simultaneamente as mulheres são as mais afetadas a nível nacional pelo desemprego. Estar em situação de desemprego significa perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, à rede de relações interpessoais que o emprego facilita e ao sentimento de participação na vida social. O acesso ao emprego é, assim entendido, como um dos principais mecanismos do combate à exclusão social e de integração social nas sociedades desenvolvidas, proporcionando as condições para o estabelecimento de projetos de vida.

Tecido empresarial concelhio

Dentro do conjunto das atividades económicas, a predominância no Concelho continua centrada no sector terciário, onde se salienta que as sociedades deste sector representam 67% do total das sociedades do Concelho (Diagnóstico Social do Município de Miranda do Douro, s.d.).

Quadro 6- Sectores de Atividade (Diagnóstico Social do Município de Miranda do Douro, s.d.)

Sociedades do Sector Primário %	Sociedades do Sector Secundário %	Sociedades do Sector Terciário %
5,2	27,8	67

A maioria ligada aos sectores do comércio e às atividades financeiras demonstrando o papel preponderante deste sector na atividade económica do Município.⁵ O sector terciário é o principal sector empregador no concelho, empregando 62.1% da população ativa acompanhando assim a tendência ao nível do país e da sub-região. O Sector secundário integra 35.7% dos ativos trabalhadores. O sector primário abrange os restantes 2.2%.

A densidade do tecido empresarial (n.º de empresas/Km2) encontra-se bem abaixo dos valores nacionais (11.9) e próximo dos da região onde se enquadra (2.2) evidenciado um valor a rondar os 1.5. Sendo que das empresas existentes 79.6% são empresas individuais as restantes não ultrapassam os 10 trabalhadores, não existindo qualquer empresa com mais de 250 trabalhadores. Estes dados estão de acordo com a tendência nacional e regional evidenciada.⁶

Sem entrar na discussão da taxonomia dos sectores em termos da sua intensidade tecnológica, pode caracterizar-se a economia municipal de Miranda do Douro como

⁵ Gabinete de Estratégia e Estudos/Ministério da Economia, da Inovação e Desenvolvimento. (2010). Estatísticas de Bolso. in: <http://www.gee.min-economia.pt>

⁶ INE. (2010). Anuário Estatístico da Região Norte 2009.Lisboa

dominada por sectores de baixa intensidade tecnológica, com níveis reduzidos de inovação resultado do baixo nível das habilitações dos trabalhadores por conta de outrem onde predominam as baixas habilitações ao nível do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico em contraponto com a baixa percentagem de trabalhadores com habilitações de nível superior.⁷

Os recursos humanos com baixa qualificação dificultam o processo de flexibilização exigido hoje às empresas face à contínua mudança dos mercados. Numa primeira fase dificultam a sustentabilidade da empresa, posteriormente a manutenção dos postos de trabalho e num futuro próximo a produtividade do concelho.

Outra das atividades com grande representatividade no concelho é a agricultura. De facto, a superfície agrícola utilizada (SAU) constitui a superfície de exploração que inclui terras aráveis, horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes. É através da SAU que sabemos qual a utilização da terra dada pelos/as produtores/as agrícolas. Da leitura do Quadro 7e do Quadro 8, verificamos que 29144ha de área total devem considerar-se 23188ha como superfície utilizada e desta apenas 1717ha para exploração (Diagnóstico Social do Município de Miranda do Douro, s.d.).

Quadro 7- Superfície Total (INE, 1999)

Superfície Total

Exploração	Área	Total
1722	27422	29144

Quadro 8 - SAU (Superfície Agrícola Utilizada) (INE, 1999)

Superfície Total

Exploração	Área	Total
1717	21471	23188

⁷ Gabinete de Estratégia e Estudos/Ministério da Economia, da Inovação e Desenvolvimento. (2010). Estatísticas de Bolso. in: <http://www.gee.min-economia.pt>

A exploração de SAU (Superfície Agrícola Utilizada), num total de 1717ha é efetuada por produtores singulares, sendo que destes 1710 explorações são consideradas SAU por conta própria, cerca de 99,5% da Superfície Agrícola Utilizada. Este fenómeno é justificado pelo maior parte dos produtores agrícolas do concelho terem outra atividade principal remunerada e esta ser uma agricultura de subsistência (cf. Quadro 9).

Quadro 9 - Tempo de Atividade Agrícola (INE, 1999)

Unidade de Tempo	Tempo Singular
> 0 - <50%	1254
≥ 50% - <100%	436
Tempo Completo	26

Dos 1716 indivíduos produtores singulares, podemos verificar pelo quadro abaixo que o tempo que utilizam para a atividade agrícola é parcial, ou seja, a fonte de rendimento principal é uma outra atividade, conforme Quadro 10.

Quadro 10 - Atividade Exterior à Exploração (INE, 1999)

Atividade	Produtor Singular	%
Principal	421	91,3
Secundária	40	8,68
Total	461	

É de salientar que os dados aqui evidenciados se referem ao ano de 1999, tendo-se a situação agudizado no sentido do tempo de atividade agrícola ter diminuído e de cada vez mais, aumentar a situação de “trabalhador por conta de outrem”.

A debilidade do sector primário passa, entre outros aspetos, pela dificuldade em tornar a agricultura numa atividade económica, ou seja, estabelecer a atividade agrícola não como um modo de subsistência, mas antes como uma atividade em que seja

possível competir com os mercados de distribuição e escoamento dos produtos, com baixos custos para o produtor, visando o lucro (Diagnóstico Social do Município de Miranda do Douro, s.d.).

É de salientar que no Concelho uma área relevante a nível de empregabilidade é a área social, existindo 156 pessoas a trabalhar nesta área. (Santa Casa da Misericórdia – 105; Casa da Criança Mirandesa – 23; Centro Social e Paroquial de São Martinho – 14; Centro Social e Paroquial São João Baptista – 14).

É de referir ainda que a maior entidade empregadora do Concelho é a Autarquia com 180 funcionários/as.

Desemprego

No Concelho de Miranda do Douro o desemprego registado em Agosto de 2011 atingiu os 269 indivíduos, traduzindo-se num acréscimo da ordem dos 8,5% face a período homólogo de 2010.⁸ Analisando a incidência do desemprego registado, segundo o género, constatamos que as mulheres são mais afetadas por este problema com 58,3% do desemprego registado em Agosto de 2011, registando mesmo assim um ligeiro decréscimo relativamente ao ano de 2010 (62%). A proporção de desempregados registados “há menos do que um ano” e há “mais do que um ano”, permite analisar o desemprego do ponto de vista da transição para o mercado de trabalho. No final do mês de Agosto de 2011 os dados mostram que no concelho de Miranda do Douro não existe uma diferença muito significativa entre os dois grupos, evidenciando-se apenas um valor ligeiramente maior dos desempregados registados há “menos de um ano”. Sendo a faixa etária entre os 35-44 anos a mais representada.⁹

A desagregação do desemprego registado segundo a situação face ao emprego, permite verificar, como seria de esperar que a maioria dos desempregados procuravam um “novo emprego” (80, 6%) em Agosto de 2011. Os dados comparativos referentes ao

⁸ IEFP. (2011). *Centros de Emprego - Estatísticas Mensais*.
IEFP. (2010,2011). *Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais*.

⁹ IEFP. (2011). *Centros de Emprego - Estatísticas Mensais*.
IEFP. (2010,2011). *Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais*.

mês de Agosto de 2010 permitem constatar que a diferença entre estes dois grupos é praticamente igual se compararmos ao mesmo período de 2011, apesar do acréscimo total do número de desempregados.¹⁰

O perfil dos desempregados registados por nível de escolaridade permite escrutinar os grupos mais afectados por este fenómeno com tão elevadas repercussões económicas e, sobretudo, sociais. Os dados comparativos de 2010 e 2011 permitem constatar que o desemprego recai maioritariamente sobre os indivíduos com o 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico cuja proporção atinge em termos médios os 40 a 45%, o que parece estar em sintonia com alguns diagnósticos de cariz social que identificam como factores de vulnerabilidade social, a situação de emprego precário associada a níveis baixo de escolaridade, caracterizando-se aquela pela instabilidade gerada relativamente, por exemplo, aos contratos de trabalho estabelecidos/celebrados, nomeadamente contratos a termo, POC's (Planos Ocupacionais); existência de uma grande rotatividade de trabalhadores nos sectores da Construção Civil, Comércio e Restauração, entre outras formas que não promovem de forma alguma a estabilidade necessária à fixação da população. Para além disso, existem outras situações que servem de camuflagem da taxa de desemprego no concelho, o elevado índice de população idosa, em contrapartida existe um menor número de população em idade ativa, e por outro lado existe também população que está em idade ativa mas que não desenvolve uma ocupação profissional e não procura emprego, logo não contribui para o aumento da taxa de desemprego. Conclui-se que, a precariedade económica é combatida no concelho de Miranda do Douro, através do exercício da atividade agrícola, quer para consumo próprio, quer para o pequeno comércio.

É importante a definição de medidas corretivas da desigualdade de género no acesso ao mercado de trabalho.

Segundo os dados mais recentes de que dispomos do IEFP (2012) Miranda do Douro conta com 134 homens e 194 mulheres em situação de desemprego. Destes 49 procuram o 1º emprego estando os restantes 279 à procura de um novo emprego.

¹⁰ IEFP. (2011). *Centros de Emprego - Estatísticas Mensais*.

IEFP. (2010,2011). *Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais*.

Há que salientar que no panorama da estrutura económica de Miranda do Douro se identificam fatores de vulnerabilidade social, a situação de emprego precário, caracterizando-se este pela instabilidade gerada relativamente aos contratos de trabalho estabelecidos/celebrados, nomeadamente contratos a termo, POC's (Planos Ocupacionais); existência de uma grande rotatividade de trabalhadores/as nos sectores da Construção Civil, Comércio e Restauração, entre outras formas que não promovem de forma alguma a estabilidade necessária à fixação da população (Diagnóstico Social de Miranda do Douro, s.d.).

Existem outras situações que servem de camuflagem da taxa de desemprego no concelho, o elevado índice de população idosa, em contrapartida existe um menor número de população em idade ativa, e por outro lado existe também população que está em idade ativa mas que não desenvolve uma ocupação profissional e não procura emprego, logo não contribui para o aumento da taxa de desemprego (Diagnóstico Social de Miranda do Douro, s.d.).

Muita desta precariedade económica é combatida no concelho de Miranda do Douro, através do exercício da atividade agrícola, quer para consumo próprio, quer para o pequeno comércio.

Síntese

O território de **Miranda do Douro** é marcado por um tecido empresarial que se caracteriza por uma elevada concentração de empresas ligadas ao **Sector Terciário (67%)**, demonstrando o papel preponderante deste sector na atividade económica do Município.

A maioria das empresas está ligada aos sectores do comércio, às atividades financeiras, assim como à indústria transformadora. Sendo a agricultura outra das atividades com grande predominância à nível concelhio.

No que diz respeito à temática do emprego verifica-se que, em Miranda do Douro, **a taxa de atividade é inferior nas mulheres**. No que se refere à população que não exerce atividade económica, verifica-se uma predominância do sexo feminino, sendo **esta significativa na categoria de domésticas e reformadas**.

Analisando o **ganho médio mensal**, os valores registados em Miranda do Douro apresentam-se consideravelmente **superiores** aos referentes 764.7€ da região de Alto Trás-os-Montes. Por outro lado, analisando por sexo, denota-se que o concelho segue a tendência nacional que dita que os **ganhos médios mensais dos homens são superiores aos das mulheres**. (onde foram buscar estes números)

Analisando a taxa de desemprego por sexo verifica-se que esta é **mais elevada nas mulheres** do que nos homens.

Educação

Assume-se como uma prioridade, expressa em diversos documentos de política nacional, a necessidade de corrigir as desvantagens/desigualdades ao nível da educação e da formação/ qualificação, independentemente da origem étnica e/ ou idade e da existência de necessidades educativas especiais.

A integração da perspectiva de género no processo educativo, enquanto eixo estruturante da construção das relações entre crianças e jovens de ambos os sexos e das competências e saberes próprios, exige o empenho e envolvimento de todos/as os/as intervenientes na comunidade educativa.

A escolarização e as qualificações da população em geral são elementos fundamentais para a compreensão do processo de exclusão/inclusão social, devendo ser considerada desde os primeiros anos de vida.

Pretende-se, assim, descrever e analisar os principais elementos intervenientes na educação e que constituem agentes de influência de comportamentos e atitudes sociais no que concerne à igualdade entre homens e mulheres no concelho de Miranda do Douro.

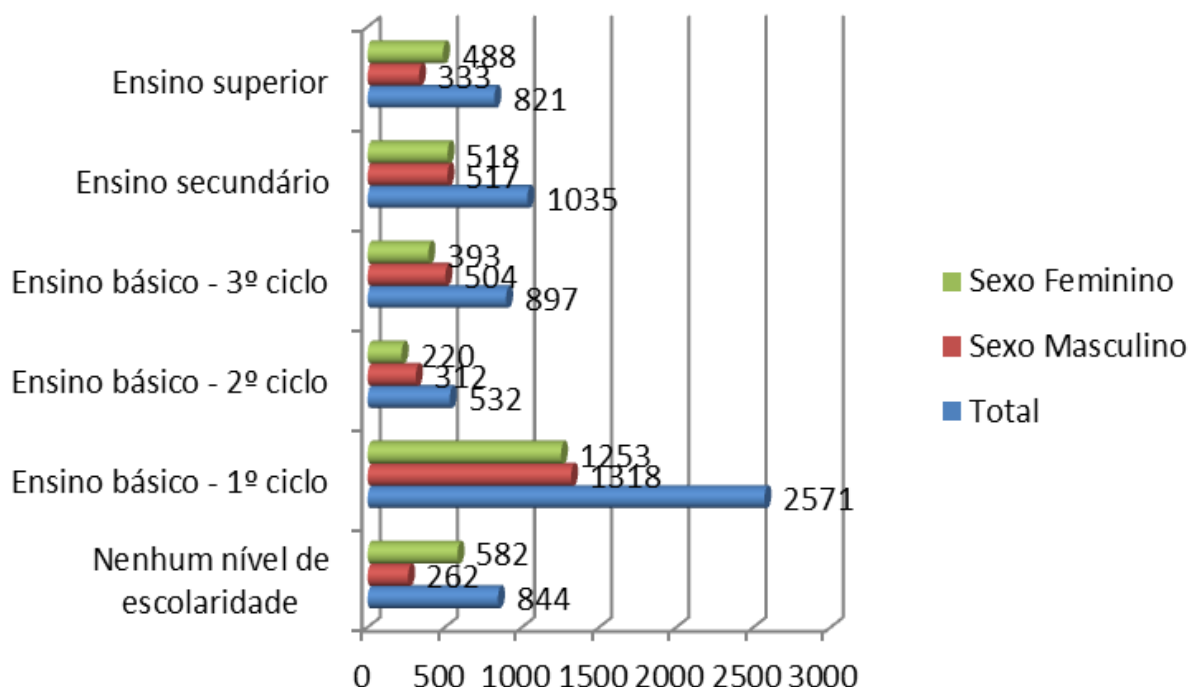
Indicadores de educação da população residente

A educação e a formação ao longo da vida constituem requisitos fundamentais para a empregabilidade dos indivíduos e para a competitividade das empresas. As competências adquiridas concedem aos indivíduos maior facilidade na obtenção e manutenção de um emprego e na transição entre empregos.

A distribuição da população de Miranda do Douro por habilitação académica¹¹ revela-nos uma população que na sua maioria não concluiu o 3º Ciclo do Ensino Básico (67%), mais especificamente 14.0% não terminou o 1º Ciclo do Ensino Básico, 44% tem o 1º Ciclo do Ensino Básico e 9% o 2º Ciclo do Ensino Básico. Uma população com baixas qualificações.

¹¹ INE (2012). Censos 2011

Figura 9- População residente com mais de 15 ano por nível de escolaridade ((INE, Censos 2011))



De seguida passamos a caracterizar a população estudantil, residente no concelho de Miranda do Douro, segundo o grau de instrução e sexo no ano letivo de 2010/2011. No ano letivo de 2010/2011, estudavam na rede pública do Agrupamento de escolas do concelho de Miranda do Douro, 788 crianças e jovens, dos quais 393 são rapazes e 395 são raparigas, com idades compreendidas entre os 3 e os 17 anos e repartidos pelos níveis de ensino que vão desde o Jardim-de-infância e o Ensino Secundário.

Como se pode observar no Quadro 11, o Serviço de Prolongamento de Horário apenas existe para os /as) alunos/as do pré-escolar da rede pública que funcionam até às 18 h diariamente. Os demais horários escolares são feitos até às 17:30 h hora em que os (as) alunos (as) regressam às suas casas. Não podemos esquecer que muitos/as dos/as alunos/as são das aldeias e que para alguns deles/as esse percurso pode levar uma hora aproximadamente.

O único jardim-de-infância que funciona até às 19 horas, de segunda a sexta-feira é privado.

Quadro 11- Número de alunos/as, por nível de ensino, da rede pública no ano letivo 2010/2011

Nível de ensino	Total alunos/as		Nº Alunos /as C/NEE's		Nº educadores/as/ Professores/as		Nº de alunos/as em ATL/Prolongamento	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Jardins-de-infância	67	58	0	0	0	10	57	47
1º ciclo do Ensino Básico	102	93	3	0	4	15	NA	NA
2º ciclo do Ensino Básico	60	45	3	0	10	10	NA	NA
3º ciclo do ensino Básico	122	103	5	0	22	37	NA	NA
Ensino Secundário	44	94	0	2			NA	NA
Total Alunos/as	788							

Fonte: Dados cedidos pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro e pela Câmara Municipal

Simultaneamente Miranda pode ainda contar com duas academias privadas, que algumas crianças frequentam e funcionam em horário pós-escolar e aos sábados.

Dos que frequentam o ensino público no ano letivo 2010/2011 verificamos que pelos dados do Quadro 12 que a maioria das retenções se verificam no 3º ciclo de escolaridade.

Quadro 12 - Número de retenções no ano letivo 2010/2011

Retenções	Rapazes	Raparigas	Total Retenções
-----------	---------	-----------	-----------------

1º Ciclo	1	1	2
2º Ciclo	0	2	2
3º Ciclo	25	11	36
Secundário	4	9	13
Total Retenções do Agrupamento			53
Percentagem	56.6%	43.4%	6.7%

Fonte: Câmara Municipal de Miranda do Douro

Analisando o quadro acima apresentado, podemos constatar que no ano letivo de 2010-2011 no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, houve uma taxa de retenções de 6.7%, uma vez que dos 788 alunos do agrupamento, 53 deles ficaram retidos. Destes 53 alunos, 56.6% são do sexo masculino e 43.4% são do sexo feminino.

No concelho de Miranda do Douro existe um total de 9 estabelecimentos de educação, espalhados por três localidades: pela cidade Miranda do Douro, pela vila de Sendim e pela aldeia de Palaçoulo.

Já na sede de concelho, ou seja, em Miranda do Douro, existem quatro estabelecimentos de ensino. Desses quatro estabelecimentos de ensino, um deles é Privado e leciona apenas Pré-escolar. Esta escola subdivide-se em creche e pré-escolar, acolhendo crianças dos 3 meses de idade até aos 6 anos, idade em que começam a frequentar o 1º ciclo nos estabelecimentos públicos. Assim, na creche existem um total de 54 crianças, das quais 28 são do sexo masculino e 26 do sexo feminino. No pré-escolar existem 17 crianças, das quais 11 são do sexo masculino e 6 do sexo feminino.¹²

Os demais são estabelecimentos de ensino públicos, sendo que um deles é de ensino Pré-escolar, outro é de ensino do 1º ciclo e o outro é de ensino do 2º e 3º ciclo e também de ensino secundário, pois funcionam todos no mesmo estabelecimento de ensino.

Existiu na sede de concelho o Pólo Universitário, extinto em 2007, mas que durante os oito anos que funcionou contribuiu em grande escala para a escolarização de alguns habitantes do concelho e da população em geral do país.

¹² Estes dados correspondem ao atual ano letivo de 2011/2012 e foram cedidos pela Santa Casa da Misericórdia, que gere esta escola

O concelho de Miranda do Douro dispõe ainda de um Centro de Novas Oportunidades que certificou muitos habitantes, com mais de 18 anos, que não teve, por razões várias, oportunidade de concluir as suas habilitações quando jovens (cf. Quadro 13). (OCNO TERMINOU M MIRANDA em setembro)

Quadro 13- Número de habitantes certificados pelo CNO (Câmara Municipal de Miranda do Douro)

Ano	Nível básico		Nível Secundário		Total
	H	M	H	M	
2009	37	50	18	11	116
2010	29	34	21	17	101
2011	24	26	30	17	97
CNO - NERBA					
2010/2011	5	3	2	2	12

O Programa das Novas Oportunidades tem, nos últimos anos, certificado um número bastante relevante de habitantes do concelho. Nos últimos três anos, foram mais de 300 pessoas certificadas pelo programa, tanto de nível básico como de nível secundário. Se separarmos os dados por género, vemos que o Programa é procurado por ambos os sexos de uma forma idêntica, contudo no total das certificações, o número de mulheres (160) foi inferior ao dos homens (166).

Simultaneamente, no concelho de Miranda do Douro nos últimos anos têm prevalecido os cursos EFA – Cursos de Educação e Formação de Adultos, de forma a instruir a população não ativa/desempregada, residente no concelho. Estes cursos apresentam-se como cursos intensivos, que duram em média 18 meses e cuja finalidade é preparar os/as formandos/as, conferindo-lhes para além de um nível de instrução, também a especialização numa determinada área (cf. Quadro 14).

Quadro 14- Número total de pessoas certificadas pelos cursos EFA concluídos em 2010/2011

Alfabetização		Nível Básico		Nível Secundário	
H	M	H	M	H	M
6	6	7	42	9	59
12		49		68	

Fonte: Informação recolhida em parceria com o Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, com o CAP- Centro de Formação Agrícola de Malhadas, com o IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional e com a Profiforma.

Como se pode observar no Quadro acima apresentado, são mais as mulheres (107) do que os homens (22) que frequentam este tipo de cursos, assim como prevalecem os cursos de Nível secundário, devido ao fato de a maioria da população ainda não possuir esse nível de instrução.

Outra das ofertas educacionais do concelho são os Cursos de Especialização Tecnológica e de Especialização Profissional, que embora seja uma oferta recente tem tido uma grande adesão pelos/as jovens.

Quadro 15- Número de alunos/as que terminaram Cursos de Especialização Tecnológica e de Especialização Profissional, segundo o sexo em 2010/2011

Cursos	CEF				CET				Total formandos/as			
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%
CEF/CET	12	75%	4	25%	25	66%	13	34%	37	68.5	17	31.5
Total	16				38				54			

Fonte: Dados recolhidos em parceria com o Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro

Contudo, nos três cursos lecionados no Agrupamento de escolas de Miranda do Douro, constatamos que quem mais procura este tipo de oferta são os elementos do sexo masculino, ou seja, 68.5% dos alunos.

Formação

Outro dos grandes investimentos a nível municipal tem sido a execução de cursos de formação dirigidos a empresas e seus/suas trabalhadores/as.

Segundo o NERBA, Núcleo Empresarial da Região de Bragança – Associação Empresarial, as empresas implementadas no concelho de Miranda do Douro, são empresas que têm a preocupação de qualificar os seus (suas) trabalhadores (as) e, bem assim, qualificar a própria empresa.

Das várias empresas existentes no concelho, 11 delas têm colocaram alguns dos seus (suas) trabalhadores (as) em ações de formação relacionadas com a Gestão da Qualidade. Frequentaram essas formações 158 pessoas, sendo que 108 são homens e 50 mulheres (cf. Quadro 16).

Quadro 16- Número de participantes das ações de formação dirigidos para empresas

Ações de formação, com base na Gestão da Qualidade (ISO 9001, ISSO 220000) e com base na implementação de OSHAS 18000		
	Homens	Mulheres
Total	108	50
	158	

Fonte: Câmara Municipal de Miranda do Douro

Desde 2010, que o Município de Miranda do Douro se tem preocupado em fomentar a formação qualificante aos seus funcionários/as. Por isso, nesse âmbito, foram realizados até à atualidade 26 cursos de formação, variando consoante as necessidades. A cada curso assistiram um total de dez funcionários/as, fazendo um total de 260 funcionários/as que foram sujeitos a formação. Desses 260 funcionários/as, 154 eram mulheres e 96 eram homens.

Quadro 17- Número de funcionários/as do Município, segundo o sexo que frequentaram os Cursos de Formação Modular desde 2010 (Município de Miranda do Douro, 2012)

	Fundação CEFA	Profiforma	AEDL	Total
Número de cursos	8	11	6+1*	26
Homens	33	46	17	96
Mulheres	47	64	43	154
Total	80	110	70	250

Síntese

A taxa de analfabetismo no Concelho de Miranda do Douro caracteriza-se por ser significativamente elevado. **21% da população não sabe ler nem escrever**, sendo o **analfabetismo mais predominante nas mulheres**.

Contudo denota-se que o número de mulheres que tem acedido às certificações escolares pelo CNO e/ou através da frequência do curso EFA é mais acentuado.

Em termos de nível de ensino, a maior **concentração de mulheres** situa-se no **ensino secundário**, muito embora também estejam sobre representadas no conjunto dos indivíduos.

Em relação à presença de mulheres no ensino superior, estas representam cerca de 38% dos alunos inscritos e 42% dos alunos diplomados.

Contextualização geral

O Concelho de Miranda do Douro é composto por um Centro de Saúde. Este é uma unidade integrada, polivalente e dinâmica, prestadora de Cuidados Primários, que visam a promoção e a vigilância da saúde, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua ação ao indivíduo, família e comunidade, que privilegia a personalização da relação entre os profissionais de saúde e utentes (Centro de Saúde de Miranda Douro, s.d.). Administrativamente o CSMD integra-se no ACES Nordeste, o qual faz parte da ARS Norte, IP., conforme o organigrama inicial (cf. Figura 10).

Este localiza-se na cidade de Miranda do Douro, para servir uma população residente que segundo dados provisórios Censos 2011 INE é de 7462, estando inscritos/as no CS 7559 e em Médico/a de Família (MF) 7412 utentes a 31 de Dezembro de 2010.

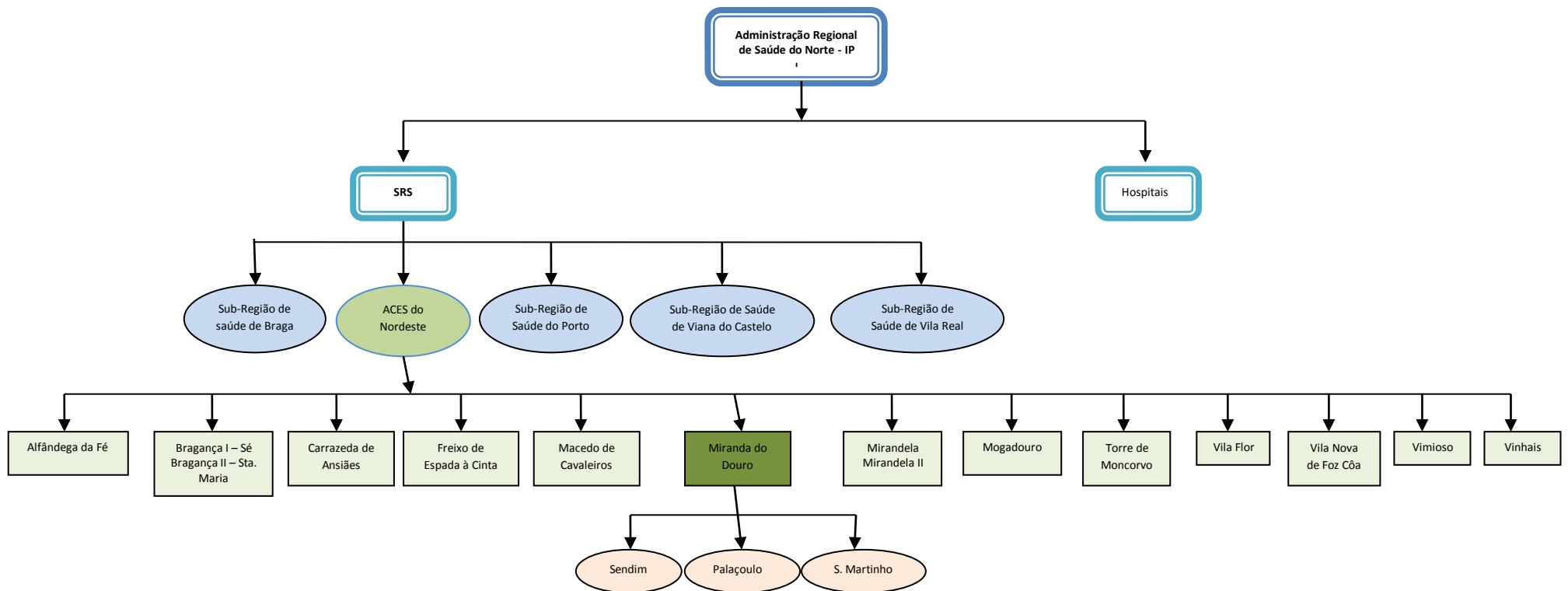
Segundo Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO), a definição de saúde traduz-se por um estado de bem-estar físico, mental e social, total, e não apenas a ausência de doença, ou de incapacidade (WHO, 1948).

A declaração introdutória da constituição da OMS que precedia a definição de Saúde afirmava que aqueles princípios eram básicos para a felicidade, para as relações harmoniosas e seguras de todas as pessoas. Afirmava ainda, que a saúde de todos os povos é fundamental para alcançar a paz e segurança.

Os Cuidados de Saúde Primários (CSP) são um pilar fulcral do Sistema Nacional de Saúde (SNS), e tem como objetivo a promoção da saúde, a prevenção da doença numa perspetiva bio-psico-social-cultural do indivíduo, família e comunidade (MQCSMD, 2010).

Sendo parte integrante do SNS estes situam-se no 1º nível de contacto com as populações e comunidade local. Os CS são cuidados universais acessíveis a indivíduos e famílias da comunidade os quais englobam serviços de saúde pública, prevenção, diagnóstico, terapêuticas e reabilitação.

Figura 10- Esquema ACES Nordeste – Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Trás-os-Montes I- Nordeste



Na Sede de concelho são atendidos 55,41% da população, na extensão de Sendim 23,09%, na extensão de Palaçoulo 8,5%, e na extensão de São Martinho de Angueira apenas 6%.

No quadro seguinte, podemos observar a distribuição da população inscrita no CS, por grupo etário e sexo.

Quadro 18- Número de Utentes Inscritos/as no Centro de Saúde no Concelho de Miranda do Douro, por sexo e por escalão etário, em 2010 (CSMD; SINUS- Sistema Informático de Unidades de Saúde; 31-12-2010)

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	T. Grandes Grupos
≤ 1 Ano.	21	14	35	
>1 - 4 Anos.	80	66	146	
5 - 9 Anos.	120	109	229	
10 -14 Anos.	154	121	275	0 -14 a.= 685
15 - 19 Anos.	172	175	347	
20 - 24 Anos.	169	176	345	
25 - 29 Anos.	228	216	444	
30 - 34 Anos.	254	232	486	
35 - 39 Anos.	248	214	462	
40 - 44 Anos.	233	225	458	
45 - 49 Anos.	232	208	440	
50 - 54 Anos.	261	262	523	
55 - 59 Anos.	278	252	530	
60 - 64 Anos.	226	250	476	15-64 a.= 4511
65 - 69 Anos.	227	306	533	
70 - 74 Anos.	249	303	552	
≥ 75 Anos.	567	711	1278	≥ 65 a = 2363
Total	3719	3840	7559	

Segundo o Programa SINUS a população inscrita no Centro de Saúde de Miranda do Douro em 2010 era de 7559, dos quais 3719 homens (49,19%) e 3840 mulheres (50,80%).

Da leitura do quadro anterior é de realçar a existência de uma população muito envelhecida, representando o grupo etário com idade ≥ 65 anos 31,26%.

O índice de Dependência Total é de 66%, o que significa que cada 100 ativos têm 66 idosos e crianças a cuidar, isto é cada casal tem 1,36 dependentes a seu cargo.

No quadro seguinte pudemos observar a distribuição por grupo etário e sexo os doentes inscritos/as no médico/a de família

Quadro 19- Utentes Inscritos/as no Centro de Saúde no Concelho de Miranda do Douro com Médico/a de Família, segundo o sexo e por escalão etário até 2010 (CSMD - Programa Sinus 31-12-2010)

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	%
≤ 1 Ano.	21	14	35	0.04
>1 - 4 Anos.	80	66	146	1.96
5 - 9 Anos.	115	109	224	3.02
10 -14 Anos.	153	119	272	3.67
15 - 19 Anos.	172	171	343	4.63
20 - 24 Anos.	165	172	337	4.55
25 - 29 Anos.	220	209	429	5.79
30 – 34 Anos.	250	227	477	6.44
35 – 39 Anos.	243	212	455	6.14
40 – 44 Anos.	227	222	449	6.06
45 – 49 Anos.	225	203	428	5.77
50 – 54 Anos.	252	254	506	6.83
55 – 59 Anos.	269	249	518	6.99
60 – 64 Anos.	220	247	467	6.30
65 – 69 Anos.	225	300	525	7.08
70 – 74 Anos.	245	297	542	7.31
>= 75 Anos.	558	701	1259	16.99
Total.	3640	3772	7412	

Existem 7412 utentes inscritos/as no Centro de Saúde de Miranda do Douro, dos quais 3640 são homens (49,11%) e 3772 são mulheres (50,89%). De registar que a maior percentagem é do sexo feminino, sendo que esta tem um valor mais relevante nas faixas etárias mais elevadas, ou seja, na população idosa.

Apesar da informação que nos foi fornecida indicar que a maioria dos/as doentes inscritos/as sem Médico/a de Família, resulta de opção própria dos indivíduos que usufruem e utilizam subsistemas tais como ADSE,ADMG, SAMS e EDP e/ou seguradoras tem de se verificar se é mesmo isso que se passa ou se existem falta de médicos/as de família de modo a cobrir toda a população inscrita.

Quadro 20- Número de Utentes Inscritos/as no Centro de Saúde no Concelho de Miranda do Douro **sem Médico/a de Família**, por sexo e por escalão etário, em 2010 (CSMD - Programa Sinus 31-12-2010)

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	%
<1 Ano.	0	0	0	0
1 - 4 Anos.	0	0	0	0
5 - 9 Anos.	5	0	5	3.40
10 -14 Anos.	1	2	3	2.04
15 - 19 Anos.	0	4	4	2.72
20 - 24 Anos.	4	4	8	5.44
25 - 29 Anos.	8	7	15	10.20
30 - 34 Anos.	4	5	9	6.12
35 - 39 Anos.	5	2	7	4.76
40 - 44 Anos.	6	3	9	6.12
45 - 49 Anos.	7	5	12	8.16
50 - 54 Anos.	9	8	17	11.56
55 - 59 Anos.	9	3	12	8.16
60 - 64 Anos.	6	3	9	6.12
65 - 69 Anos.	2	6	8	5.44
70 - 74 Anos.	4	6	10	6.80
>= 75 Anos.	9	10	19	12.93
Total.	79	68	147	

Natalidade

A taxa de natalidade tem vindo a decrescer nos últimos anos, relacionada com as alterações socio demográficas que se vem assistindo. Foram acompanhadas no CS durante 2010, 42 mulheres grávidas, das quais 41 iniciaram a sua vigilância durante o 1º trimestre, o que corresponde a uma precocidade de vigilância de 98%, indicador de grande qualidade que revela uma boa acessibilidade a este tipo de serviço.

Planeamento Familiar

A consulta de Planeamento familiar dirige-se às mulheres em idade fértil (15-49 anos). Relativamente à população inscrita deste grupo verificou-se serem 1446, das quais 558 frequentaram a consulta de PF em 2010, havendo 95 destas que fizeram uma segunda consulta. Fizeram a primeira consulta no ano 558 o que corresponde a uma taxa de cobertura de 39%, indicador positivo nesta área.

Mortalidade

De acordo com os dados apresentados no quadro 21, podemos verificar que a primeira causa de morte no Concelho se deve às neoplasias malignas, sendo a segunda causa de morte as doenças cardiovasculares, a terceira as doenças respiratórias, e a quarta os AVC.

Quadro 21- Número de óbitos registados no Concelho de Miranda do Douro, segundo o sexo e a causa de morte em 2010

Causa de Morte	Homens	Grupo Etário	Mulheres	Grupo Etário	Total
AVC	6	75 aos 92	7	68 aos 91	13
Diabetes	2	79 aos 89	2	72 aos 96	4
Demência	3	81aos 97	1	94	4
Doenças Córdio Vasculares	10	2 meses aos 87	12	-	22
Doenças Respiratórias	6	71 aso 88	14	63 aos 98	20
Doenças do Aparelho Digestivo	3	66 aos 95	1	83	4
Indeterminada ¹³	3	72 aos 74	2	67 aos 70	5
Insuficiência Renal	2	77 aos 90	2	82	4
Neoplasia Malignas	16	62 aos 97	8	52 aos 89	24
Outras Doenças	3	65 aos 93	2	67aos 80	5
Total	54		51		105

Fonte: Delegação de Saúde dos Concelhos do Agrupamento do Alto Trás-os-Montes I – Nordeste

Relativamente à primeira causa de morte verificou-se uma maior incidência a nível das neoplasias do colón em ambos os sexos.

Constatamos desta forma, que o número total de óbitos por sexo e patologia é idêntico em ambos os casos, sendo que por grupo etário em que ocorre é superior no sexo feminino. O sexo feminino regista ainda, números superiores de óbitos em

¹³ Indeterminada- Pode ser considerado suicídio ou situações em que são necessário haver autópsia.

algumas patologias em relação ao sexo masculino, especialmente nas doenças cardiovasculares e respiratórias.

Nas neoplasias malignas é o sexo masculino que apresenta maior incidência nas mortes por esta causa.

Relativamente ao número de óbitos no Concelho de Saúde de Miranda do Douro no ano 2010, tal como se verifica no quadro 22 corresponde a 105 mortes, das quais 32 se verificaram no decurso do internamento na Unidade de Bragança, segundo dados cedidos pelo Centro Hospitalar do Nordeste.

Quadro 22- Número de Óbitos registados no Hospital de Bragança dos residentes no Concelho de Miranda do Douro, por sexo, em 2010

Sexo Masculino	18
Sexo Feminino	14
Total	32

Fonte: CHN

Saúde Infantil e Juvenil

Segundo os dados recolhidos nasceram durante 2010, 42 crianças, das quais 34 (81%) tiveram a sua primeira consulta no CS antes dos 28 dias, o que significa uma boa precocidade de vigilância. São indicadores de qualidade a precocidade de vigilância e o nº de primeiras consultas no 1º ano de vida. Relativamente ao nº total de consultas por ano verificou-se uma média de 5 consultas por criança.

Quadro 23- Número de crianças vigiadas no primeiro ano de vida no Centro de Saúde em 2010.

Idade da Criança	Antes dos 28 dias	Vigilância <12meses	Totais
Dos 0 aos 11 meses	34	151	203

Fonte: CSMD - Programa Sinus 31-12-2010

O acompanhamento da criança desde o nascimento tem modificado o padrão de morbimortalidade por doenças infecciosas e nutricionais, verificando-se a existência de

outro tipo de patologias ligadas ao desenvolvimento, doença crónica, acidentes, cáries dentários e outros. Os cuidados antecipatórios como fatores de promoção da saúde são fundamentais, permitindo a vigilância periódica uma deteção precoce e encaminhamento de crianças de risco.

Quadro 24- Número de crianças e adolescentes vigiadas no Centro de Saúde em 2010.

Saúde Infantil e Juvenil	Primeiras Consultas	Consultas Seguintes	Totais
Dos 12 aos 23 meses	63	252	315
Dos 2 aos 13 anos	628	973	1601
Total	666	1225	1916

Fonte: Planeamento ACES Nordeste

Existe um programa de saúde para todas as crianças e jovens escolarizadas abrangidas por várias atividades (Saúde Escolar e Saúde Oral), componente importante de estratégia de prevenção, não só da cárie dentária e doenças evitáveis pela vacinação, mas também através da abordagem multidisciplinar de educação para a saúde, procurando imprimir na criança e no individuo jovem uma dinâmica tal, que estes permaneçam confrontados permanentemente, com as suas atitudes e com aquilo que os rodeia. Não havendo registo anteriores sobre o acompanhamento das crianças e jovens pelos seus progenitores, foi solicitado ao CS um registo por método observacional durante duas semanas, resultando daí o quadro seguinte que se apresenta.

Quadro 25- Número de consultas de Saúde Infanto-Juvenil dos (0-18 anos), no Concelho de Miranda do Douro, e nº de Homens/Mulheres que acompanharam filhos/as às consultas durante 2 semanas

Utentes Grupo Etário	Sexo		Total	Acompanhantes		
	Feminino	Masculino		Mãe	Pai	Casal
≤ 1 Mês	3	2	5	2	-	3
>1 Mês-1Ano	2	3	5	4	-	1
2 aos-5Anos	5	6	11	7	2	2
6 aos10Anos	4	7	11	11	-	-
11 aos15Anos	1	1	2	2	-	-
16 aos 18 Anos	-	-	-	-	-	-
Total	15	19	34	26	2	6

Fonte: CSMD – Observação direta e registo 28-10 a 09-11-2011

Da leitura do **quadro 36 verificamos (que quadro)** que 26 crianças foram acompanhadas apenas pela mãe, 2 pelo pai e 6 foram acompanhadas por ambos os progenitores. De realçar que 2 das crianças acompanhadas por ambos os progenitores estavam no grupo etário 2 aos 5 anos.

Perante os dados recolhidos num curto espaço de tempo e de acordo com os/as profissionais de Saúde que efetuaram o registo, esta amostra registou uma exceção à regra. Mais, os mesmos profissionais referiram que, na generalidade os pais (sexo masculino), raramente acompanham as consultas de saúde infanto-juvenil, sendo comum a sua presença na 1ª consulta, dado que a mãe se encontra fisicamente debilitada e incapaz de transportar o bebé ou por vezes de conduzir.

De salientar as equipas multidisciplinares das Escolas e Centro de Saúde têm desenvolvido programas que promovam mudança de comportamentos e aquisição de estilos de vida saudáveis. De facto aposta-se na adolescência sendo este o período mais saudável da vida do individuo mas também aquele que corre mais riscos de adquirir hábitos nocivos (alimentares tabágicos, toxicodependência), doenças sexualmente transmissíveis e ainda gravidez precoce.

Toxicodependência

A Lei Orgânica do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (IDT), Decreto-Lei 221/2007, de 29 de Maio estabelece como missão “promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências”.

O IDT, IP é um Instituto Público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e património próprio. Prossegue atribuições do Ministério da Saúde, sob superintendência e tutela do respetivo Ministério. O IDT é uma entidade nacional de referência, com reconhecimento internacional, para a intervenção nas condutas aditivas, o qual tutela Os Centros de Respostas Integradas locais numa lógica de proximidade.

A Toxicodependência é referida como sendo uma “realidade escondida e dinâmica”, quer a nível local, nacional ou mundial, o que não permite identificar com

precisão o número exato de toxicodependentes. Esta realidade é ainda mais difícil analisar em meios pequenos e o controlo social é mais intenso.

Da análise do quadro 26, devemos registar que existem apenas 6 utentes do sexo masculino em tratamento no Centro de Respostas Integradas de Bragança com idades que variam entre os 20 anos e os 45 anos.

Quadro 26- População Toxicodependente em tratamento, residente no Concelho de Miranda do Douro, atendida pelo CRI por freguesias e sexo e grupos etários, em 2010

Freguesias	Masculino	Feminino	Escalão Etário	Total
Cicouro	1		35-30	1
Miranda	1	-	25-20	1
Picote	1	-	35-39	1
Póvoa	1	-	20-24	1
Sendim	1	-	45-44	1
Total	6	0	35-39	6

Fonte: CRI Bragança

De salientar a ausência total de mulheres. Contudo reafirmamos que, como já se referiu esta é uma realidade escondida, sobretudo em meio rurais, pequenos, onde há uma pressão social mais elevada, pelo que estes números não serão representativos da realidade.

Saúde Mental

Desconhecemos o número de indivíduos com patologia da área da saúde mental, apenas conseguimos obter o total de consultas de psiquiatria por grupo etário e sexo a doentes/utentes residentes no concelho de Miranda do Douro. Conforme o quadro 27 foram realizadas 150 consultas de Psiquiatria, sendo de referir que o número de consultas do sexo feminino é muito superior ao masculino.

Quadro 27- Número de consultas de Psiquiatria de Utentes do Concelho de Miranda do Douro registadas pelo CHNE, por sexo e por escalão etário, em 2010

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
20 - 30 Anos.	10	2	12
30 - 40 Anos.	11	14	25
40 - 50 Anos.	7	22	29
50 - 60 Anos.	0	0	0
60 - 70 Anos.	13	34	47
70 - 80 Anos.	12	17	29
>= 80 Anos.	1	7	8
Total	54	96	150

Fonte: CHNE (Centro Hospitalar do Nordeste Transmontano)

Infeção VIH/Sida

Desconhece-se até ao momento existência de indivíduos infetados pelo VIH/Sida, de residentes no concelho de Miranda do Douro, segundo o sexo e grupo etário, em 2010, assim como óbitos que derivaram pela infeção por VIH/Sida.

De referir apenas, que de acordo com os dados divulgados e publicados “Infeção VIH/SIDA”, do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, constatou-se que, 39347 estão infetadas com este vírus tendo falecido 7694 pessoas, em Portugal desde 1983 a 31/12/2010. No distrito de Bragança registaram-se 64 casos de SIDA com 24 mortes. De realçar a deteção de 78 Portadores/as VIH assintomáticos, com zero mortes, casos sintomáticos “Não SIDA” 17 com registo de uma morte.

Os grupos etários mais atingidos no distrito situam-se entre os 30 e os 54 anos, representando os heterossexuais cerca de 70%.

Cuidados Continuados – Pessoas em situação de Dependência

O aumento de esperança de vida, associada à diminuição das taxas de natalidade e fecundidade verificadas nos últimos anos, tem condicionado o envelhecimento a nível mundial, nacional e local. Estes fatores acrescidos da componente migratória tanto para

o estrangeiro como para as grandes cidades do litoral fazem com que a nosso distrito e o nosso concelho seja um dos mais envelhecidos e desertificados do país.

Dado que a população idosa vive num grande isolamento social, falta de cobertura institucional, pobreza extrema e condições de habitabilidade muito degradadas, o que os impede muitas vezes de ficar no domicílio. Esta situação necessita de novas políticas sociais, que venham melhorar os cuidados de saúde prestados e promovam a qualidade de vida desta população.

Existe no concelho de Miranda do Douro uma Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção com 21 camas.

Graças a uma candidatura à Fundação Calouste Gulbenkian, existe uma Unidade Domiciliar de Cuidados Paliativos, que cuida da população com necessidade de cuidados paliativos no Planalto Mirandês a funcionar desde 2010, abrangendo 135 doentes, 280 familiares no acompanhamento da doença e processo de luto.

Síntese

Verifica-se que em Miranda do Douro os contextos de saúde refletem as características demográficas do concelho. Existem **7412 utentes inscritos/as no Centro de Saúde de Miranda do Douro**, dos quais **3640 são homens** (49,11%) e **3772 são mulheres** (50,89%). De registar que a **maior percentagem é do sexo feminino**, sendo que esta tem um valor mais relevante nas faixas etárias mais elevadas, ou seja, na população idosa.

De facto, são os mais velhos/as os/as que recorrem com maior frequência aos serviços dos Centros de Saúde.

Só **39% das mulheres em idade fértil** (15-49 anos) **realizaram consulta de Planeamento familiar**. Ressalva-se a ausência de dados sobre qual a facha etária de mulheres em idade fértil que foge mais ao planeamento e o porquê da maioria não repetir a consulta.

As **principais causas de mortalidade** no concelho em 2010 são as **neoplasias malignas**, as **doenças cardiovasculares**, as **doenças respiratórias** e os **AVC**, que afetam mais as mulheres do que os homens. Isto levanta a questão para que tipo de ações de cariz preventivo (e.g., desportivas) estão a ser feitas para minorar esta situação.

Verifica-se que são as **mulheres as que mais acompanham as crianças e dependentes aos cuidados de saúde**.

Verifica-se que claramente o **sexo masculino tem maior risco a nível da toxicod dependência**, mas que são as **mulheres** as que procuram **mais acompanhamento a nível psiquiátrico**. Contudo não sabemos quais as razões que originam essa mesma procura nem a patologia pela qual são seguidas.

6 Cidadania e Participação Cívica

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011 a igualdade entre mulheres e homens e a não discriminação constituem princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa e do Tratado de Lisboa.

A cidadania está relacionada com uma visão ideal de uma sociedade igualitária em eleições, respeito, tolerância, amizade, compreensão, diálogo, respeito pela diferença, integração, inclusão entre outros. Os valores humanistas deverão prevalecer em todos os cidadãos dessa mesma sociedade, lutando estes pelos seus direitos e cumprindo os seus deveres, a participação cívica.

É crucial a promoção de uma cidadania ativa e paritária, consolidada numa cultura de responsabilidade social, que valorize a participação cívica como fator de desenvolvimento pessoal e coletivo, e que potencie a inclusão e coesão sociais, bem como o aumento do sentimento de pertença das pessoas na sociedade.

6.1 Participação política

A participação equilibrada entre homens e mulheres na esfera pública e política, nomeadamente, na ocupação de lugares de poder e de tomada de decisão, tem sido uma das áreas tida como prioritária para a promoção de uma igualdade que se quer como definitiva.

A partilha de poderes entre homens e mulheres nestas esferas é, desde sempre, desigual, manifestando-se esta, numa sociedade em que a organização é regulada de uma forma masculina, condicionando assim a vivência das mulheres.

Havendo paridade em lugares de poder, as decisões passam a incluir de forma igualitária os interesses gerais do cidadão/ã.

Esta questão pretende mobilizar tanto os homens como mulheres para o exercício de uma cidadania plena em que todos e todas devem estar implicados/as na resolução dos problemas que lhes são comuns.

O Artº 48º da Constituição da República Portuguesa consagra o direito de todos os cidadãos/ãs participarem na vida política, bem como nos assuntos públicos do país, direta ou indiretamente. Consagra ainda o direito de sufrágio para todos/as os/as cidadãos/ãs maiores de dezoito anos.

Por sua vez o Artº 109º da Constituição da República Portuguesa, com a nova redação que lhe foi dada pela alteração de 1997, dispõe que a lei deverá regular a participação direta e ativa de forma equilibrada entre homens e mulheres, por forma a garantir a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos, não podendo haver lugar à discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.

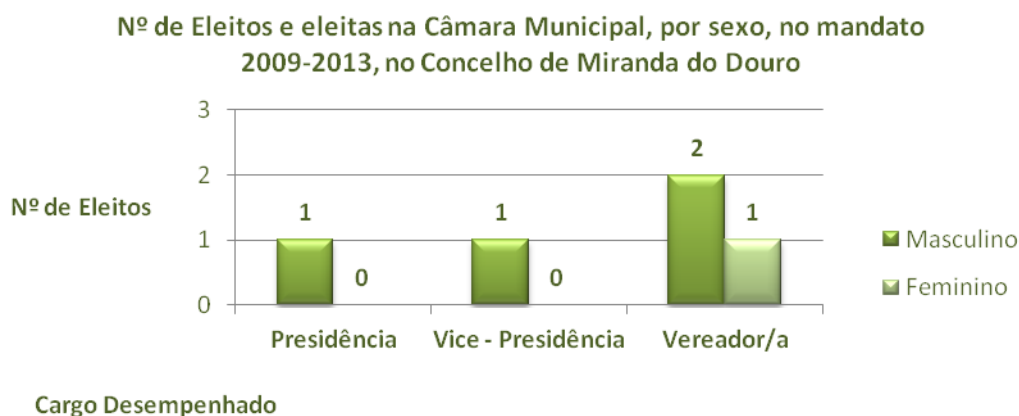
Com vista à diminuição da sub-representação feminina em cargos políticos e dando cumprimento ao disposto no Artº 109º da CRP, bem como da alínea h) do Artº 9º que define como tarefa fundamental do estado “promover a igualdade entre homens e mulheres”, foi aprovada em 2006 a Lei da Paridade (Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto) que define que as listas de candidaturas apresentadas quer para a Assembleia da República, quer para o Parlamento Europeu ou para as Autarquias Locais, terão que ter uma representação mínima de ambos os sexos em 33,3%, com vista à promoção da paridade entre homens e mulheres.

O conhecimento objetivo das relações de género, das desigualdades e da situação comparada, em todos os domínios, entre homens e mulheres, é fundamental para a prossecução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas que combatam os desequilíbrios e promovam a igualdade de género e a cidadania.

Em seguida são apresentados alguns dados referentes à cidadania e participação política em Miranda do Douro.

A Figura 11 (existe duas figuras 11) representa o número de eleitos e eleitas na Câmara Municipal, por sexo, no mandato de 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro. Como podemos constatar não existem grandes desigualdades na distribuição dos cargos. Este caso pode prender-se com o facto de existir uma lei que obriga a presença de paridade. Assim, o presidente e o vice-presidente são homens e a nível da vereação é uma mulher que ocupa o cargo.

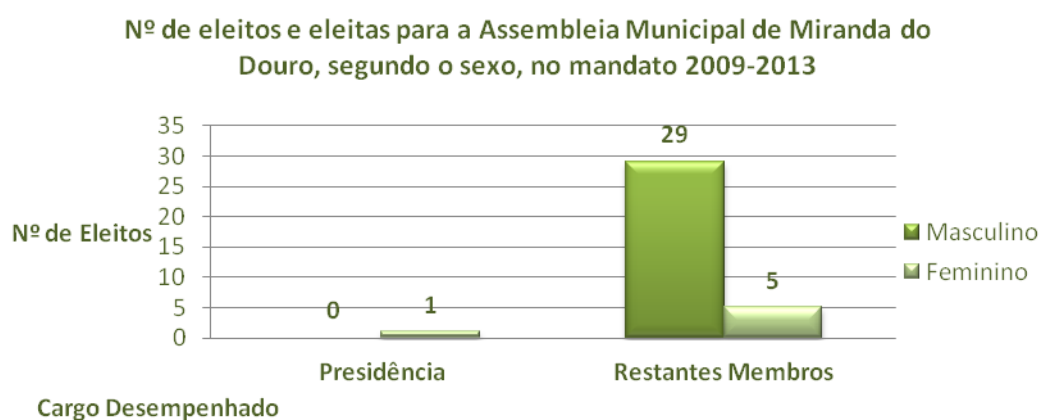
Figura 11 - Número de eleitos e eleitas na Câmara Municipal, por sexo, no mandato de 2009-2013, no concelho de Miranda do Douro (Município de Miranda do Douro)



A nível histórico verifica-se que nunca houve nenhuma mulher eleita para a presidência ou vice-presidência.

A Figura 11 representa o número de eleitos e eleitas para a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, segundo o sexo, no mandato 2009-2013. Pode verificar-se, segundo o gráfico, que existem grandes disparidades quanto ao género. Existem apenas seis mulheres eleitas em toda a Assembleia de entre 30 membros. A Assembleia é presidida por uma mulher.

Figura 11- Número de eleitos e eleitas para a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, por sexo, no mandato de 2009-2013 (Município de Miranda do Douro, 2012)



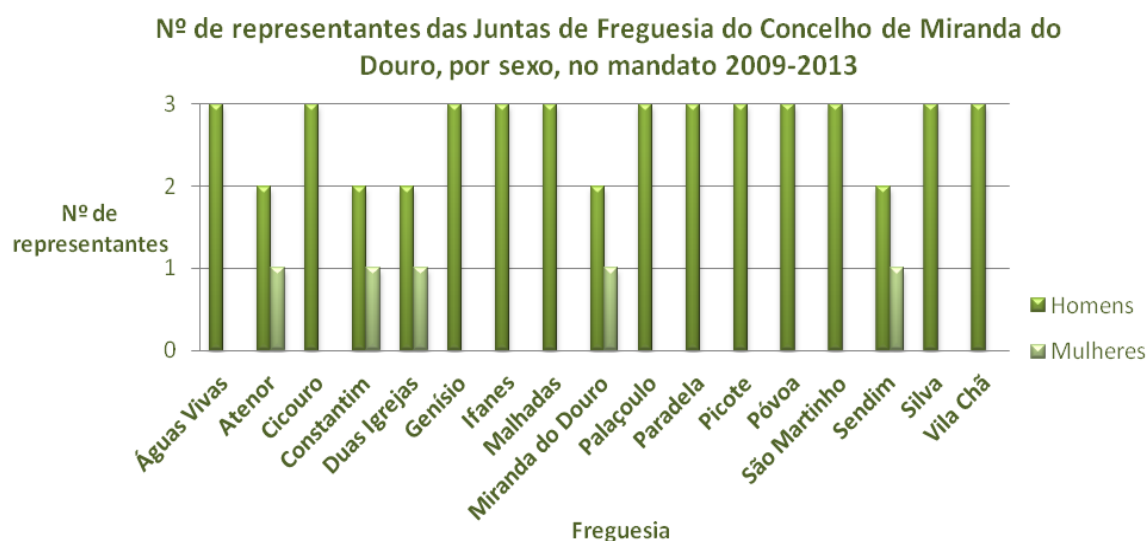
A Figura 12 representa o número de eleitos e eleitas para as Assembleias de Freguesia, segundo o sexo entre 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro. Podemos constatar que não existe nenhuma mulher a exercer funções nas Assembleias de Freguesia como presidente nas 17 freguesias que constituem o Concelho de Miranda do Douro.

Figura 12 - Número de eleitos e eleitas para as Assembleias de Freguesia, por sexo, no mandato de 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro



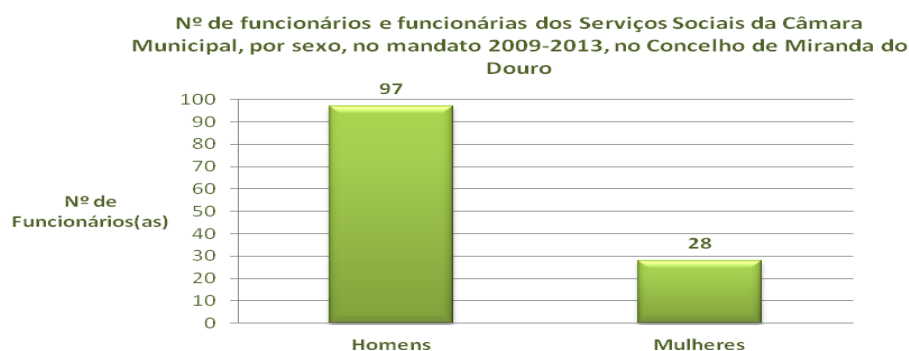
A Figura 13 demonstra o número de representantes das Juntas de Freguesias do Concelho de Miranda do Douro, por sexo. Segundo o gráfico podemos verificar que existe alguma discrepância na disposição dos cargos. Assim sendo, das 17 freguesias apresentadas, apenas 5 freguesias têm mulheres a exercer funções. Esta realidade traduz-se na existência de 5 mulheres para um universo de 51 representantes.

Figura 13 - Número de representantes das Juntas de Freguesia do Concelho de Miranda do Douro, por sexo, no mandato de 2009-2013



A Figura 14 representa o número de funcionários e funcionárias dos Serviços **Sociais** da Câmara Municipal de Miranda do Douro, por sexo, no mandato 2009-2013. Num universo de 125 elementos, verificamos que o número de funcionários é superior ao de funcionárias, com 97 e 28 indivíduos respetivamente. Posto isto, constatamos que as mulheres representam menos de 1/3 do total de elementos.

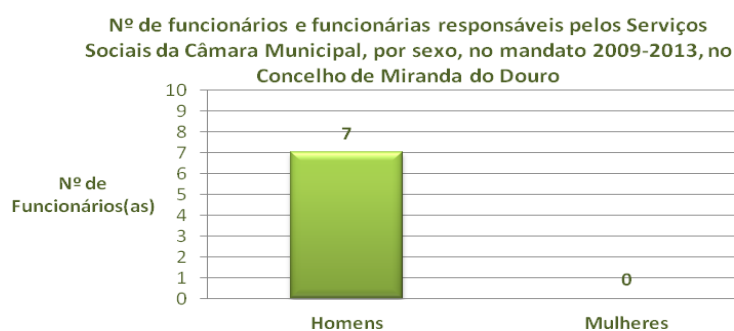
Figura 14- Número de funcionários/as dos Serviços Sociais da Câmara Municipal, por sexo, no mandato de 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro



Na Figura 15 podemos ver o número de funcionários e funcionárias responsáveis pelos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Miranda do Douro, por sexo, no

mandato de 2009-2013. Podemos constatar que existe uma integral gestão por parte dos funcionários, sendo as funcionárias excluídas destas funções. Do universo de 7 elementos responsáveis, são todos eles homens.

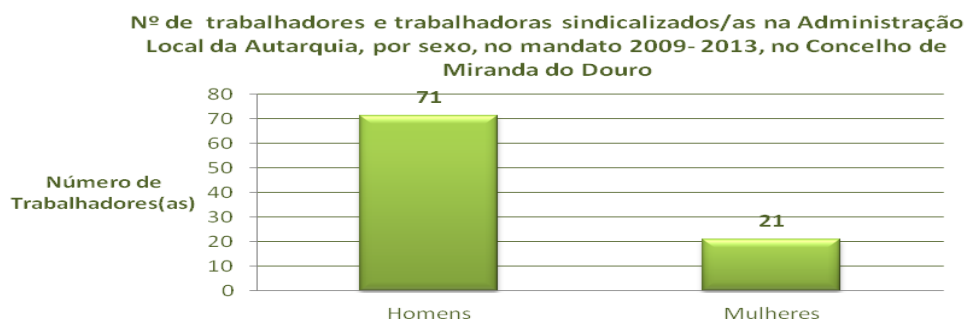
Figura 15 - Número de funcionários/as dos Serviços Sociais da Câmara Municipal, por sexo, no mandato de 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro



6.2 Representação Sindical

Quando analisamos o número de trabalhadores/as sindicalizados/as na Administração Local da Autarquia, por sexo, no mandato 2009-2013 constatamos que num total de 92 elementos, 71 são homens e apenas 21 são mulheres, existindo assim uma grande desigualdade entre os dois sexos (cf. Figura 16).

Figura 16 - Número de trabalhadores/as sindicalizados/as na Administração Local da Autarquia, por sexo, no mandato de 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro



A Figura 17 representa o número de delegados e delegadas sindicais, por sexo, no mandato 2009-2013. Ao analisar o gráfico, averiguamos que existem grandes assimetrias na distribuição dos cargos de delegados e delegadas sindicais. Do universo de 4 cargos, são todos eles ocupados por homens, sendo as mulheres excluídas destas funções.

Figura 17 - Número de delegados/as sindicais por sexo, no mandato de 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro



Existe um claro afastamento das mulheres mirandesas da política e de uma participação cívica ativa no concelho.

6.3 Associativismo

De acordo com a Constituição da República Portuguesa fazer parte de uma associação é um direito de todos/as. Por outro lado, fazer parte de uma associação possibilita dinamizar e empreender determinados objetivos em grupo, tendo em vista a prossecução de um objetivo em comum.

A expressão associativismo designa, por um lado, a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os/as sócios/as) para a obtenção de finalidades comuns.

As sociedades atuais reconhecem no associativismo um meio privilegiado de participação social, sendo o Associativismo Juvenil encarado como instrumento

suscetível de promover a educação cívica, estabelecendo valores sociais e normativos, no sentido de uma sensibilização para a democracia na juventude e de estimular e promover a resolução de problemas e a satisfação de necessidades.

Esta temática revela-se de grande importância para o Desenvolvimento Local e Regional, devido ao seu carácter multifacetado, direcionado e disponível para as comunidades, incentivando a intervenção imbuída de valores democráticos e independentes, originadoras de criação cultural, sendo responsáveis pela vivência e aprendizagem não formal coletiva, analisadores das realidades locais assim como compenetradas no desenvolvimento de ações comunitárias, com componentes temáticas bastante enriquecedoras para os seus destinatários.

Deste modo assumem um papel fundamental na formação de gerações de jovens cidadãos/ãs, afirmando valores essenciais à vida em Sociedade, estimulando a capacidade de iniciativa, a expressão e a criatividade, procurando ajudar o alcançar de objetivos de grupos e individuais.

O associativismo, enquanto forma de organização social, caracteriza-se pelo seu carácter, normalmente, de voluntariado, por reunião de dois ou mais indivíduos usado como instrumento da satisfação das necessidades individuais humanas (nas suas mais diversas manifestações). A possibilidade de associação é aberta aos/às jovens, através da sua integração em associações juvenis, que se pretende que sejam encaradas como escolas de cidadania. Deste modo, o associativismo juvenil contribui para a capacitação dos/as jovens, no que se refere ao exercício de uma cidadania ativa e interventiva, constituindo-se como espaços de participação e promovendo o desenvolvimento de competências para o exercício da participação cívica na idade adulta. Em Miranda do Douro são os homens que detêm os cargos de presidência das associações, do universo de 7 associações são todas elas presididas por homens.

6.4 Cultura

Uma abordagem de Género na Cultura desempenha um papel determinante na definição de estratégias que contribuam para uma produção cultural que dê equitativa

visibilidade a mulheres e homens, de forma a consolidar a igualdade de género como princípio estruturante da sociedade portuguesa.

De facto, permitir que pessoas de ambos os sexos tenham mesmo acesso à produção e fruição cultural, será um contributo decisivo para o exercício pleno da cidadania, para a redução das assimetrias, para o desenvolvimento social e para o reforço de um paradigma igualitário da identidade nacional no contexto de um mundo cada vez mais globalizado.

No que se refere a atividades de âmbito cultural o concelho conta com várias iniciativas dinamizadas pela câmara ou por associações locais.

A Figura 18 representa os números de grupos culturais, no mandato 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro. Os grupos estão divididos na categoria de grupos masculinos, grupos femininos, e grupos mistos. Podemos verificar nos dados apresentados que os grupos masculinos se encontram em número superior, com 23 grupos. Os grupos femininos são apenas 3 e os grupos mistos em que fazem parte homens e mulheres são 6.

Figura 18 - Número de grupos culturais por sexo, no mandato de 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro



Denota-se claramente um envolvimento dos homens mirandeses em atividades lúdico-recreativas. O que também se reflete no número de presidentes dos grupos

culturais do concelho de Miranda do Douro, do total de cargos disponíveis, 25, são todos ocupados por homens.

6.5 Desporto

O Desporto assume extrema importância, não só pelo impacto que tem no desenvolvimento das capacidades interpessoais, como também pela consolidação do bem-estar físico e psíquico que proporciona.

O Conselho da Europa defende que o desporto deve ser acessível a todas as pessoas e respeitar as diferentes expectativas e capacidades, e a diversidade de práticas, sejam elas de lazer ou de competição, individuais ou coletivas. Em consonância, a lei constitucional portuguesa (artigo 79.º) reconhece o direito de todos/as à atividade física e ao desporto, e impõe, aos poderes instituídos, por si mesmos ou em parceria, a obrigação de promover, estimular, orientar e apoiar a prática da atividade desportiva.

Nesta prossecução, a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, consagra uma visão integrada e inclusiva do desenvolvimento desportivo, promovendo a igualdade de oportunidades, sem discriminações derivadas do género, da deficiência ou da proveniência cultural ou étnica.

Mais e melhor desporto para mais cidadãos continuará a significar ter por objetivo a generalização da prática desportiva, a formar na escola e a desenvolver no movimento associativo, garantindo igualdade de acesso às atividades desportivas sem discriminações sociais, físicas ou de género.

Reportando-nos, novamente, ao Inquérito à Ocupação do Tempo (INE, 2001a: 156), verificamos que apenas cerca de 25% da população, com mais de 15 anos, pratica atividades desportivas. Destes, apenas 33,8% são mulheres. Reforçando esta ideia, de acordo com o perfil de saúde traçado para o Concelho de Oeiras (INA, 2008), tanto em idade escolar como em adultas, as mulheres tendem a praticar menos exercício físico do que os homens. Efetivamente, a maioria dos estudos sobre a participação desportiva de adolescentes, revela-nos que as raparigas são fisicamente menos ativas do que os rapazes, sendo que esta diferença tende a agravar-se (Cruz, 2006, p.5).

Por outro lado, de acordo com o Instituto de Desporto de Portugal, apenas 22% dos praticantes federados são mulheres. Destas, as modalidades preferidas são o futebol (35%), o andebol (6%), o basquetebol (5%) e o voleibol (5%) (INE, 2008b:, p.20)

Em Miranda do Douro verifica-se que a nível escolar 119 alunos/as do 1º ciclo do Ensino Básico são alvo do desporto escolar na escola dos quais 58 são do sexo feminino e 61 do sexo masculino.

A nível do pré-Escolar são beneficiados/as 83 alunos/as, dos quais 34 são do sexo feminino e 49 do sexo masculino.

Existem ainda no concelho atividades Físicas de Formação e Competição tais como o Futebol que abarca 111 rapazes e o Gira-Volei que envolve um total de 52 crianças, dos quais 30 são do sexo feminino e 22 do sexo masculino.

A nível das Atividades Físicas na Vida Ativa o Concelho disponibiliza duas modalidades: Ginástica Rítmica frequentada por 54 mulheres e 2 homens, Pilates frequentada por 51 mulheres e 6 homens. **(Não existe natação)**

Para os/as idosos/as a autarquia disponibiliza Atividades Físicas para a População Sénior cobrindo os/as idosos/as dos lares de Sendim, Picote e São Martinho, num total de 92 pessoas, dos quais 55 são do sexo feminino e 37 do sexo masculino e oferece a Ginástica Sénior a toda a população com mais de 55 anos, residente ou não no concelho, sem contra-indicações médicas para a prática de exercícios físicos. Sendo que no grupo de Miranda participam 15 pessoas do sexo feminino e 3 do sexo masculino e no grupo de Sendim participam 16 pessoas do sexo feminino.

Síntese

Não existem grandes desigualdades na distribuição dos cargos referentes ao número de eleitos e eleitas na Câmara Municipal, por sexo, no mandato de 2009-2013, no Concelho de Miranda do Douro. Este caso pode prender-se com o facto de existir uma lei que obriga a presença de paridade.

A nível histórico verifica-se que nunca houve nenhuma mulher eleita para a presidência ou vice-presidência.

Existem grandes disparidades quanto ao género referente ao número de eleitos e eleitas para a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, segundo o sexo, no mandato 2009-2013. Apenas seis mulheres eleitas em toda a Assembleia de entre 30 membros, no entanto esta é presidida por uma mulher.

Podemos constatar que não existe nenhuma mulher a exercer funções nas Assembleias de Freguesia como presidente nas 17 freguesias que constituem o Concelho de Miranda do Douro. Apenas 5 freguesias têm mulheres a exercer funções, para um universo de 51 representantes.

Existe um claro afastamento das mulheres mirandesas da política e de uma participação cívica ativa no concelho.

Em termos de associativismo são os homens que detêm os cargos de presidência das associações.

(a formatação é diferente)

7 Proteção Social

7.1 Rendimento Social de Inserção e Ação Social

Verifica-se que 175 pessoas dependem do Rendimento de Inserção Social (RSI), para viverem. De referir, que o número mais elevado de pessoas regista-se na faixa etária ≤ 20 anos, sendo o número superior do sexo masculino a usufruir desta política social.

Quadro 28 – Beneficiários/as do Rendimento de Inserção Social (RSI), no concelho de Miranda do Douro, do Sexo **Masculino** e **Feminino** Grupo Etário, em 2010

Grupo Etário	<18 Anos	18/19 Anos	20/24 Anos	25/29 Anos	30/34 Anos	35/39 Anos	40/44 Anos	45/49 Anos	50/59 Anos	>60 Anos	Total
Sexo Feminino	18	4	10	10	6	6	8	6	5	4	77
Sexo Masculino	37	5	4	13	6	6	6	6	4	6	98
Total	55	9	14	23	12	12	14	12	9	10	175

Fonte: SESS RSI em 08/02/2012

7.2 Pensionistas

O concelho tem 2788, pensionistas o que significa 37,3% da população total do concelho (7462), tendo em conta os valores avançados nos resultados provisórios dos censos 2011. De realçar que o número de mulheres é substancialmente superior ao dos homens.

Quadro 29 - Número Pensionistas activos/as com residência no concelho de Miranda do Douro, segundo o sexo e regime no ano de 2010

Sexo	Regime	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total
Masculino	Total	98	864	164	1126
Feminino	Total	80	1063	519	1662

Fonte: CNP em 08/02/2012

7.3 Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional e respostas sociais de apoio à família

A família é o elemento fundamental da sociedade, sendo-lhe garantido o direito à proteção pela sociedade e pelo do Estado, estando o mesmo consagrado no Artº67º da Constituição da República Portuguesa.

O Artº 36º que consagra o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade, bem como a igualdade de direitos e deveres entre cônjuges, quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos, consagra, ainda, o princípio da igualdade de tratamento dos filhos nascidos dentro ou fora do casamento. Ao nível do regime de bens do casamento, sempre que não haja convenção antenupcial, vigora o regime de bens adquiridos, sendo que, a administração dos bens comuns pertence a ambos os cônjuges.

Através do Dec-Lei 496/77 de 25 de Novembro do Código Civil Português, protagonizou-se uma importante alteração ao nível dos **papéis** desempenhados no seio da família, deixando de vigorar o regime de chefia exercido pelo homem na vida familiar e do governo dos assuntos domésticos pela mulher. Isto significa que os assuntos da família deixaram de ser conduzidos pelo homem, passando a ser decididos em comum. Foi extinta a figura do Chefe de Família.

No nosso País o direito à conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade laboral é reconhecido pela Constituição da República Portuguesa (artigos 12.º e 59.º) e encontra-se patente em instrumentos como o Plano Nacional de Emprego. No entanto, esta problemática assume entre nós características muito específicas.

Desde a segunda metade do século XX assistiu-se a um conjunto de importantes transformações nas sociedades industrializadas. Em Portugal, essas mudanças fizeram-se sentir sobretudo nas últimas três décadas e tiveram grandes repercussões na composição socioprofissional da população portuguesa, com relevo para a crescente feminização da população ativa e modos de organização da vida familiar (Guerreiro, Lourenço & Pereira, 2006).

Neste período, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho aumentou significativamente, atingindo os 60% no ano 2000, meta preconizada pela Estratégia de

Lisboa para 2010. Outro dado relevante é a proporção de casais com filhos/as que trabalham a tempo inteiro (67%). Com efeito, as ocupações a tempo parcial, designadamente as das mulheres, são das mais reduzidas a nível europeu. São dados surpreendentes, se tomarmos em conta que ainda possuímos um grande défice de infraestruturas de apoio à família, como sejam serviços de acolhimento e prestação de cuidados a crianças – em particular creches para crianças com idade inferior a 2 anos – serviços de apoio a idosos/as dependentes e os chamados serviços de proximidade, agravada pela crescente diminuição das redes de parentesco e de solidariedade informal. As famílias, e particularmente as mulheres, deparam-se, neste contexto, com uma série de problemas decorrentes da inadequação e insuficiência de recursos para dar resposta a necessidades ligadas à conciliação entre a sua vida pessoal e familiar e a vida profissional (Guerreiro, Lourenço & Pereira, 2006).

Por outro lado, enquanto as mulheres conseguiram entrar no mercado de trabalho adaptando-se à dura realidade de ter que acumular as funções profissionais com as pessoais, maternais e de apoio à família, os homens dificilmente conseguiram manter a sua atividade profissional e conjuntamente partilhar a educação dos/as filhos/as e as tarefas pessoais, bem como o apoio a familiares dependentes. Todas essas tarefas continuam, maioritariamente, a ser desempenhadas pelas mulheres, que as acumulam com a sua vida profissional.

De facto, as famílias são o principal suporte aos/às dependentes, nomeadamente, crianças e idosos/as, e são, na grande maioria dos casos, as mulheres que assumem estas tarefas (Pimentel, 2005: 76) e, por outro lado, o nosso país apresenta, no contexto da Europa, uma das maiores taxas de atividade feminina (Pereirinha, 2008: 15).

Não se pode olvidar que a maternidade é um valor social e legalmente protegido. Contudo, a lei é muitas vezes violada e contornada, dando origem a inúmeras injustiças sociais e profissionais. Por esse motivo as mulheres são fortemente penalizadas no mercado de trabalho. Vulgarmente associa-se um maior absentismo às mulheres por razões que se prendem com a maternidade e o apoio a descendentes, atendendo a que continuam a existir poucos homens a partilhar essas responsabilidades, sendo, por esse motivo, as mulheres as mais discriminadas.

A conciliação está claramente ligada à variável tempo. Este é marcado pelo género, constituindo-se como uma dimensão chave para a compreensão da diversidade e da mudança nas relações de género. Deste modo, uma perspetiva de género é essencial para tornar evidente que a dimensão “tempo” condiciona as relações sociais no que concerne a tempo de trabalho remunerado e trabalho doméstico. O tempo constitui-se, assim, como fundamental para a construção da igualdade de género, marcando as desigualdades de negociação no modo como é distribuída, por homens e mulheres, a sua ocupação (Perista, 2010, p. 49).

Ressalva-se, neste âmbito, o facto do nível de instrução, o rendimento auferido e o ciclo de vida serem fatores que fazem variar a duração de trabalho pago e não pago. As diferenças são particularmente relevantes no trabalho pago no grupo etário compreendido entre os 55 e os 64 anos, onde os homens trabalham, em média, mais 1,46 horas que as mulheres e, nas tarefas não remuneradas, onde a afetação de horas, por parte das mulheres, é mais evidente na faixa dos 35 aos 54 anos, dedicando estas mais 3,40 horas a funções não remuneradas do que os homens (Perista, 2010, p.53).

Não obstante, o nosso país apresenta um défice de infraestruturas de apoio à família (nomeadamente creches e lares para pessoas idosas), facto que coloca os casais trabalhadores, muitas vezes, em situações de esforço para conciliar papéis profissionais e familiares. Neste sentido, não é de estranhar que o nosso país atravesse uma crise de natalidade, com os casais a terem cada vez menos crianças e cada vez mais tarde.

Analisando o concelho de Miranda do Douro verificamos que são várias as respostas que o concelho fornece para ajudar as famílias mirandesas.

7.3.1 Respostas e serviços para pessoas com deficiência

As pessoas portadoras de deficiência constituem um dos grupos mais expostos a diferentes situações de discriminação e a constantes violações dos seus direitos, donde se destaca as dificuldades de exercerem uma cidadania plena. Neste sentido, as pessoas portadoras de deficiência são assumidas, ao nível nacional, como uma prioridade em termos de intervenção.

Neste prisma, a análise da dimensão género torna-se importante, na medida em que, como adiante será possível constatar, são as mulheres, portadoras de deficiência, que maiores dificuldades encontram em diversas esferas da sua vivência social, sendo, pois, alvo de discriminações múltiplas.

As pessoas portadoras de deficiência encontram no percurso das suas vidas um conjunto de condicionantes, associadas a ideias e preconceitos negativos, relativos às suas reais capacidades, bem como a barreiras ao nível do seu percurso educativo/formativo, profissional.

Por outro lado, o acesso destes cidadãos e destas cidadãs às tecnologias de informação e comunicação encontra, ainda, um conjunto de barreiras não ultrapassadas.

Existem no Distrito de Bragança algumas Instituições e **Associações** as quais apoiam jovens e crianças deficientes e as suas famílias.

A Associação Sociocultural dos/as Deficientes de Trás-os-Montes (ASCUDT), qual está sediada em Bragança, está vocacionada para apoiar utentes do distrito e está aberta a todas as pessoas a todas as pessoas que se queiram associar ao seu projeto independentemente da sua deficiência. Esta disponibiliza atividades ocupacionais, apoio ao trabalho, orientação e encaminhamento médico, terapêutico, atendimento psicológico, orientação educativa e formativa manutenção física e expressão corporal, desenvolvimento pessoal, social e profissional. Disponibiliza ainda o Centro de atividades Ocupacionais, Residência autónoma e serviço de apoio ao domicílio.

A Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual (APADI), também com sede em Bragança, presta apoio a crianças e jovens e suas famílias, promovendo ainda a integração social e comunitária. Disponibiliza os serviços de Lar Residencial e conta com 77 utentes, dos 7 aos 76 anos. Proporcionam aos seus utentes meios que contribuem para uma melhor qualidade de vida, promovendo a autonomia e prevenindo situações de dependência.

Possui ainda um Centro de Atividades Ocupacionais destinado a apoiar jovens e adultos com idade igual ou superior de 16 anos *e que não reúna as condições para aplicabilidade do regime de Emprego Protegido, em actividades de ocupação útil,*

trabalho ocupacional e habilitação/reabilitação funcional, numa perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida.

O Centro de Educação Especial de Bragança (CEEB), acolhe pessoas com todo o tipo de deficiências, incluindo atraso mental grave ou multideficiências. De acordo com os dados tornados públicos a instituição conta com 70 utentes, 50 dos quais em regime de internamento. Em funcionamento desde 1973, o CEEB acentua-se como *uma entidade que, para além de "colaborar" com os familiares das pessoas com deficiência, visa "dar uma resposta de qualidade de vida e bem-estar aos seus utentes"*

7.3.2 Habitação Social

No Concelho de Miranda do Douro não existe um programa de habitação social. Apesar de ter existido um bairro do Fundo de Fomento de Habitação, essas moradias/pisos foram alienadas/vendidas aos seus proprietários a preços controlados e as restantes são pertença do Município de Miranda do Douro, as quais são arrendadas a pessoas com dificuldades económicas a preços controlados e reduzidos.

Também a Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro (SCMMD) é detentora de um bairro cujas habitações são atribuídas perante uma renda baixa a pessoas carenciadas e socialmente necessitadas.

Quadro 30 - Contratos de arrendamento social – titulares em 2010, por sexo e localidade.

Instituições	Localidades	Homens	Mulheres	Total
Câmara Municipal Miranda do Douro	Miranda do Douro	13	8	21
	Bairro Fundo Fomento			
Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro	Miranda do Douro B. Dr. Valentim Guerra	4	2	6
Total		17	10	27

Fonte: Município de Miranda do Douro, Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro

Assim, e conforme o quadro o Município possui 21 fogos, 13 dos quais estão registados dos contratos estão em nome de indivíduos do sexo masculino e 8 contratos em nome de pessoas do sexo feminino.

Relativamente à SCMMMD a situação é semelhante, existindo 6 fogos, 4 dos quais em nome de indivíduo de sexo masculino e apenas 2 em nome de pessoas de sexo feminino.

Podemos concluir que os homens possuem quase o dobro dos contratos que as mulheres, pelo que estas continuam a ser preteridas aos homens.

Síntese: a síntese não confere com o assunto conciliação entre a vida pessoal....

A igualdade entre homens e mulheres e a não discriminação constituem princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa e do Tratado de Lisboa.

Relativamente à esfera política, a salvaguarda dos princípios acima mencionados, encontra-se consolidada através dos artigos 48º e 109º, presentes na Constituição da República Portuguesa, que mencionam em traços gerais o direito de todos os cidadãos/ãs participarem na vida política, bem como nos assuntos públicos do país, direta ou indiretamente. A implementação de um número mínimo de representantes de ambos os sexos, ao nível da Assembleia da República, Parlamento Europeu e Autarquias Locais visa a promoção dessa mesma igualdade.

Analisando mais concretamente, os dados referentes à cidadania e participação política em Miranda do Douro, verificamos que não existe uma uniformização a nível de igualdade de género, nos diferentes cargos políticos.

No que diz respeito às eleições para a **Câmara Municipal de Miranda do Douro**, no mandato de 2009-2013 verificou-se que do total de indivíduos eleitos, cumpre-se a percentagem de representação mínima de 33,3%. Verifica-se porém que a nível histórico, nenhuma mulher foi eleita para os cargos de presidência ou vice-presidência.

Se analisarmos a constituição da **Assembleia Municipal**, ainda no mandato de 2009-2013, constatamos disparidades vincadas ao nível do género, sendo que apenas 20% do total de eleitos são mulheres.

Ao nível das **Assembleias de Freguesia**, a disparidade é ainda mais marcante, na medida em que não existe nenhuma mulher a exercer funções enquanto presidente, nas 17 freguesias que compõem o concelho.

Na representação das **Juntas de Freguesia** do concelho de Miranda do Douro, a percentagem de representantes do sexo feminino reduz-se a 9,8% do total de eleitos.

Relativamente à distribuição dos funcionários dos **Serviços Sociais da Câmara Municipal de Miranda do Douro**, no mesmo mandato, concluímos que os funcionários do sexo feminino representam menos de 1/3 do total, sendo que para os cargos de chefia não foram designados elementos femininos.

A **representação sindical** espelha também desigualdades marcadas ao nível do género, sendo que os indivíduos do sexo masculino representam mais de 70% dos trabalhadores sindicalizados.

No âmbito do **associativismo**, e após análise dos dados relativos a cargos de presidência de associações no concelho de Miranda do Douro, constata-se a ausência de mulheres nestes cargos.

A mesma realidade é transposta para o domínio relativo à **Cultura**, onde encontramos um claro envolvimento dos homens em grupos culturais, sendo a sua presidência assegurada maioritariamente por elementos desse mesmo género.

Uma análise dos dados sobre **Desporto** disponibilizados para este concelho, apuramos que, em termos globais, a participação de ambos os géneros é relativamente equitativa, quer consideramos o desporto infantjuvenil, para adultos ou focado na 3ª idade.

Face ao exposto, e após uma análise global dos vários domínios considerados, concluímos que é importante direcionar a ação com vista à diminuição da disparidade entre géneros, com o objetivo último de promover uma cidadania ativa e paritária.

8 Justiça

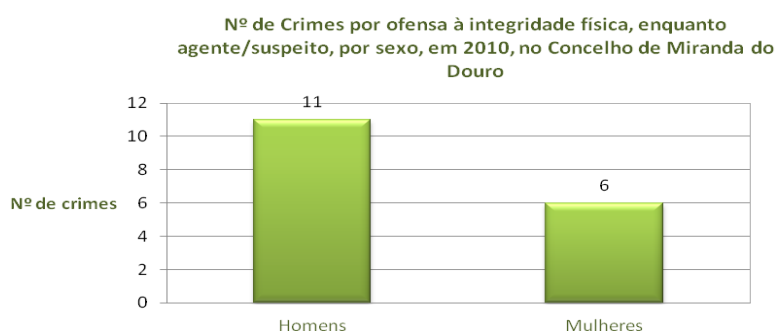
8.1 Criminalidade e Violência

A criminalidade traduz se num conjunto de atos criminosos cometidos pelos cidadãos. O crime é um fenómeno causado por inúmeros fatores: sociais, económicos, entre outros. Encontrar-se exposto a estes fatores não quer dizer que se seja criminoso, apenas existe uma apetência maior para desenvolver atos de delinquência.

Quando se fala em crimes, fala-se na realidade de um conceito amplo que inclui realidades e dinâmicas diversas. O crime pode ser contra as pessoas, contra o património, contra a identidade cultural e integridade pessoal, contra a vida em sociedade, contra o estado, crimes previstos em legislação avulsa.

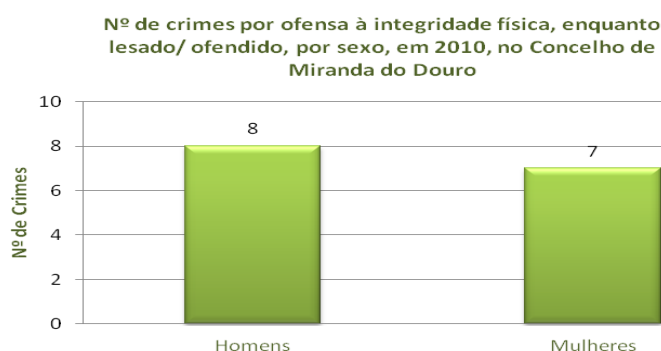
Como poderemos verificar nos dados apresentados adiante, os protagonistas da violência e da criminalidade, são maioritariamente do sexo masculino e as vítimas do sexo feminino. A Figura 19 representa o número de crimes por ofensa à integridade física, enquanto agente/suspeito, por sexo, em 2010, no Concelho de Miranda do Douro. Podemos verificar que o número de crimes tendo como agente/suspeito elementos do sexo masculino, é de 11 crimes, é superior do que agente/suspeito do sexo feminino, com 6 crimes.

Figura 19 – Criminalidade e violência (GNR, 2010)



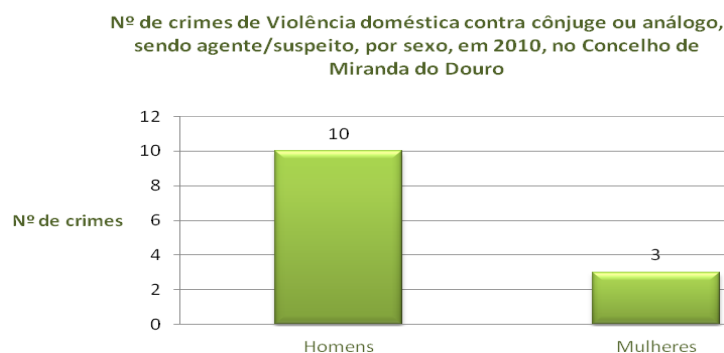
A Figura 20 representa os crimes por ofensa à integridade física, enquanto lesado/ofendido, por sexo, em 2010, no concelho de Miranda do Douro. Segundo os dados apresentados constatamos que não existem grandes assimetrias, pois o número de crimes cometido por homens e mulheres como lesado/ofendido é de 8 e 7 respetivamente.

Figura 20 – Nº de crimes por ofensa à integridade física, enquanto lesado/ofendido, por sexo (GNR, 2010)



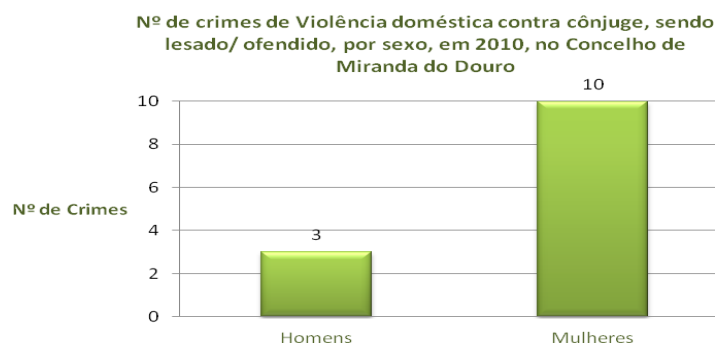
A Figura 21 representa o número de crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogo, sendo agente/ suspeito, por sexo, em 2010, no concelho de Miranda do Douro. Através do gráfico podemos verificar que o número de agente/suspeito homens é notoriamente superior, com 13 crimes. As mulheres são suspeitas em 3 do total de crimes cometidos.

Figura 21 – Nº de crimes de violência doméstica, contra cônjuge ou análogo, sendo agente/suspeito por sexo (GNR, 2010)



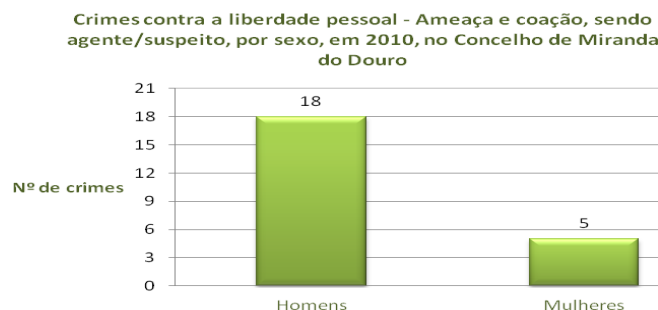
A Figura 22 representa o número de crimes de violência doméstica contra cônjuge, sendo lesado/ofendido, por sexo, em 2010, no concelho de Miranda do Douro. Podemos verificar que neste panorama de lesado/ofendido inverte-se a situação, o número de lesado/ofendido homens é de 3, enquanto lesado/ofendido mulher é de 10.

Figura 22 – Nº de crimes de violência doméstica, contra cônjuge ou análogo, sendo agente/suspeito por sexo (GNR, 2010)



A Figura 23 representa os crimes cometidos contra a Liberdade Pessoal – Ameaça e Coação enquanto agente/Suspeito, por sexo, no ano de 2010, no Concelho de Miranda do Douro. Analisando os dados, verificamos que o número que homens que cometem crimes é significativamente superior (18 indivíduos) ao de mulheres que cometem crimes (5 indivíduos). Concluimos que cerca de 78% dos crimes de ameaça e coação são cometidos por homens.

Figura 23 – Nº de crimes cometidos contra a Liberdade Pessoal – Ameaça e Coação enquanto agente/Suspeito, por sexo (GNR, 2010)



A Figura 24 representa os crimes contra a liberdade pessoal – Ameaça e Coação, sendo lesado/Ofendido, por sexo, no ano de 2010, no Concelho de Miranda do Douro. Ao analisar o gráfico constatamos que existem algumas desigualdades quanto ao sexo lesado/ofendido. As mulheres são neste caso as que estão em maior número, com 13 individuais, e os homens 9 indivíduos.

Figura 24 – Nº crimes contra a liberdade pessoal – Ameaça e Coacção, sendo lesado/Ofendido, por sexo (GNR, 2010)



A Figura 25 representa os crimes contra a liberdade pessoal – Difamação, calúnia e injúria, sendo agente/suspeito, por sexo, no ano 2010, no Concelho de Miranda do Douro. Podemos verificar que existem algumas assimetrias, sendo os homens em maior número, com 9, e as mulheres 2.

Figura 25 – Nº crimes contra a liberdade pessoal – Difamação, calúnia e injúria, sendo agente/suspeito, por sexo, (GNR, 2010)



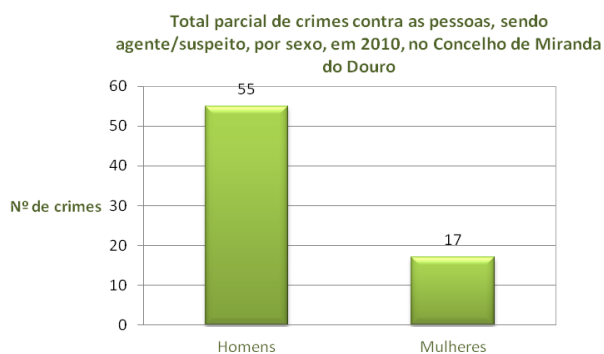
A Figura 26 representa os crimes contra a honra – Difamação, calúnia e injúria, sendo lesado/ofendido, por sexo, em 2010, no Concelho de Miranda do Douro. Segundo o gráfico podemos apurar que os homens são os mais lesados, com 8 indivíduos enquanto as mulheres são 2, logo não existe uma criminalidade igualitária entre lesados, por sexo.

Figura 26 – Nº crimes contra a honra – Difamação, calúnia e injúria, sendo lesado/ofendido, por sexo, (GNR, 2010)



A Figura 27 representa o total parcial de crimes contra pessoas sendo agente/suspeito, por sexo, em 2010, no concelho de Miranda do Douro. Deste modo constatamos que existem grandes assimetrias entre ambos os sexos. Verificamos que os homens, com 55 elementos, encontram-se em número bastante superior ao das mulheres com 17 elementos.

Figura 27 – total parcial de crimes contra pessoas sendo agente/suspeito, por sexo, (GNR, 2010)



A Figura 28 representa o total parcial de crimes contra as pessoas, sendo lesado/ofendido, por sexo, em 2010, no Concelho de Miranda do Douro. Podemos averiguar que não existem grandes discrepâncias entre os sexos. Os homens fazem-se representar por 38 indivíduos e as mulheres 41.

Figura 28 – total parcial de crimes contra as pessoas, sendo lesado/ofendido, por sexo, (GNR, 2010)



8.2 Violência Doméstica

Pese embora a violência doméstica afete pessoas idosas, crianças, pessoas portadoras de deficiência, a realidade continua a comprovar que são maioritariamente as mulheres as mais atingidas sendo, por isso, uma questão de violência de género.

A violência contra as mulheres e crianças encontra, no entanto, uma forte cobertura institucional, quer por parte dos serviços da administração central, quer por parte dos seus serviços descentralizados a nível local (Autarquia, CPCJ, Serviços Locais de Acção Social, etc). No entanto, pouco se conhece sobre a problemática da violência sobre os idosos/as e deficientes, facto que deverá merecer melhor atenção por parte das entidades responsáveis nesta matéria.

Aquela que se debate mais é a violência contra as mulheres por ser tão significativa levando a **femicídios** e a crimes horrendos. Esta é considerada uma violência em razão do género e constitui uma violação dos direitos humanos, podendo revestir várias formas: físicas, psicológicas, sexuais ou económicas.

Existe legislação para tentar contornar o problema. O crime de maus-tratos entre cônjuges está previsto no Código Penal Português no seu Artº 152º. A este crime é aplicada a pena de prisão de 1 a 5 anos, tanto para cônjuges como para pessoas que vivam nas mesmas condições (união de facto).

Ainda, nos casos de maus tratos entre cônjuges ou entre pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges pode ser aplicada uma pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo a de afastamento da residência por um período máximo de dois anos.

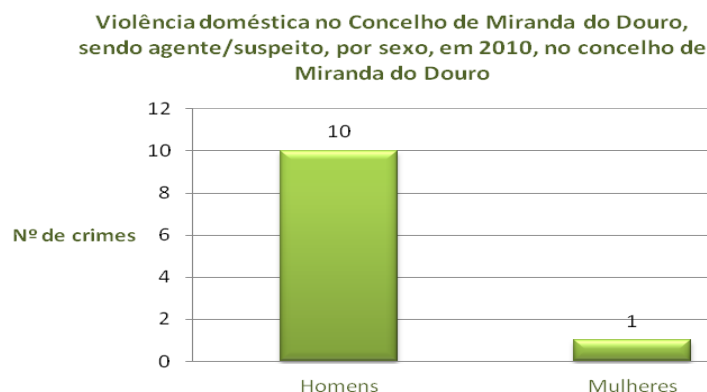
A Lei 7/2000 de 27 de Maio, veio alterar o Artº152 do Código Penal, dando carácter de crime público aos maus tratos entre cônjuges, com a obrigação de denúncia para as entidades policiais. A partir desta alteração legislativa, qualquer pessoa pode denunciar o crime. Isto significa que se a mulher decidir apresentar queixa, não pode dela desistir pois a mesma será sempre encaminhada para o Tribunal. Independentemente do processo-crime, estes factos são também motivo para a invocação do divórcio litigioso.

Contudo é ainda uma realidade muito presente na sociedade senão vejamos as estatísticas da APAV relativas ao ano de 2011. No ano de 2011, a APAV registou um total de 15 724 factos criminosos que se refletiram em 6737 processos de apoio relativos à problemática de violência doméstica.

As vítimas de violência doméstica eram, em 83% das situações assinaladas, do sexo feminino. Em termos etários, estas utentes situavam-se na faixa dos entre os 35 e os 40 anos (8.4%) e mais de 65 anos (8,3%). O número de vítimas de violência doméstica do sexo masculino aumentou 56% (de 579 para 904) face a 2010 (APAV, 2011).

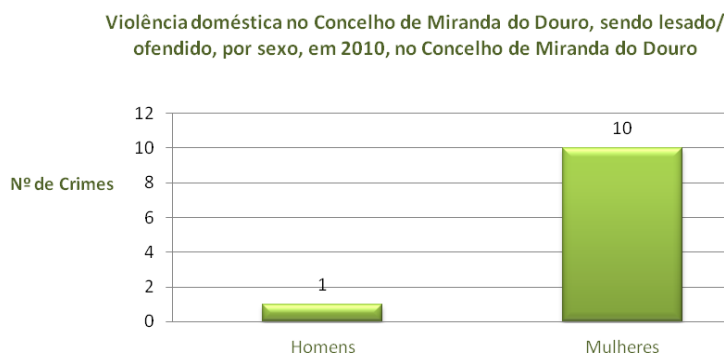
A Figura 29 representa a violência doméstica no Concelho de Miranda do Douro, sendo agente/suspeito, por sexo, no ano 2010. Verificamos que os homens enquanto agente/suspeito estão em maior número com 10 indivíduos e as mulheres apenas 1 elemento o que vai de encontro aos dados estatísticos das associações que dão apoio a vítimas de violência doméstica.

Figura 29 – Violência doméstica no Concelho de Miranda do Douro, sendo agente/suspeito, por sexo (2010)



A Figura 30 representa a Violência doméstica no concelho de Miranda do Douro, sendo lesado/ofendido, por sexo, em 2010. Verificamos que contrariamente ao gráfico anterior, são as mulheres que se destacam, sendo 10 elementos, enquanto os homens 1. Existe tal como no país, uma maior prevalência das vítimas mulheres embora pouco se saiba sobre a sua facha etária, nacionalidade, etc.

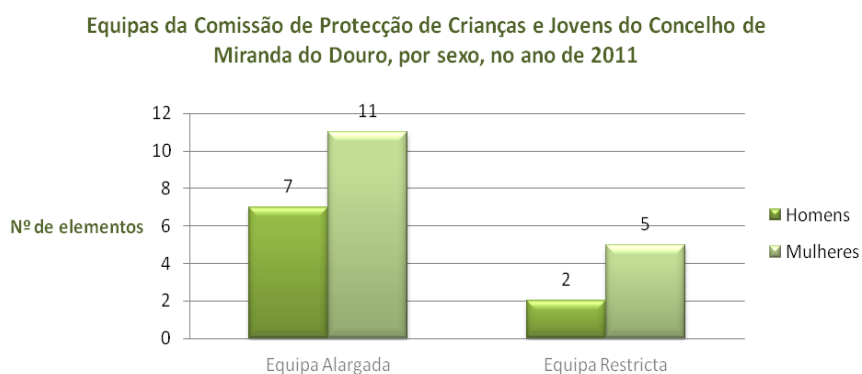
Figura 30 – Violência doméstica no concelho de Miranda do Douro, sendo lesado/ofendido, por sexo (2010)



8.3 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro

A Figura 31 representa as equipas de Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Miranda do Douro, por sexo, no ano de 2011. Podemos constatar que em ambas as equipas o número de elementos do sexo feminino é superior ao sexo masculino. Na equipa alargada são 11 mulheres e 7 homens, na equipa restricta são 5 mulheres e 2 homens.

Figura 31 - Equipas da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do CMD, por sexo, (2011)



9 Estratégias a implementar: rotas para a execução do Plano Municipal de Género

9.1 Sinopse

De forma a dar resposta ao diagnóstico elaborado em matéria de igualdade de género para o Concelho de Miranda do Douro, quer ao nível das suas fragilidades, quer ao nível das suas potencialidades, é chegado o momento de traçar os objetivos que atravessarão a vigência do futuro plano.

De facto, tendo em conta o diagnóstico efetuado é necessário delinear um plano de ação, cuja estratégia assente numa intervenção capaz de colmatar as assimetrias diagnosticadas. Este plano de ação será subdividido em dois níveis, nomeadamente: nível interno (Município) e nível externo (Concelho).

9.2 Plano de Ação

Considera-se que as áreas de intervenção definidas representarão um reforço da política municipal de promoção da igualdade de género e, deste modo, deverão nortear a ação do Município e dos Agentes locais, nos próximos anos.

Em termos internos, consideramos que devemos trabalhar três eixos:

1. Conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal/ familiar,
2. Comunicação,
3. Mainstreaming de género .

Na vertente externa destacamos:

1. Educação e Emprego
2. Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional
3. Saúde e Ambiente
4. Justiça e Violência de Género/ Doméstica
5. Participação Cívica
6. Cultura e Desporto
7. Organizações da Sociedade Civil

9.2.1 Nível Interno

Eixo	Ação/Projetos	Objetivos	Descrição	Destinatários/as	Indicadores	Parceiros Envolvidos
3	Criação do Gabinete da Igualdade no Município;	Integrar os princípios da igualdade de género na cultura organizacional; Fomentar uma progressiva interiorização das preocupações com a igualdade de género	Criar uma infra-estrutura para tratar apenas as questões ligadas à Igualdade de Género	Municípios de Miranda do Douro	N.º de solicitações ao gabinete; n.º de intervenções realizadas pela conselheira para a Igualdade ... (retirar a parte das reuniões camarárias)	Município de Miranda do Douro Associações Concelhias CIG Centro de Saúde Universidade Sénior
3	Jogo de Futebol “ <i>Todos pela Igualdade</i> ”, com os trabalhadores do Município.	Integrar os princípios da igualdade de género na cultura organizacional; Fomentar uma progressiva interiorização das preocupações com a igualdade de género	Atividade desportiva	Funcionários/as da autarquia	N.º de funcionários/as que aderem à medida	Município de Miranda do Douro CIG
3	Reorganizar materiais formais da autarquia	Integrar os princípios da igualdade de género na cultura organizacional; Fomentar uma progressiva interiorização das preocupações com a igualdade de género	Transpor para os instrumentos de planeamento estratégico, os princípios promotores de igualdade de género.	Autarquia Juntas de Freguesia População em geral	N.º de instrumentos de planeamento estratégico que adoptaram esta medida/ N.º total de instrumentos de planeamento estratégico produzidos*100	Autarquia Junta de Freguesia CIG
3	Criação de um folheto informativo e de sensibilização sobre a igualdade de género; Criação de uma newsletter .	Integrar os princípios da igualdade de género na cultura organizacional; Sensibilizar e capacitar os recursos humanos nesta matéria	Desenvolver e aprofundar as competências no domínio da igualdade de género, sensibilizando e simultaneamente capacitando para aplicação nas suas práticas profissionais e pessoais	População em geral	N.º de instrumentos Produzidos e distribuídos	Autarquia Junta de Freguesia CIG Associações Concelhias Entidades Institucionais e governamentais
3	Formação interna para os funcionários sobre os princípios da IG	Integrar os princípios da igualdade de género na cultura organizacional; Sensibilizar e capacitar os recursos humanos nesta matéria	Desenvolver e aprofundar as competências no domínio da igualdade de género, sensibilizando e simultaneamente capacitando para aplicação nas suas práticas profissionais e pessoais	Funcionários/as da autarquia	Volume de formação em Igualdade de Género (n.º de horas de formação em IG * n.º de participantes)	Autarquia CIG

2	Incluir a dimensão da Igualdade de Género na linguagem escrita	Adotar de uma política de comunicação promotora da igualdade entre homens e mulheres; Fomentar a utilização de uma comunicação escrita promotora da igualdade entre homens e mulheres	Tendo por base as orientações emanadas pelo III Plano Nacional para a Igualdade (2007-2010) e/ou pelo Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, transpor para os documentos institucionais (nomeadamente, impressos, regulamentos, publicações) uma linguagem identitária que permita uma igualdade de tratamento de ambos os sexos, em matéria de comunicação interna e externa.	Municípios e da Autarquia	N.º de documentos que adoptaram esta medida/ N.º total de documentos produzidos*100	Autarquia
2	Incluir a dimensão da Igualdade de Género na comunicação audiovisual	Adoptar de uma política de comunicação promotora da igualdade entre homens e mulheres; Fomentar a utilização de imagens não discriminatórias em função do sexo	Transpor para os instrumentos de divulgação institucionais (nomeadamente, site, folhetos, cartazes, outdoors, etc) os princípios da igualdade de tratamento entre os sexos.		N.º de instrumentos de divulgação que adoptaram esta medida/ N.º total de instrumentos de divulgação produzidos*100	Autarquia Junta de Freguesia CIG Associações Concelhias Entidades Institucionais e governamentais
1	Sensibilizar os colaboradores do município para aumentar a participação dos homens nos cuidados aos dependentes	Promover a conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais dos trabalhadores e das trabalhadoras Fomentar os serviços de apoio à família dirigidos a dependentes	Promover a sensibilização dos trabalhadores no sentido de aumentar a participação dos homens nos cuidados aos dependentes		N.º de colaboradores abrangidos/	Autarquia

Cronograma

Eixo	Ação/Projetos	Maio.13	Jun.13	Jul.13	Ag.13	Set.13	Out.13	Nov.13	Dez.13	Jan.14	Fev.14	Mar.14	Ab.14	Mai.14	Jun.14	Jul.14
3	Criação do Gabinete da Igualdade no Município;			X												
3	Jogo de Futebol “ <i>Todos pela igualdade</i> ”, com os trabalhadores do Município.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3	Reorganizar materiais formais da autarquia		X													
3	Criação de um folheto informativo e de sensibilização sobre a igualdade de género; Criação de uma newsletter .	X														
3	Formação interna para os funcionários sobre os princípios da IG															
2	Incluir a dimensão da Igualdade de Género na linguagem escrita	X														

2	Incluir a dimensão da Igualdade de Género na comunicação audiovisual														
1	Sensibilizar os colaboradores do município para aumentar a participação dos homens nos cuidados aos dependentes														

9.2.2 Nível Externo

Eixo	Ação	Objetivos	Descrição	Destinatários/as	Indicadores	Parceiros Envolvidos
2	Articulação com o Plano Estratégico Municipal para a Pessoa Idosa	Inclusão da dimensão da Igualdade de Género no diagnóstico e planeamento	Elaborar e implementar o Plano estratégico Municipal para a Pessoa Idosa, tendo em conta as características de género face ao envelhecimento	Municípios com mais de 55 anos	Data de conclusão do documento	Município de Miranda do Douro Juntas de Freguesia Associações Concelhias CIG Centro de Saúde Universidade Sénior Unidade de Cuidados Paliativos e Continuados
2	Articulação com o Plano Estratégico Municipal para da Deficiência	Inclusão da dimensão da Igualdade de Género no diagnóstico e planeamento	Elaborar e implementar o Plano Estratégico Municipal da Deficiência, tendo em conta as características de género face à deficiência	Portadores de deficiência do concelhos e respectivas famílias	Data de conclusão do documento	Município de Miranda do Douro Juntas de Freguesia Associações Concelhias CIG Centro de Saúde Universidade Sénior
3	Acções de sensibilização de saúde e género no	Promoção da Igualdade em saúde; Promoção da saúde sexual e	Promover a realização de acções de sensibilização de saúde e género no	Municípios em geral	Nº de acções realizadas;	Município de Miranda do Douro

	âmbito da saúde sexual e reprodutiva	reprodutiva	âmbito da saúde sexual e reprodutiva, nomeadamente, nas áreas da eliminação dos estereótipos de género e do planeamento familiar		Nº de municípios abrangidos;	Juntas de Freguesia Associações Concelhias CIG Centro de Saúde Universidade Sénior Agrupamento de escolas
3	Ações de sensibilização no âmbito dos cuidados a prestar em situações de violência de género e de violência doméstica	Promoção da Igualdade em saúde	Promover a realização de acções de sensibilização de saúde e género, no âmbito dos cuidados a prestar em situações de violência de género e de violência doméstica	Profissionais de saúde	Nº de acções realizadas; Nº de profissionais abrangidos.	Município de Miranda do Douro Juntas de Freguesia Associações Concelhias CIG Centro de Saúde Universidade Sénior
4	Manual de procedimentos/Protocolo “Violência de Género e Doméstica”	Criação de mecanismos e instrumentos de intervenção no âmbito da Violência de Género e de Violência Doméstica	Elaboração de um manual de procedimentos que clarifique a intervenção junto de vítimas de Violência de Género e de Violência Doméstica que sirva de referência aos técnicos e outros profissionais a desempenhar funções nesta área	Técnicos e outros profissionais a intervir nas áreas em foco	Nº de técnicos abrangidos	Município de Miranda do Douro Juntas de Freguesia Associações Concelhias CIG Centro de Saúde Universidade Sénior
7	Formação de agentes do Concelho na área de IG	Desmistificação das questões ligadas às desigualdades de género	Acções de sensibilização direccionadas aos colaboradores das	Colaboradores das organizações da	Nº de organizações do concelho	

			organizações do concelho	sociedade civil do concelho		
--	--	--	--------------------------	-----------------------------	--	--

Cronograma

Eixo	Ação	Maio.13	Jun.13	Jul.13	Ag.13	Set.13	Out.13	Nov.13	Dez.13	Jan.14	Fev.14	Mar.14	Ab.14	Mai.14	Jun.14	Jul.14
2	Articulação com o Plano Estratégico Municipal para a Pessoa Idosa															
2																
3	Ações de sensibilização de saúde e género no âmbito da saúde sexual e reprodutiva															
3	Ações de sensibilização no âmbito dos cuidados a prestar em situações de violência de género e de violência doméstica															
4	Manual de procedimentos/Protocolo “Violência de Género e Doméstica”															
7	Formação de agentes do Concelho na área de IG															

10 REFLEXÕES FINAIS

A elaboração de um plano para promoção de uma política de igualdade entre mulheres e homens requer o envolvimento do organismo ao mais alto nível hierárquico, sendo fundamental essa explicitação por parte da respetiva direção executiva, dela dando conhecimento a todos os departamentos e sectores que, ativamente e em rede, deverão participar no processo e por ele ser responsáveis. Por outro lado há que assegurar aos vários níveis dos recursos humanos formação em igualdade de género, de modo a que as competências sobre a matéria se generalizem e contribuam para o sucesso das políticas que a entidade em causa venha a implementar. Documentação clara que define o rumo a tomar e o modo como as ações a desenvolver vão ser implementadas, monitorizadas e avaliadas são aspetos importantes a considerar. Importa, além disso, que as orientações estratégicas do organismo consagrem os princípios da igualdade entre mulheres e homens e a eles façam menção expressa nos documentos estratégicos que explicitam a sua missão e os valores por que se rege.

11 Bibliografia

- Abranches, Graça (2009). *Guia para uma linguagem promotora da Igualdade entre Homens e Mulheres na Administração Pública*. Lisboa: CIG.
- Amâncio, Lígia (1993). Género- Representações e Identidade. *Sociologia-Problemas e Práticas*, 14, pp.127-140.
- Amâncio, Lígia (1992). As assimetrias nas representações de género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34
- Canço, Dina & Santos, Fernanda (coord.) (2009). *A Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa: CIG.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2007). *III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género (2007-2010)*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Comissão Europeia (s/d). *A Igualdade em 100 Palavras*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Conselho da Europa (1990). *Recomendação do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre a Eliminação do Sexismo na Linguagem* (adoptada a 21 de Fevereiro de 1990).
- Conselho da Europa (1996). *Recomendação do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre conciliação do trabalho e vida familiar* (adoptada a 19 Junho de 1996).
- Conselho da Europa (2007). *Recomendação do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género* (adoptada a 21 de Novembro de 2007).
- Comissão do Estatuto das Mulheres (2004). *O papel dos Homens e Rapazes na Promoção da Igualdade de Género*.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher (2003). *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres*. Lisboa: Negócios-Artes Gráficas.

- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (s.d.). *Conciliar É Preciso. Recomendação de Oeiras para a Promoção da Conciliação entre a Vida Familiar e Pessoal e a Atividade Profissional*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2003). *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Trabalho.
- EQUAL-Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2008). *Projeto Diálogo Social e Igualdade nas Empresas*.
- Ferreira, Virgínia (2010). *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal*. Lisboa: CITE
- GRAAL (s/d). *O Essencial sobre o Género*. Lisboa: GRAAL.
- INE (1999), Inquérito à Ocupação do Tempo.
- INE (2001). Censos
- INE (2011). Censos
- Koronaïou, Alexandra (2007). *O Papel dos Pais no Equilíbrio da vida Pessoal, profissional e familiar*. Atenas: KETHI.
- Le Monde selon les Femmes (2004). *Les Essentiels do Genre 01: Concepts de base*. Bruxelas (tradução portuguesa pelo Graal).
- Nunes, Teresa (2009). *O Feminino e o Masculino nos Materiais Pedagógicos*. Lisboa: CIG
- Perista, Heloísa (coord.) & Alexandra Silva (2006a). *Guia para o Mainstreaming de Género na Cultura*, Coleção "Bem Me Quer", nº 14. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Perista, Heloísa (coord.) & Alexandra Silva (2006b). *Guia para o Mainstreaming de Género na Actividade Profissional e na Vida Familiar*, Coleção "Bem Me Quer", nº 14. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Perista, H. & Silva, A. (2009). *Igualdade de Género na Vida Local: O papel dos Municípios na sua promoção*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Pernas, G., Fernandes, M. & Guerreiro, M. (2008). *Guião para a implementação de planos de igualdade na administração pública local*. Lisboa: ISCTE.

Webgrafia

Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na vida local. Disponível em http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/charte_egalite_pt.pdf

Do Diagnóstico ao Plano Municipal para a Igualdade de Género do Seixal. Disponível em <http://www.cm-seixal.pt/NR/rdonlyres/957B61E5-B472-4417-8333-D6C99CA22CF4/5594/DoDiagn%C3%B3sticoaoPlanoMunicipalparaIgualdadedeG%C3%A9nero.pdf>

Plano Municipal de Igualdade de Género. Disponível em <http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasEnvolve/AssSociais/igualdadedegenero/Documents/P MIG.pdf>

IV Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2010-2013). Lisboa, CITE, 2010 disponível em http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/IV_PNI_2011_2013.pdf (consultado em Novembro de 2011).

Web /Bibliografia

Manual da Qualidade do Centro de Saúde de Miranda do Douro (2010) disponível em (acesso Novembro de 2011).

<http://www.ascudt.org.pt/>

(1<http://www.apadi.pt>)

Bibliografia em falta

